

ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO GHIZELINI

**ONGS, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: A
CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ASSESSORIA
(O CASO DA AGAECO)**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Sociologia, Curso de Pós-Graduação em
Sociologia das Organizações, Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Alfio
Brandenburg**

Curitiba
2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 907 Fone e fax : 360-5173

PARECER

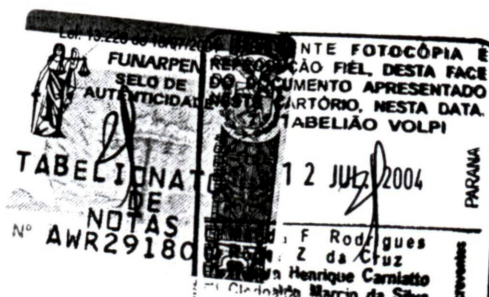
Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação do aluno ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO CHIZELINI, sob o título “ONGs-AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: a construção de uma metodologia de assessoria (o caso da AGAECO)”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, *Aprovado* o candidato com conceito “.....*A*.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 16 de setembro de 2003.

Prof. Dr. Álfio Brandenburg -Orientador (UFPR)

Prof. Dr. Jalcione de Almeida (UFRGS)

Prof. Dr. José Miguel Rasia (UFPR)



AGRADECIMENTOS

Inicialmente aos meus pais, Sérgio e Suelena, que me apoiaram em todos os momentos;

À minha irmã Angela e meu irmão Sérgio: mais que irmãos, amigos;

Aos agricultores familiares da AGAECO, que em todos os momentos estiveram à disposição para a realização deste trabalho. Um agradecimento especial aos companheiros(as) Darildo, Alci, Ironi, Alexandra (Leche), Iones, Seu Nene, Luisinho e Sueli, Valderi, Esli, João Pesk, Neri, Seu Lauro, Zeco Gusso, Dona Ivanira, Seu Gerson e Maria Doraci, Tisco e Edmar. E para os que me deram “pouso” e hospitalidade nas minhas incursões de campo;

À professora Maria Tereza Castelo Branco, que em 1999 me orientou no estudo sobre a metodologia de assessoria das ONGs de desenvolvimento rural, aonde nasceu a proposta deste trabalho. Obrigado!

Aos companheiros de luta, Julian e Roberto que sempre estiveram presente. Valeu!

Ao Stefanis, pela sua amizade e pelas contribuições para a realização deste trabalho;

Ao Diogo;

Aos amigos Rogério e Neuza;

À Zélia Passos pela compreensão e apoio;

Ao camarada Manfredini, pelo apoio na reta final;

Ao meu orientador, Alfio, que se dedicou enquanto professor, orientador, mestre e amigo. Valeu mesmo!

E um agradecimento muito especial à Nívea, que além de revisora, foi companheira, amiga, conselheira e mulher. Muito Obrigado!

E, por fim, aos amigos e amigas, companheiros e companheiras que, de forma anônima, contribuíram na construção desta, que mais do que uma pesquisa, é um projeto de vida.

EPÍGRAFE

Agricultor Ecológico

Vi que somos na verdade, elementos de qualidade.
Digo isso com clareza, a preservar a natureza,
Não usando o veneno, fica tudo uma beleza.

O verde é esperança, no meio ambiental
Para as futuras gerações, não se darem mal.
Com a agroecologia, que pra muitos ainda é nova,
Melhorando cada dia, e disso nós temos prova.

Descobri que temos talentos diferentes da cidade
Tiramos o nosso sustento e temos capacidade.
Em grupos trabalhando, temos mais facilidade,
De irmos superando as nossas dificuldades.

Na agroecologia trabalhamos com a natureza
Com seus próprios recursos, não temos muitas despesas.
Descobrimo o seu jeito, e quais suas funções
Teremos mais efeitos, em nossas plantações.

Com a agroecologia, aprendemos muito mais
Observando cada dia, o que ela nos traz.
E podemos ter certeza, que ela é nossa amiga
Protegendo a natureza, ela nos protege a vida.

Maria Pereira Maciel Carriel, 40 anos, é agricultora familiar agroecologista e agente de desenvolvimento da AGAECO, moradora da comunidade do Arvoredo, município de Turvo – PR.

SUMÁRIO

Lista de Quadros.....	5
Lista de Siglas.....	6
Resumo.....	7
Introdução	8
1. As Bases Conceituais para a Construção do Sujeito na Agricultura Familiar.....	19
1.1. Modernidade, sujeito e subjetividade.....	19
1.2. Pensando o sujeito e o ator.....	22
1.3. Produção do sujeito: estratégia para a organização dos movimentos sociais.....	26
1.4. A produção de subjetividade e democracia.....	27
2. Desenvolvimento, Agricultura Familiar e as Organizações Não Governamentais.....	30
2.1. Agricultura familiar e sua reprodução sócio-cultural.....	30
2.2. Inquietações iniciais: da revolução verde a biotecnologia.....	36
2.3. Da agricultura alternativa à agricultura ecológica.....	39
2.4. As organizações não governamentais e a política do sujeito na agroecologia.....	43
2.5. Novos movimentos sociais no campo.....	48
3. AGAECO: uma História de Organização no Campo.....	50
3.1. A organização social e política na agricultura familiar: o caso da AGAECO.....	50
3.2. Agroecologia: uma proposta para o desenvolvimento.....	54
3.3. Agroecologia e a construção da identidade.....	60
3.4. Agroecologia: movimento social e sua organização em rede.....	65
3.5. ONGs, assessoria e agroecologia.....	67
3.5.1. Metodologia, agroecologia e transformação social: a base para um projeto de desenvolvimento sócio-ambiental.....	70
3.5.2. A assessoria enquanto instrumento de transformação social.....	74
3.5.3. Agentes de desenvolvimento: agentes, militantes e educadores.....	80
3.6. A identidade cultural da agricultura familiar.....	85
3.7. Experimentação: a produção do conhecimento na busca da autonomia.....	92
3.8. Economia popular solidária: organização popular e desenvolvimento local.....	95
Considerações Finais.....	100
Referências Bibliográficas.....	105
Apêndice.....	108
Anexos.....	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	TAMANHO (HA) DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSOCIADAS À AGAECO, CONSIDERANDO ÁREA TOTAL E ÁREA ÚTIL.....	14
QUADRO 2 -	SOMATÓRIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES ASSOCIADOS, ÁREA TOTAL, ÁREA ÚTIL E A MÉDIA DE ÁREA POR FAMÍLIA.....	14
QUADRO 3 -	TEMPO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DOS ASSOCIADOS DA AGAECO.....	52

LISTA DE SIGLAS

AGAECO	- Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo
AS-PTA	- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	- Associação de Estudos e Orientação e Assistência Social
CETAP	- Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CMI	- Capitalismo Mundial Integrado
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	- Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
FARSUL	- Federação da Agricultura da Região Sul
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
GAEQAM	- Grupo de Agricultores Ecológicos Querência Antiga da Manhã
GAESSA	- Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita
GAETEP	- Grupo de Agricultura Ecológica Terra Pura
GAETevi	- Grupo de Agricultores Ecológicos Terra Viva
GAEVVI	- Grupo de Agricultores Ecologistas Verde Vale do Ivaí
IEEP	- Instituto Equipe de Educadores Populares
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PR	- Estado do Paraná
Rede Ecovida	- Rede Ecovida de Agroecologia
Rede TA	- Rede de Tecnologias Alternativas
RURECO	- Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná.
UDR	- União Democrática Ruralista
VERDELÂNDIA	- Grupo de Agricultores Ecológicos Verdelândia

RESUMO

Esta pesquisa analisa se as intervenções realizadas pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) estimularam e promoveram a organização dos agricultores familiares na Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo/PR (AGAECO), para a busca da geração de autonomia social, política e cultural. Analisa, também, a construção de uma identidade coletiva em torno da agroecologia pelos agricultores familiares, o processo de mediação entre os atores e a construção do sujeito. O resgate e a valorização cultural (religiosidade) e técnica dos agricultores (experimentação), a organização social e política (associação) e a substituição tecnológica (agricultura conservadora pela agricultura ecológica) são alguns dos elementos que subsidiam a metodologia de assessoria e a construção de um projeto de desenvolvimento que, assumido pelos agricultores, passa a fazer parte de um novo modo de vida.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura Familiar; ONGs; Assessoria em Agroecologia.

ABSTRACT

This research analyses if the interventions did by Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) stimulated and promoted the organization of peasant agriculture of de Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo/PR (AGAECO) for the social, politics and cultural autonomy development. It also analyses the construction of a new group identity around of agroecology by peasant agriculture, the mediation process among the actors and the construction of the subject. The rescue and the cultural value (religion) and the farmers tecnic (experimental), the social and politics organization (association) and the technological change (traditional agriculture by the ecological agriculture) are some of subjects that give support to the method of assessment and the constructions of a development project that are assumed by farmers, and became a part of a new way of living.

Key-words: Agroecology; Peasant agriculture; NGOs; Assessment in Agroecology.

INTRODUÇÃO

Anteriormente à industrialização, a agricultura brasileira caracterizava-se por uma lógica baseada numa agricultura tradicional, onde a relação homem-natureza e as relações sociais eminentemente comunitárias, constituíam a dinâmica e o funcionamento no “rural”. No entanto, a partir da década de 60, inicia-se um processo de tecnificação da agricultura, com conseqüências imediatas no aumento da produção e melhoria na produtividade do trabalho.

Chamado por *Revolução Verde*¹, este processo de modernização da agricultura brasileira promoveu conseqüências diversas, não se limitando unicamente aos seus resultados positivos já citados, mas deflagrou um processo crescente de empobrecimento no campo, de superexploração dos recursos naturais, como também um processo acelerado de desconstrução/(re)construção da identidade dos agricultores familiares e, conseqüentemente, a reorganização da relação homem-natureza.

Portanto, as mudanças não foram um privilégio do plano tecnológico e econômico, mas extrapolaram para a dimensão social, cultural e política do cotidiano dos agricultores. Desta forma, a agricultura moderna conservadora, mais do que tecnologias e instrumentos de produção, construiu e consolidou um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira.

¹ Segundo Eduardo EHLERS (1996, p. 47), “nos anos 70, a Revolução Verde [ou agricultura moderna ou, ainda, agricultura conservadora] se espalhou por vários países, difundindo os princípios da agricultura que já se tornara convencional no Primeiro Mundo e a euforia das grandes safras. No entanto, logo surgiriam preocupações relacionadas tanto a problemas sócio-econômicos quanto ambientais provocados por esse padrão. Dentre os problemas ambientais, a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos (...). Se por um lado, a ‘modernização’ da agricultura brasileira aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo, por outro, além de provocar danos ambientais, ampliou a concentração da posse da terra e de riquezas e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intensos processos migratórios para os centros urbanos mais industrializados”. Ver mais em ALTIERI, M. A. e MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 73-105.

Em resposta a este processo, movimentos sociais, pastorais e organizações de assessoria rural, se mobilizaram na construção de proposições conceituais e técnicas de um outro desenvolvimento que, procurando assegurar a permanência dos pequenos agricultores no campo e promover tecnologias ambientalmente sustentáveis, conseguindo constituir estratégias de luta contra o modelo conservador.

Assim, em meados da década de 70, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais consolidam, no que denominaram agricultura alternativa, novos referenciais tecnológicos e organizacionais para um desenvolvimento rural sustentável.

Com o aprofundamento teórico e prático da agricultura alternativa, a proposta de um outro desenvolvimento passa a incorporar conceitos e técnicas das mais diversas concepções baseadas na ecologia. No início da década de 90, o termo agricultura sustentável passa a ser o grande "guarda-chuva" deste projeto de desenvolvimento, tendo na agroecologia² a principal e mais difundida vertente no Brasil.

A agroecologia enquanto "bandeira de luta" das organizações não governamentais, terá como estratégias para a (re)construção das relações na agricultura familiar a substituição da base tecnológica, o resgate e valorização da identidade cultural, a organização social e política e a construção de alternativas de comercialização.

Para a implementação destes objetivos e pressupostos, as ONGs, através de processos de assessoria a grupos de agricultores familiares, buscam constituir experiências e práticas baseadas na agroecologia, tendo na autonomia e na autogestão pilares conceituais e estratégicos para a construção deste "novo" projeto de desenvolvimento.

No entanto, as experiências desenvolvidas nos últimos 30 anos,

² As definições conceituais de agricultura sustentável e agroecologia serão aprofundadas no transcorrer do capítulo 02.

significativamente “tímidas” e “pontuais”, caracterizam-se pela sua pouca expressão e pouca capacidade de reprodução. Por outro lado, estas experiências constituem-se possibilidades concretas para o avanço da agroecologia como princípio do desenvolvimento da agricultura brasileira.

As próprias ONGs questionam a efetividade da constituição de processos que consolidem a autonomia dos agricultores pois, se o discurso da “participação” e da “autonomia” tem avançado conceitualmente, as práticas e experiências não têm apresentado resultados significativos. Este é um reflexo de que, se as ONGs possuem um arcabouço conceitual, político e ideológico institucionalizado, por outro lado, encontram limitações na construção de experiências e práticas, pois reproduzem o contexto social e econômico em que estão inseridas, a lógica hegemônica capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que estas organizações colocam como objetivo a geração de autonomia e da participação, acabam esbarrando nos limites condicionados pelos processos de legitimação na ordem social (PETERSEN, 1999).

A partir da análise e problemática apontada, o objetivo deste trabalho de pesquisa é identificar e analisar o sentido atribuído pelos agricultores familiares às intervenções realizadas pelas ONGs. Ao levar em conta a visão de mundo destas organizações e, principalmente, dos assessores técnicos, esta pesquisa pretende sistematizar e analisar os processos de mediação entre técnicos e agricultores, com o objetivo de identificar se tais práticas estão ou não, promovendo ações que produzam sujeitos.

Para tanto, este trabalho tem como objeto de estudo os agricultores da Associação de Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo/PR (AGAECO), uma organização de agricultores familiares, que são assessorados pelos técnicos do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), desde o ano de 1999.

As hipóteses consideradas são: em primeiro lugar, os agricultores analisam positivamente a intervenção realizada pela assessoria no que diz respeito a proposta tecnológica e à organização social e política gerada a partir do estímulo da assessoria;

em segundo, criou-se uma identidade entre os agricultores familiares em torno da agroecologia devido ao processo de organização pautado pela integração entre racionalidade e subjetividade, o que conduz os atores a se instituírem como sujeito sociais.

A realização desta pesquisa justifica-se por dois motivos: o primeiro, devido a carência de estudos e trabalhos científicos sobre a agroecologia no que se refere à organização social e política, à identidade cultural e à relação técnico-agricultor. Muitos estudos sobre a agroecologia analisam de forma bastante aprofundada, questões técnicas e metodológicas das formas de produção ecológica; no entanto, suprimem da análise as relações sociais, políticas e culturais. Um segundo motivo, faz referência a curiosidade e o envolvimento do pesquisador com a temática. Militante e técnico colaborador das organizações não governamentais de desenvolvimento rural, tem como objetivo “desvendar” a metodologia de assessoria desenvolvida pelas ONGs, e a forma como os agricultores familiares se organizam a partir destas intervenções. Desta forma, pretende-se compreender para melhor propor e contribuir na construção de alternativas e estratégias para um desenvolvimento que se sustente a partir da dimensão social, política e cultural.

METODOLOGIA

Segundo MINAYO (2000) a metodologia de pesquisa é “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”. Nesse sentido é a metodologia que possibilita a inter-relação entre a realidade e a teoria, dando forma e conteúdo subjetivado e objetivado através da visão de mundo, tanto do pesquisador que observa, como do “corpo” metodológico que apreende e analisa esta realidade.

A metodologia deixa de ser apenas instrumento e técnica e passa a ser concebida enquanto concepção teórica de abordagem, onde o conjunto de técnicas e também o potencial criativo do pesquisador estão, a todo momento, buscando

apreender os elementos de dada realidade (MINAYO, 2000).

Assim entendida, a metodologia não se restringe a técnica, pelo contrário, é muito mais uma concepção da forma como determinada realidade deve ser observada, apreendida e analisada. Portanto, colocar num segundo plano as técnicas e instrumentos de pesquisa não é, de forma alguma, desconsiderar sua importância na construção do “corpo” metodológico. A utilização habilidosa tanto da teoria quanto das técnicas metodológicas, ou seja, nem a excessiva teorização e nem a excessiva utilização de instrumentos e técnicas, é condição para que a pesquisa seja uma construção técnica, mas também social.

A metodologia de pesquisa é a atividade que resulta da “aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 2000, p. 23). O corpo metodológico desta pesquisa tem como pressuposto a (re)construção constante da realidade e dos dados coletados, com o objetivo de realizar um debate que possa contribuir efetivamente na formulação de proposições, concepções e estratégias para a produção de espaços sociais mais democráticos e socialmente justos.

OBJETO DE ESTUDO

É objeto desta pesquisa, caracterizar e analisar como os agricultores e grupos de agricultores da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica do Turvo (AGAECO) se constroem enquanto atores sociais, estabelecendo novas relações éticas e sociais, baseadas na solidariedade e na cooperação.

Para melhor compreender e delimitar o objeto de estudo, é necessário analisar a metodologia de assessoria desenvolvida pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), pois a AGAECO se institui em função da intervenção promovida pelos técnicos do IEEP.

Desta forma, o objeto de análise será a relação de mediação instituída entre a

AGAECO e os técnicos do IEEP. Para apreender e analisar o processo de mediação entre agricultores e assessores técnicos, foi necessário compreender como estes atores percebiam e analisavam o processo desenvolvido e quais seus fins, assim como seus princípios, concepções e ideologias intrínsecas ao processo.

A AGAECO tem em seu quadro de associados 29 famílias, subdivididas em 06 grupos de agricultores, localizados na área rural do município de Turvo, mas que não necessariamente estão estabelecidos na mesma comunidade ou “vila rural”. São eles: o Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita – GAESSA, o Grupo de Agricultores Ecologistas Verde Vale do Ivaí – GAEVVI, o Grupo de Agricultura Ecológica Terra Pura – GAETEP, o Grupo de Agricultores Ecológicos Querência Antiga da Manhã – GAEQAM, o Grupo de Agricultores Ecológicos Terra Viva – GAETEVI - e o Grupo de Agricultores Ecológicos VERDELÂNDIA.

A AGAECO enquanto uma organização de agricultores familiares, possui uma direção, que é constituída por duas coordenações, uma secretaria e uma tesouraria. A associação tem estabelecido regimentalmente seu funcionamento, onde estão definidas a realização de eleições, assembléias entre outros procedimentos que possibilitam a gestão participativa, democrática e aberta.

A AGAECO possui como objetivos institucionais: 1) viabilizar a agricultura familiar através da agricultura ecológica; 2) organizar a comercialização da produção agroecológica de seus associados; 3) organizar comunitariamente a aquisição e o transporte de insumos para os associados; 4) promover a troca de experiência entre os associados e destes com outros agricultores, técnicos e consumidores, disseminando, assim, uma proposta agroecológica; 5) buscar alternativas que visem a transformação artesanal dos produtos *in natura* de seus associados; 6) incentivar a utilização de tecnologias ecológicas não só entre os membros dos grupos, priorizando a socialização para outros grupos e organizações; 7) atuar na defesa da agricultura familiar através da prática e da divulgação da agricultura ecológica; 8) promover palestras, cursos,

seminários, congressos e outros eventos que divulguem a agricultura ecológica³.

O agricultor da AGAECO caracteriza-se por ser um

“... pequeno agricultor empobrecido, vivendo seguidamente em relativo isolamento, praticando na esfera familiar diversas atividades agrícolas (em geral não especializadas e de policultura) e outras que não são propriamente agrícolas e buscando, pelo menos em princípio, um melhoramento da renda e a viabilidade econômica de sua atividade.” (ALMEIDA, 1999, p.154)

Como bem descreve o autor, os agricultores associados da AGAECO se caracterizam enquanto agricultores familiares que encontram-se entre os modelos de agricultura moderna e de subsistência, segundo LAMARCHE (1999), o que será aprofundado no capítulo 01. Segundo dados da Rede Ecovida, os agricultores da AGAECO possuem seguintes características, como apresentam os quadros 01 e 02:

QUADRO 01: TAMANHO (HA) DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSOCIADAS À AGAECO, CONSIDERANDO ÁREA TOTAL E ÁREA ÚTIL⁴.

Área Total (hectares)	Número de Famílias	Porcentagem	Área Útil (hectares)	Número de Famílias	Porcentagem
de 01 a 20	25 famílias	86,2%	de 01 a 20	26 famílias	89,65%
de 21 a 55	04 famílias	13,8%	de 21 a 55	03 famílias	10,35%
Total	29 famílias	100%	Total	29 famílias	100%

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

QUADRO 02: SOMATÓRIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES ASSOCIADOS, ÁREA TOTAL, ÁREA ÚTIL E A MÉDIA DE ÁREA POR FAMÍLIA.

	Área Total	Área Útil
Total da área das 29 famílias	364 hectares	263 hectares
Média por família	12,55 hectares	9,06 hectares

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

Como identificado no quadro 01, 89,65% dos agricultores da associação

³ Ver anexo 1, regimento interno da AGAECO.

⁴ Entende-se por área total, a somatória da área de produção e criação de animais (área útil) mais as áreas de conservação de floresta, beiras de rio, entre outras áreas que não sejam aproveitadas para a produção.

possuem entre 01 e 20 hectares de área útil para a produção e apenas 10,35% possuem entre 21 e 55 hectares de área útil, sendo que a média é de 9,06 hectares por família. Estes dados evidenciam a condição de pequenos agricultores entre associados da AGAECO.

Os agricultores associados da AGAECO, assessorados desde 1999, constituem-se no grupo com mais tempo em processo de assessoramento pelos técnicos do IEEP. O Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) é uma organização não governamental de desenvolvimento rural, com sede em Irati-PR, que tem como público alvo prioritário agricultores familiares da região centro sul do Estado do Paraná, com abrangência de ação em 08 municípios (Fernandes Pinheiro, Rebouças, Irati, Turvo, Ponta Grossa, Guarapuava, Rio Azul e Mallet).

UNIVERSO DA PESQUISA

Com o objeto de pesquisa delimitado e delineado, para o levantamento dos dados necessários para fundamentar o trabalho realizaram-se entrevistas com 2 assessores técnicos (AT) do IEEP responsáveis por assessorar a AGAECO e seus grupos, desde o ano de 1999. Na AGAECO foram entrevistados 10 agricultores(as) familiares (AF) representantes dos seis grupos da associação e 4 agentes de desenvolvimento (AD)⁵. Estes últimos são agricultores das comunidades onde a associação está presente e são responsáveis por assessorar e acompanhar os grupos da AGAECO tecnicamente e organizacionalmente.

⁵ No transcorrer da pesquisa as falas dos entrevistados, quando citadas, serão ao seu final referenciadas pelas seguintes siglas: AF - agricultor familiar; AD – agentes de desenvolvimento; e AT – assessor técnico. Seguidos de uma enumeração que identifica cada uma das entrevistas, por exemplo: AF-02, significa que é a entrevista número 02 realizada com um agricultor familiar.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Utilizou-se como principal instrumento de levantamento dos dados, a entrevista semi-estruturada que, balizada por um roteiro previamente construído, foi aplicada com o objetivo de estimular os entrevistados a discorrerem sobre as temáticas apresentadas, tendo na pessoa do entrevistador um ponderador, para evitar que o entrevistado não saísse do rumo proposto pelo roteiro. As entrevistas foram registradas em fitas magnéticas e transcritas posteriormente na sua integridade.

Foram utilizados dois roteiros diferentes de entrevista: um específico para os assessores técnicos do IEEP e um roteiro para os agricultores familiares e para os agentes de desenvolvimento (ver Apêndice 1 e 2).

Além das entrevistas com estes atores, outras técnicas de coleta de dados foram utilizadas: documentos institucionais (estatutos, regimento interno, artigos, arquivo fotográfico, material de divulgação e comunicação, entre outros) e a observação participante, que possibilitou reunir dados e informações coletados em reuniões, encontros de formação, festas locais, debates, reuniões de avaliação e planejamento, assembléias, romarias, feiras e rodas de conversa.

A posição do pesquisador enquanto observador participante, foi a de participar como um dos “agricultores”. Com o roteiro das entrevistas servindo de base para “o que observar”, as informações coletadas foram sistematizadas e organizadas de forma a instrumentalizar a análise e fundamentação desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2002 e fevereiro de 2003, e os demais dados foram coletados entre agosto de 2001 e março de 2003.

PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Utilizou-se a análise de entrevista como instrumento para o estudo dos dados.

Na construção do roteiro de entrevista algumas linhas temáticas foram

apontadas para que os entrevistados aprofundassem e identificassem os acontecimentos e as análises destas dos processos ocorrido. O próximo passo estabelecido na análise das entrevistas foi a definição e ordenação dos conteúdos centrais dos discursos coletados. Este exercício de desconstrução e reconstrução possibilitou que os fragmentos selecionados fossem ordenados numa relação subdividida por temática, permitindo dar a clareza necessária para que fosse realizada uma análise criteriosa dos conteúdos pertinentes ao trabalho (QUEIROZ, 1991).

Desconstruir e reconstruir as entrevistas, com o objetivo de ordenar os conteúdos em temas, possibilitando a identificação e análise das contradições, das repetições e das avaliações realizadas pelos entrevistados, é condição necessária para que os conteúdos não sejam analisados de forma fragmentada e destituídos de sua totalidade.

Em síntese, o processo de análise das entrevistas passou pelos seguintes momentos: 1) definição dos temas centrais relacionados com a problemática do trabalho de pesquisa; 2) identificação e seleção dos conteúdos por tema central de cada entrevista em separado; 3) ordenação dos depoimentos subdivididos pelas temáticas de cada entrevistado, em listagens com todas os depoimentos e conteúdos ordenados; 4) análise dos conteúdos, com o objetivo de re-constituir o processo com base nas entrevistas, e não mais de forma individual e isolada como se apresentava quando nas entrevistas de cada um dos atores sociais; 5) produção de questões que problematizassem os conteúdos, sejam aqueles recorrentes como os contraditórios, com o objetivo de obter algumas respostas às questões levantadas, servindo para a fundamentação do processo de análise da pesquisa; 6) com o conjunto das entrevistas previamente ordenadas, as questões levantadas e suas respectivas “respostas”, o passo seguinte foi relacionar os dados analisados das entrevistas com os pressupostos teóricos, à problemática e às hipóteses propostas pela pesquisa (QUEIROZ, 1991).

Este esforço teve como objetivo principal consolidar um material empírico que, com clareza, coesão e síntese, desse condições para que a problemática estudada

pudesse ser fundamentada, possibilitando apontar as contradições ou ratificar a problemática e hipóteses apontadas inicialmente pela pesquisa.

1. AS BASES CONCEITUAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A concepção de ciência que esta pesquisa assume, enquanto arcabouço teórico-metodológico, parte da conceitualização de que a produção de conhecimento não está relacionada a um modelo exclusivo, mas entende ciência enquanto criação de formas diversas de saberes orientados para a construção do sujeito.

Tem como pressuposto a construção do conhecimento como algo conectado com os processos sociais que está investigando, não sendo apenas uma leitura da realidade ou uma descrição do real, mas antes, tornando-se um instrumento de produção de conhecimento que identifica as contradições que limitam o desenvolvimento e contribui enquanto instrumento para a constituição de espaços de superação destas limitações. Espaços, esses, onde os atores sociais sejam os motivadores e protagonistas de uma transformação social.

Assim, a ciência entendida enquanto instrumento de análise da realidade, não pode ser apenas “um paradigma científico (o paradigma do conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (SOUZA SANTOS, 2001, p. 37). A racionalidade presente na modernidade, não deve e não pode ser tomada como exclusiva, portanto, a subjetividade deve dialogar de forma “horizontal” com a racionalização, com claro fim de potencializar os espaços e as formas de produção do sujeito.

1.1. MODERNIDADE, SUJEITO E SUBJETIVIDADE

Com a hegemonia e dominação da racionalidade instrumental, a modernidade tomou forma nos mais diversos processos sociais, seja na relação do homem com a natureza, do homem com o outro ou do homem consigo mesmo. A modernidade imprimiu ao indivíduo a “tecnificação” e “instrumentalização” da sua

subjetividade, tensionando para o controle da sua relação com os costumes, crenças e espiritualidade, individualizando seu espaço e “atemporizando” o tempo. Esta mesma modernidade elimina do indivíduo sua vontade, seu desejo e sua história, instituindo-o enquanto objeto de consumo.

A modernidade racionalista impõe um modo de vida pautado pela comunicação de massa e pelo consumo; por um sistema produtivo regulado pela técnica e pelo valor econômico da produção sempre visando o lucro; pela ausência de costumes, de tradições, ficando apenas o científico como verdade e conhecimento real. Os símbolos e signos produzidos no âmbito dos atores sociais são transferidos para uma realidade atrasada e subdesenvolvida, ficando no lugar destes, símbolos e signos produzidos a partir da lógica do mercado e da subjetividade capitalística, que primam pelo consumo de tudo aquilo que possa ser consumido (GUATTARI, 2000; TOURAINE, 1998a).

Exemplo disso são as consequências deste modelo nas políticas e estratégias adotadas pela agricultura conservadora, seja com a utilização dos insumos químicos, seja na organização da propriedade e da produção onde a agricultura passa a assumir uma excessiva racionalização de seus processos objetivos e “subjetivos”.

As formas tradicionais de produção, construídas com base no conhecimento local transmitido através de gerações, foram substituídas pelo conhecimento científico que importou para estas comunidades, técnicas que impõem um modelo de desenvolvimento baseado no consumo e na acumulação de capital, e não mais na produção de símbolos e signos culturais.

Como no desenvolvimento rural as consequências da modernidade são, em certa medida, irreversíveis no meio ambiente e na dimensão subjetiva do modo de vida, essas consequências fomentam a desconstrução das relações homem-natureza. A racionalidade técnico-instrumental alavanca processos significativamente mais complexos para identificar e caracterizar estas práticas enquanto instrumentos da modernidade. No que se refere à agricultura familiar, a modernidade tende a

descaracterizar o conhecimento tradicional do agricultor. Sua cultura e seus costumes locais são substituídos por um modo de vida “modernizado”, onde o consumo, a individualidade e a relação homem-trabalho o transforma em um operador do sistema econômico e não mais em um ator social, cultural e político.

A modernidade coloca num mesmo plano, bens materiais, culturais e naturais, homogeneizando os diversos símbolos e signos, e, muitas vezes, subtraindo a carga simbólica daquilo que não seja economicamente quantificado. Guattari chama atenção para esta modernidade que propõe e consolida um “sistema” de subjetivação capitalística que tem como projeto o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), pós-industrial, estruturado pela dimensão econômica (instrumentos monetários, financeiros, contábeis, de decisão); dimensão jurídica (título de propriedade, legislação e regulamentações diversas...); dimensão técnico-científica (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas...); e, pela, dimensão de subjetivação, a subjetivação capitalística (GUATTARI, 1995).

A relação presente nestes quatro pressupostos do CMI traz consigo a condição subjetiva do modo de vida capitalista, que não apenas interfere no modo de produção, mas amplia seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica, ambiental, política, cultural e ética.

A individualização, a massificação do consumo, a unidimensionalidade espiritual e a integração dos mercados (globalização), são algumas das principais consequências deste modelo hegemônico que, mesmo pregando a melhoria da qualidade de vida com seus pressupostos e estratégias, tem cada vez mais produzido um mundo de exclusão e de desigualdades sociais e econômicas, alargando os níveis de fome, miséria e pobreza em sociedades que encontram-se sob o controle da “mão invisível” do mercado.

A superação deste modelo de sociedade “modernizadora” não tem como ser alcançada através de estratégias que venham a dirimir as consequências deste sistema, mas sim, através da construção de um novo paradigma de sociedade baseado na

liberdade do ator social, consolidando-o enquanto sujeito, promotor e produtor de espaços democráticos de participação e autonomia. Este novo paradigma não está fundado na recusa da técnica nem da ciência, pelo contrário, está baseado na articulação da identidade e razão, possibilitando que o ator não esteja nem a serviço da comunidade e muito menos do mercado, mas reivindicando seu projeto de vida.

1.2. PENSANDO O SUJEITO E O ATOR

Ao buscar transformar sua realidade, o indivíduo atua de forma a sair da condição de passividade, de consumidor, postando-se enquanto ator que tem na sua ação a possibilidade de conquistar seus propósitos de vida. Este movimento de ruptura do ator, o afirma na medida em que deixa de ser meramente um produto social e passa a ser um produtor: o sujeito é, sobretudo, um transformador das relações de dominação. Desta forma, sujeito e ator são noções inseparáveis, que se colocam intrinsecamente ligados pela ação de transformação de dada realidade (TOURAINÉ, 1994).

Sujeito este, que, baseado na relação racionalidade e subjetividade, integra aquilo que é desejo, que é cultura, que é identidade e que faz parte da sua individuação com o que é progresso técnico - que o coloca enquanto objeto, mas ao mesmo tempo instrumentaliza o ator para sua ação transformadora.

Assim, o sujeito enquanto razão e identidade, possibilita a produção de uma subjetividade que permite a sua liberdade, sua libertação, mas não somente, possibilita também a liberdade do conjunto social em que está inserido, pois esta construção permeia a rede de relações por ele vivenciada. Como descrito por TOURAINÉ (1998a, p. 75) “... o sujeito não é simplesmente uma forma da razão. Ele só existe mobilizando o cálculo e a técnica, mas da mesma forma a memória e a solidariedade e, sobretudo, batalhando, indignando-se, esperando, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade,

libertação e negação”.

O sujeito não é unicamente subjetividade, emoção, afetividade e solidariedade, pelo contrário, faz questão de firmar-se também enquanto razão, racionalidade e técnica. O sujeito tem na comunidade, na racionalidade e na individuação, condicionantes que possibilitam sua libertação e consolidação de sua autonomia. “(...) A subjetivação é o desejo de individuação, e esse processo pode desenvolver-se apenas se existir uma interface suficiente entre o mundo da instrumentalidade e o da identidade. Caso não exista essa interface, é difícil não cair ao mesmo tempo na participação imitativa e no enclausuramento comunitário...” (TOURAINE, 1998a, p. 73).

O agricultor familiar, após a Revolução Verde, teve sua cultura, suas tradições, seu modo de vida, significativamente desconstruídos pela racionalidade técnico-científica, assumindo uma identidade “modernizadora, desenvolvida e eficaz”, enquanto o saber prático passa a ser rotulado como atrasado e subdesenvolvido. Toda a dinâmica imposta por este modelo alterou as bases tecnológicas de produção. Mas não só. Modificou, também, progressivamente, as bases organizativas das comunidades, grupos e movimentos sociais do campo, além da cultura, da relação homem-natureza, imobilizando o indivíduo numa rede de relações dominadas pela razão e pelo capital. A consequência deste processo é uma crise sócio-cultural que descaracteriza seus símbolos e signos, sua relação com a natureza e a relação com o outro, fragmentando a dinâmica social e cultural presente nas comunidades.

“(...) Esta crise leva vários grupos sociais, principalmente os de origem rural, a uma perda de sentido à medida que se destroem as formas de vida tradicional (...). Destrói as formas de vida anterior sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente (...) Daí as reações múltiplas que retratam um sistema que, se não está prestes a desintegrar-se, submete-se a uma colonização culturalmente estéril sem dar condições aos atores sociais de reagirem aos meios de comunicação de massa

regidos pela indústria cultural.”(BRANDENBURG⁶, apud HABERMAS, 1988)

Assim, o sujeito tem intenção de se utilizar do progresso técnico, desde que esse não o faça objeto, não o torne instrumento, e é por este motivo que o sujeito luta por sua liberdade, luta para que sua cultura, suas crenças e suas escolhas sejam respeitadas e reconhecidas enquanto tal. Guattari define este processo como sendo a “subjetivação singular”, e Touraine denomina como “projeto de vida”.

O sujeito tem no projeto de vida o instrumento de resistência contra o poder dominante que fragmenta e descaracteriza seus valores, crenças e identidade cultural. O projeto de vida é a afirmação do sujeito em busca de sua autonomia e independência dos processos que dominam sua singularidade.

O sujeito só se (re)produz enquanto sujeito quando resiste à dominação, luta por liberdade e reconhece o outro como sujeito (BRANDENBURG, 1999). A resistência à dominação é condição fundante para que o sujeito não tenha no mercado (razão) o ideal de mundo, muito menos tenha na comunidade espaço uno de (con)vivência, pelo contrário, tanto um quanto outro podem se constituir enquanto formas de dominação e homogeneização do indivíduo e da sociedade. Para isto, é necessário que o sujeito crie condições de defesa em relação ao mercado e a comunidade.

“Esse duplo afastamento do sujeito, que se liberta da força dos mercados ou dos impérios de um lado, e do enclausuramento das comunidades, de outro, é a condição necessária para que se estabeleça a comunicação de sujeito a sujeito (...). Mas ela é também condição para que os princípios de justiça, de solidariedade e correspondência, que permitem a comunicação e a argumentação, se transformem em atos, isto é, em abertura das hierarquias comunitárias ou em limitações da força (...)”. (TOURAINÉ, 1998a, p. 74).

⁶ BRANDENBURG, A. Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999, p. 56.

A resistência à dominação, da mesma forma que mantém o sujeito distante dos processos homogeneizadores da sociedade, propicia que o sujeito reconheça o outro e este a si mesmo enquanto sujeito, assim como quebra o isolamento e a individualidade contida anteriormente no indivíduo.

Assim, como a resistência ao mercado e a comunidade são condicionantes para a produção do sujeito, a conquista de liberdade é pressuposto para sua formação, pois o sujeito é a “vontade do indivíduo de ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu ambiente social” (TOURAINÉ, 1994, p. 245).

A produção do sujeito não se dará apenas pelo afastamento do mercado e da comunidade, mas essencialmente pela rearticulação destes dois espaços na consolidação de um modo de vida que integra subjetivação e instrumentalidade (TOURAINÉ, 1998a).

Para tanto, “... a idéia de sociedade civil é indispensável. Ela designa o lugar das ações coletivas realizadas para a libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação. Contra esses dois sistemas de poder, todas as imagens do sujeito buscam criar um espaço autônomo e intermediário” (TOURAINÉ, 1998a, p. 121).

“Em suma, a identidade do sujeito só pode ser constituída pela complementaridade de três forças: o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; e luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito” (TOURAINÉ, 1998a, p. 103).

Assim, o sujeito mais do que ação transformadora, busca a construção e reivindicação de seu projeto de vida que, à luz da liberdade, possibilita a conquista de um novo *modus vivendi* que tem na autonomia a condição para sua reprodução enquanto ator social.

1.3. PRODUÇÃO DO SUJEITO: ESTRATÉGIA PARA A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A idéia de sujeito só é possível a partir da concepção de que se reconhece e é reconhecido pelo outro enquanto sujeito. Este pressuposto norteia a condição coletiva do sujeito, pois para se (re)produzir deve estar, necessariamente, articulado a uma coletividade, mas esta não é a comunidade, muito menos o mercado. É sim, uma organização social que possibilita a reprodução de subjetividades singulares ao projeto de vida do sujeito, ao mesmo tempo em que está articulada com uma “subjetividade” coletiva.

Esta coletividade permite ao sujeito ter valorizado sua cultura, sua identidade, pois integra sua individualidade, seu desejo, sua subjetivação a uma identidade coletiva, que respeita e valoriza sua condição singular. Assim, a organização coletiva não se configura enquanto uma comunidade fechada, institucionalizada e hierarquizada, mas como um espaço de autonomia e liberdade.

É desta forma que o sujeito busca “sobreviver aos ataques das suas pulsões adversárias” (mercado ou comunidade), pois se estiver isolado, individualizado de uma coletividade, pode ser capturado ou pelo mercado ou pelo comunitarismo, que entende o indivíduo enquanto objeto de certas regras e estratégias de massa, que impossibilita a constituição de sua singularidade (TOURAINÉ, 1998a).

O que diferencia o sujeito enquanto movimento social da condição comunitarista, é a possibilidade do sujeito reivindicar seu projeto de vida, e não um projeto homogeneizador e massificador de idéias, ações e regras. O projeto de vida do ator é a “marca” do sujeito na coletividade e, para que ele exista, este deve ser reconhecido pelo outro.

O movimento social enquanto ação coletiva se caracteriza quando assume sua condição reivindicatória contra um poder hegemônico e dominante de dada sociedade. Conforme TOURAINÉ (1998a) apresenta, o sujeito é contra a dominação,

contra o poder do mercado e do comunitarismo. Assim, os movimentos sociais não se constituem enquanto coletividades geridas por forças sociais dominantes, sejam elas progressistas ou conservadoras, pois “... o movimento social é muito mais do que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política. Ele questiona o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais” (TOURAINÉ, 1998a, p.113). O movimento social que tem por princípio apenas a pressão política está longe de se caracterizar enquanto movimento social, pois a base deste é a reivindicação de um projeto de sociedade no qual as relações de dominação não sejam produzidas.

O movimento social enquanto instrumento de luta contra as relações de dominação, não legitima um messianismo que prega uma sociedade igualitária e sem diferenças, mas um processo que almeja o fim das relações de dominação, tendo no respeito às diferenças princípio social e político.

O sujeito só se constitui quando reivindica, luta, assume uma postura ativa na conquista da sua liberdade, do seu espaço de criação, da sua identidade cultural. Neste sentido, TOURAINÉ (1998b, p. 76) destaca que os movimentos sociais de “ação democrática somente podem se formar pelo reforço, ou liberação da capacidade de agir como sujeito, ou seja, associando, em sua vida e sua ação, atividade econômica modernizadora e identidade ou mesmo tradições culturais”.

Assim, a formação e construção de movimentos sociais é condição *sine qua non* para que o sujeito tenha espaço de reivindicação e conquista de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

1.4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E DEMOCRACIA

A construção do espaço democrático é condição para que o sujeito tenha possibilidade de se (re)produzir, pois o sujeito enquanto diversidade e particularidade, enquanto técnica e identidade, não consegue se produzir num espaço autoritário, ou mesmo numa democracia representativista sob um regime capitalista que cerceia a

participação e a autonomia do ator social. Esta é uma relação dialética, pois o ator possibilita a construção da democracia, e a democracia é que possibilita a construção do sujeito.

A democracia não pode ser pensada apenas numa dimensão macro, mas é de fundamental importância entendê-la a partir das dimensões microssociais, onde é mais presente e significativa enquanto processo social de produção do sujeito, pois ali o sujeito elabora sua individuação, sua singularidade, sua diversidade, sua identidade cultural. TOURAINE (1996, p. 164) destaca que “... a democracia não pode ser definida como a subordinação da vida privada dos cidadãos ao interesse público e tampouco como limitação da vida pública à proteção da liberdade individual. Devemos defini-la como a combinação da unidade da lei e da técnica com a diversidade cultural e com a liberdade pessoal”. Desta forma, a concepção de democracia traz uma carga conceitual muito próxima daquela que os movimentos ligados à agricultura familiar defendem, como o respeito à carga cultural local e regional; às relações fundadas na solidariedade; à geração e valorização de conhecimento individual e coletivo; e à organização social como processo de autogestão e democracia local.

A construção da democracia e de uma cultura democrática, contemporaneamente tem sido traduzida a partir da implementação de instrumentos de participação que muito pouco possibilitam a construção de liberdades individuais e coletivas. O voto, os orçamentos participativos, os conselhos, fóruns, entre outros instrumentos de participação, contribuíram muito para o avanço de um processo sócio-político menos autoritário e mais democrático. No entanto, são estratégias que por estarem dentro de uma lógica do Estado, e não do sujeito, se tornam espaços que legitimam grupos de interesses, sejam estes “mais” ou “menos” éticos.

Quando o conceito de sujeito é pensado dentro do conceito de democracia, ou vice-versa, a dimensão democrática concebe ao sujeito a liberdade de quebrar as amarras das tradições e normas comunitaristas, mas ao mesmo tempo, este não pode cair na mera substituição destas por normas racionalizadas.

“(…) O sujeito é o esforço do indivíduo ou da coletividade para unir as duas faces de sua ação; a democracia é o sistema institucional que garante a combinação dessas duas faces [racionalização e identidade] no plano político e permite que uma sociedade seja, simultaneamente, una e diversa. (...) A democracia deve ajudar os indivíduos a serem sujeitos e conseguirem em si mesmos, através de suas práticas como de suas representações, a integração não só de sua racionalidade, isto é, de sua capacidade para manipular técnicas e linguagens, mas também de sua identidade que se apóia em uma cultura e tradição, reinterpretadas constantemente por eles em função das transformações do meio técnico.” (TOURAINÉ, 1996, p. 175)

Da mesma forma que outrora a democracia foi um instrumento de liberdade das tradições e culturas que cerceavam os indivíduos, trazendo consigo a instrumentalidade e a racionalidade técnica, neste começo de século, a democracia é fragilizada pela globalização dos mercados e pela instrumentalidade do conhecimento, posicionando o indivíduo numa condição de mero consumidor. E é este passo que a democracia busca construir com a política do sujeito, ou seja, é através da libertação do sujeito das amarras da tecnificação, integrando identidade e instrumentalidade de forma a garantir um projeto de vida singular para o ator social (TOURAINÉ, 1996).

A busca por uma cultura democrática faz com que os atores sociais constituam espaços que garantam sua individuação, sua identidade e sua autonomia, desde que baseados em relações de diálogo, de “reconhecer em cada indivíduo o direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletiva, a participação no mundo dos mercados e das técnicas com uma identidade cultural particular” (TOURAINÉ, 1998b, p. 65).

2. DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA FAMILIAR E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Para que haja um melhor entendimento e compreensão da realidade em que se estabelecem as análises realizadas, neste capítulo será discorrido sobre as realidades e contextos sociais em que os atores, objeto do estudo, estão situados: a agricultura familiar; os processos e “modelos” de desenvolvimento; as relações estabelecidas entre agricultores e organizações não governamentais e os parâmetros teóricos e conjunturais sobre as formas com que a agricultura familiar e as ONGs se reproduzem social e organizacionalmente.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR E SUA REPRODUÇÃO SÓCIO-CULTURAL

A agricultura familiar é apontada por muitos pesquisadores, técnicos e militantes políticos como a base de um projeto de sociedade, que tendo na unidade familiar o princípio de organização societal, reivindica um desenvolvimento fundado na valorização da agricultura familiar.

Muitas diferenciações e delimitações entre as formas de reprodução social da agricultura familiar são apontadas pelas pesquisas e estudos realizados. A agricultura familiar não é algo homogêneo, seja na sua relação com o mercado, na organização da produção e do trabalho e/ou na organização social e política.

CHAYANOV (1928), incansável pesquisador da agricultura familiar, caracteriza e descreve como se estabelecem as relações interna e externamente à unidade de produção familiar. Segundo o autor, a agricultura familiar tradicional caracteriza-se pela especificidade na forma como ela se estrutura e organiza-se internamente, ou seja, “... o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 1998, p. 31). A dificuldade em

estabelecer uma diferença significativa entre o mundo do trabalho e o mundo da vida na propriedade familiar, não é tarefa tão simples como no produtor rural de médio e grande porte, que utilizando-se de mão-de-obra assalariada, se reproduz a partir da lógica da empresa capitalista. Já na agricultura familiar não há uma separação significativa entre a “empresa” e a família, pois o lucro obtido do trabalho físico e mental do agricultor é considerado renda para a reprodução social de sua estrutura familiar (WANDERLEY, 1998). Esta caracterização é fundamental para que se inicie qualquer discussão e elaboração teórica sobre a agricultura familiar.

Vale mencionar ainda que, na agricultura familiar, a forma de reprodução social estará ligada direta e proporcionalmente à “força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo” (WANDERLEY, 1998, p. 33). A força de trabalho exigida na agricultura familiar dependerá do quanto é necessário para satisfazer as necessidades de consumo da família.

Assim como Chayanov, LAMARCHE (1998) faz a análise das formas de reprodução da agricultura familiar subdividindo-as em quatro diferentes modelos, partindo do princípio de que a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado e a lógica familiar influenciam diretamente nas formas de reprodução social. O autor propõe os seguintes modelos: 1) o modelo empresa; 2) o modelo empresa familiar; 3) o modelo agricultura camponesa ou de subsistência; e 4) o modelo agricultura familiar moderna.

O primeiro modelo, denominado empresa, se caracteriza principalmente pela função objetiva de gerar lucro, e está baseada na forte dependência de insumos e tecnologias e a fraca predominância do trabalho familiar. Neste modelo é factível a presença preponderante da racionalidade instrumental sob a subjetividade, descaracterizando as relações homem-natureza que é sobreposta pela lógica do mercado.

O segundo modelo, empresa familiar, diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte predominância da mão de obra familiar, no

entanto possui uma acentuada dependência do exterior e forte relação com a dimensão técnica da produção.

O terceiro modelo, a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar.

Vale ressaltar que para a produção do sujeito, independentemente do modelo, é condição fundamental que o seu modo de vida seja constituído a partir de uma opção, desde que esta não esteja atrelada nem tanto ao mercado nem a um comunitarismo, mas na integração entre instrumentalidade e identidade. Ou seja, a opção em construir e reivindicar o seu projeto de vida.

O quarto e último modelo, a agricultura familiar moderna, caracteriza-se, de um lado, pela “busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível” (LAMARCHE, 1998, p. 78). Este modelo representa, em certa medida, o agricultor familiar que está entre a agricultura tradicional e a moderna, pois ao mesmo tempo em que tenta resguardar a família do trabalho com a utilização de tecnologia moderna, busca manter certa autonomia.

É importante destacar que o modelo da agricultura moderna está mais presente na região sul do país, caracterizado por serem estabelecimentos mais independentes e com características familiares tradicionais, “efetuam poucas produções destinadas à venda (mesmo que a quantidade possa ser importante) e dispõem de uma grande independência alimentar (poucas compras e um autoconsumo importante)” (LAMARCHE, 1998, p. 80).

Lamarche chama atenção para este quarto modelo de agricultura como sendo o que mais se aproxima do modelo alternativo, pois garante certa independência da família diante do mercado e das tecnologias modernas (conhecimento, técnicas, insumos, etc), ao mesmo tempo em que caracteriza-se pela diminuição da mão de obra familiar como estratégia para melhorar a qualidade de vida.

O autor destaca a tendência deste modelo em diminuir a utilização da mão-de-obra familiar, no entanto, esta estratégia depende de um processo de tecnificação dos agricultores, pois a diminuição da mão-de-obra atinge diretamente a quantidade da produção e, conseqüentemente, a renda familiar. No entanto, a tecnificação na agricultura familiar é dependente, num primeiro momento, do sistema de crédito oficial brasileiro, que é bastante limitado e burocrático aos pequenos agricultores, o que reduz significativamente as possibilidades de avanço desse modelo no país.

Os agricultores situados na agricultura moderna têm, nesta lógica, um modo de vida, pois mais do que uma necessidade ou conseqüência de um processo econômico excludente, esta agricultura caracteriza-se por ser uma decisão, uma opção por um modo de vida, que preservando em certa medida a identidade cultural e as formas tradicionais de produção, busca integrar novas tecnologias à unidade de produção.

“O pessoal não quer ganhar muito, mas também não quer sair perdendo. Então é produzir e vender o produto para que não saia perdendo, que dê para mantê, porque a gente que produzi um alimento que além de ser sadio, também tenha um preço acessível.” (AD-02)

Os agricultores, alvo desta pesquisa, caracterizam-se significativamente com o modelo da agricultura familiar moderna, pois possuem uma segurança alimentar relativa, demonstram pequena relação com o mercado e por outro lado um grande potencial de comercialização, embora não privilegiem esta enquanto atividade principal.

O que chama atenção é que antes de serem assessorados pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), os agricultores da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO), consideravam que os produtos como o pinhão, derivados do porco, hortifrutigranjeiros, mel, entre outros não seriam viáveis para a comercialização, pois estes seriam produtos que, sem um beneficiamento apropriado (agroindustrializados) e produção em grande escala, dificilmente conseguiriam mercado consumidor.

A lógica estabelecida por estes agricultores com o mercado consumidor, é, historicamente, controlada por empresas produtoras de insumos e intermediadoras, (“atravessadores”) que fazem o beneficiamento, a agroindustrialização e a distribuição. No Paraná, os agricultores familiares, em geral, não conseguem beneficiar e agroindustrializar sua produção ou mesmo comercializar diretamente ao consumidor.

Este formato que é imposto pela agricultura moderna, que industrializando e, conseqüentemente, centralizando em suas “mãos” o controle do escoamento da produção e sua comercialização, impede estruturalmente que a agricultura familiar estabeleça relações sustentáveis para sua reprodução social, econômica e cultural.

BRANDENBURG (1999) chama atenção para o que considera condição fundante para a reprodução do agricultor familiar moderno: a autonomia e a liberdade. E, para tanto, este agricultor não deve ser apenas aquele que

“... investe em inovações tecnológicas no sentido de substituir a base técnica visando obter maior produtividade na produção e maior eficiência na gestão administrativa da unidade familiar, mas o agricultor que se coloca na condição de autor de um projeto de vida e que ao lutar para construí-lo combina racionalidade e subjetividade. Nessas condições, o agricultor familiar é, portanto, uma categoria moderna, cujo projeto, sem dúvida, inscreve-se como uma continuidade de uma condição camponesa.” (BRANDENBURG, 1999, p. 283)

O resgate das formas de produção e comercialização estabelecidas historicamente pela agricultura familiar, contribui para que novas possibilidades de

comercialização e produção estejam alicerçadas no econômico, mas também no cultural, no social e ambiental. As trocas de produtos e sementes, os mutirões, a utilização de insumos “caseiros”, a venda direta ao consumidor, as agroindústrias familiares, entre outros, são instrumentos que podem garantir a possibilidade, num primeiro momento, de novas relações sustentáveis para a agricultura familiar.

O conceito e as práticas em economia popular solidária, têm proporcionado tanto para as ONGs como para as organizações de agricultores familiares, a possibilidade de reconstruir novas relações econômicas, agora baseadas nos princípios de sustentabilidade, autonomia e solidariedade. As feiras direto do agricultor, as entregas e os pontos fixos de venda gerenciados por agricultores ou por consumidores (cooperativas e associações), são experiências que buscam resgatar e valorizar práticas mais solidárias e que potencializem o desenvolvimento local.

Segundo um dos assessores técnicos (AT) do IEEP, autonomia na agricultura familiar é

“... a capacidade que o agricultor tem, ou de uma organização, de poder tomar suas próprias decisões, ter autodeterminação, capacidade de definir sobre aquilo que ele quer ou não quer. E pode, em todos os momentos, no caso da agricultura, desde o processo de organização, produção, comercialização, certificação, ter a capacidade de ser quem promove, que tem domínio do processo. E ele pode conduzir para onde ele acha mais interessante, dominar todas as etapas do processo.” (AT-02)

A partir do momento em que o agricultor tem as condições necessárias para definir quais serão os insumos, técnicas e procedimentos que vai utilizar, levando em consideração a disponibilidade dos recursos e das necessidades locais, o agricultor tem um ganho significativo de autonomia (ALMEIDA, 1999). Mas não só a escolha do que fazer garante sua autonomia, mas fundamentalmente, a aquisição e construção de conhecimento para o aprimoramento da produção e organização do trabalho.

A produção de conhecimento, a geração de tecnologia e a inserção de novas práticas na agricultura familiar devem respeitar, necessariamente, a identidade cultural,

a estrutura econômica e a organização social e política. Mas, fundamentalmente, devem garantir que o projeto de vida dos atores sociais seja o balizador na construção de um projeto de desenvolvimento que tenha na autonomia o objetivo central.

“... quase todo o pessoal da AGAECO, eles são muito contra qualquer coisa que vem lá de cima, porque tudo que vem de cima, as coisas tem que surgir de baixo, que venha da realidade do agricultor, da sua prioridade, que venha de lá. Por exemplo, o manejo da propriedade dele. Lá seja uma coisa que não veio lá de cima, pra massacrá, escravizá o agricultor...”. (AD-04)

Segundo ALMEIDA (1999), por vezes, a autonomia do agricultor ou do grupo, passa a se instituir como estratégia para a resolução de problemas locais de maneira imediata, seja pela descrença no sistema institucional, seja para resguardar e se autodefender de certas imposições do sistema. Estas, muito mais do que servir de estratégia de organização, valorização da identidade e fortalecimento de um projeto, colocam-se enquanto estratégia de autopreservação em momentos de crise, e que perde força quando re-estabelecida a condição anterior.

Seja para assegurar o fortalecimento de canais de participação e autogestão, ou então como estratégia de defesa e autopreservação, a agricultura familiar não pode prescindir de conquistar uma autonomia que lhe garanta certa condição de reprodução social que tenha como fundamento o respeito à cultura e a produção de novos saberes.

O agricultor familiar moderno se caracteriza por estar aprimorando sua organização social, econômica e tecnológica através da utilização de novos conhecimentos, reivindicando, em certa medida, a sua condição de agricultor tradicional e, estabelecendo, desta forma, a construção de um modo de vida que garanta sua autonomia.

2.2. INQUIETAÇÕES INICIAIS: DA REVOLUÇÃO VERDE A BIOTECNOLOGIA

A Revolução Verde foi concebida no contexto da modernização tecnológica,

quando novas formas de exploração da natureza e da força de trabalho passaram a integrar a estratégia de desenvolvimento conduzido pelo capital financeiro e pela industrialização dos processos de produção, sejam eles no urbano ou no rural. A utilização de maquinários, de insumos químicos, de sementes híbridas e técnicas pautadas exclusivamente pela racionalização, fez com que o desenvolvimento da agricultura passasse a imprimir uma nova estrutura e organização à agricultura brasileira.

A partir da década de 90, o processo de modernização agrícola que utiliza progressivamente recursos biotecnológicos (transgenia), toma novo fôlego e (re)inicia um processo de modernização, ainda mais calcado na instrumentalidade.

As técnicas utilizadas pela transgenia avançam no controle e na dependência que os agricultores têm das indústrias de insumos. Um exemplo são as sementes “programadas”, que germinam e se desenvolvem segundo um cronograma pré-estabelecido em sua estrutura genética, para receber aplicações de insumos em determinado período de crescimento, além de não poderem ser (re)utilizadas como sementes.

Após trinta anos de modernização tecnológica (Revolução Verde e Biotecnologia), são observadas como principais consequências, a degradação ambiental, a acumulação de terras e a exclusão social no campo. O aumento da produtividade e a “melhoria” da qualidade dos produtos agriculturáveis não respaldaram suficientemente este processo de modernização, pelo contrário, o aumento da produtividade tem proporcionado a degradação do meio ambiente, seja através da monocultura em longas áreas, seja através da utilização de sementes transgênicas, ou mesmo através do uso indiscriminado de insumos químicos (ALTIERI, 2001a).

Segundo ALTIERI (2001a), a modernização agrícola hoje toma forma de uma crise agrícola-ecológica, pois resulta no fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. Desenvolvimento este, que tem como pressuposto a tecnificação e o uso excessivo de insumos externos, com o objetivo de reduzir custos operacionais,

aumentar a produtividade e a “qualidade” dos produtos. No entanto, este modelo referencia-se em tecnologias que dependem de um alto consumo energético, conseqüentemente, geram um significativo impacto ambiental e social.

As promessas de capitalização dos agricultores não se efetiva na medida em que os pequenos e médios agricultores não respondem ao modelo adotado, pois não conseguem desenvolver uma produção em grande escala e encontram dificuldade de acesso ao crédito, o que determina a aquisição ou não de maquinários e insumos modernos, além de não possuírem as melhores terras. Estes e outros requisitos necessários para que possam alcançar o “sucesso” produtivo e econômico, ao contrário do que se esperava, promoveu, e ainda promove, um processo acelerado de falência dos agricultores familiares.

Mas não será apenas pelas conseqüências econômicas que a agricultura familiar será impactada negativamente, mas, principalmente, no que se refere a sua organização social e cultural, ou melhor, no seu modo de vida.

Um exemplo deste processo, acontece a partir do momento em que se inicia a utilização de sementes geneticamente modificadas, que impulsionam uma nova dinâmica para a agricultura familiar, pois faz parte da sua cultura a produção e a troca de sementes entre comunidades e vizinhos.

Desde os impactos econômicos que geraram certa dependência do agricultor com o sistema financeiro (crédito), passando pela desestruturação da organização da produção e do trabalho familiar, além de impactar na autonomia social e cultural dos agricultores familiares, a agricultura moderna conservadora tem gerado processos cada vez mais perversos, social e economicamente, desestruturando todo tecido social, que tenta se organizar de forma a resgatar e valorizar a cultura como elemento fundante das relações sociais na agricultura familiar.

2.3. DA AGRICULTURA ALTERNATIVA À AGRICULTURA ECOLÓGICA

Em resposta à modernização da agricultura, alguns setores da sociedade, iniciaram um processo que pudesse rever os paradigmas propostos pela crise agrícola-ecológica. Grupos organizados se estruturaram a fim de promover ações-reflexões que apresentassem alternativas aos agricultores, com o objetivo de mantê-los em suas propriedades mas, fundamentalmente, viabilizassem a construção de um novo projeto de sociedade que estivesse pautado pela inter-relação entre as dimensões do social, do cultural, do econômico e do ambiental. Será então, a partir da mobilização de segmentos dos movimentos sociais do campo e de organizações não governamentais, que dá-se início a processo de desconstrução/reconstrução do paradigma de desenvolvimento “modernizador”.

Estas organizações sociais iniciam um processo propositivo de alternativas tecnológicas, estimulando e promovendo uma nova forma de pensar o rural. Este processo tem seu início na década de 70, estimulado por setores dos movimentos sociais e algumas ONGs de desenvolvimento rural, que pautando suas ações no fortalecimento da agricultura familiar, propõem um projeto de desenvolvimento. Este projeto tem como princípio a constituição de uma “nova” base tecnológica e novas relações com o mercado, assim como o resgate e a valorização da organização social e política dos agricultores familiares.

Este projeto de desenvolvimento traz como pressuposto uma base tecnológica que privilegia recursos próprios, técnicas de manejo de recursos naturais e a diversificação da atividade produtiva, a organização social enquanto instrumento para o fortalecimento e geração de autonomia e o resgate cultural como forma de mediar as relações entre o mercado e a comunidade, potencializando a capitalização e tecnificação dos agricultores familiares desde que respeitadas as formas tradicionais de produção e organização (ALTIERI, 2001a).

Denominada inicialmente de agricultura alternativa, esta “nova” forma de

agricultura caracterizava-se como uma segunda via ao desenvolvimento rural oficial. Como destaca ALMEIDA (1999, p. 65), “o termo ‘agricultura alternativa’ reveste-se de uma forte conotação contracultural. Esses tipos de agricultura que se pretendem diferentes são definidos principalmente em relação à agricultura – ou aos agricultores – de tipo convencional ou ‘moderna’ que se pratica nos países de desenvolvimento industrial avançado...”. A agricultura alternativa vai caracterizar-se por defender: pouco ou quase nenhum grau de tecnificação e de especialização, segundo os padrões industriais; pouca utilização de insumos químicos; o fortalecimento da lógica de organização do trabalho familiar; a promoção de formas alternativas de comercialização; e a redução do consumo energético na produção.

Com a ampliação dos debates sobre a agricultura alternativa, em fins da década de 80 e início da década de 90, esta denominação ganha um novo enfoque, intitulada de agricultura sustentável. Esta nova definição passa a “constituir muito mais uma orientação política de propósitos a serem atingidos do que expressão de uma realidade. Surge como uma agenda, com o objetivo ou ideal de restaurar o equilíbrio na relação homem-natureza” (BRANDENBURG, 1999, p. 75). Numa versão mais simples, o conceito é entendido como desenvolvimento ecologicamente equilibrado, economicamente viável, socialmente justo e politicamente participativo. Segundo VIOLA (1995, p. 104), os objetivos da agricultura sustentável seriam o de:

“... promover a saúde de agricultores e consumidores; manter a estabilidade do meio ambiente, mediante incorporação dos processos naturais, como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio, o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores a longo prazo; e produzir para responder às necessidades atuais da sociedade, considerando-se também as gerações futuras”.

Na passagem do alternativo para a designação de sustentável, o “movimento” ganha personalidade e uma “bandeira de luta”, deixando de ser algo paralelo, não oficial, para ganhar espaço político, social e institucional.

Por quase uma década, o debate em torno da agricultura sustentável foi aprofundado tanto pelos movimentos contestatórios, como pelos órgãos governamentais, que passam a assumir uma postura pró-ativa, assim como um “sem número” de atores que, sensibilizados com a proposta de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, reivindicam “outro” projeto de desenvolvimento. Muitas vitórias foram conquistadas pelos movimentos sociais. No entanto, muito foi desconstruído da proposta inicial, principalmente a partir do momento em que o termo sustentável se torna projeto oficial do governo brasileiro, no Governo Fernando Henrique Cardoso. O discurso e as políticas passam a privilegiar a dimensão ambiental, perdendo significativamente a “globalidade” conceitual inicialmente proposta. Com isso, a terminologia “agricultura sustentável”, ou “desenvolvimento sustentável”, vai se desgastando e perdendo força entre os movimentos sociais e organizações não governamentais, que não mais se identificando com a caracterização estabelecida pelas políticas oficiais, passa a (re)construir a discussão do projeto de desenvolvimento, denominado agora enquanto “agricultura ecológica”.

Na perspectiva da agricultura ecológica, insurgem diversas abordagens técnico-metodológicas, entre elas a agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecologia, entre outras. Estas são unidade no que se refere ao entendimento de sustentabilidade ambiental, no entanto, há uma diferença quando as dimensões do econômico, do social e do político passam a ser pautadas no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento⁷. Para este trabalho de pesquisa, a abordagem da agroecologia é que será considerada enquanto arcabouço teórico, técnico e metodológico, pois será a abordagem que será defendida pelas ONGs de desenvolvimento rural.

Desta forma, a agroecologia irá se consolidar, em fins da década de 90,

⁷ Ver mais em BRANDENBURG, A. Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999; e EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

enquanto “novo” projeto de desenvolvimento. Assim como na agricultura sustentável, os princípios norteadores fundam-se na proposta da sustentabilidade social, econômica e ambiental. No entanto, a agroecologia irá pautar suas estratégias, prioritariamente, através da dimensão cultural, social e política, entendendo que é fundante o resgate e valorização de um modo de vida. E não simplesmente de uma racionalidade. O sujeito enquanto produtor e produto da integração instrumentalidade-identidade, tem no modo de vida proposto pela agroecologia, a possibilidade de interconectar as técnicas “tradicionais” e a cultura; as novas tecnologias e conhecimentos modernos.

Segundo ALTIERI (2001b, p. ?) a agroecologia

“... no sólo se basa en los elementos de la ciencia, sino también en lo que llamamos la etnociencia, o sea, el conocimiento de los propios agricultores. Al inicio de su desarrollo la agroecologia ha puesto mucho interés en el trabajo con los campesinos de América Latina porque rescata mucho el conocimiento ancestral de los Andes, de Mesoamérica. Por lo tanto, es una combinación de saberes resulta en una serie de principios que se transforman en formas tecnológicas que finalmente nacen de lo que nosotros llamamos la investigación participativa. (...). La agroecología implica, entonces, un verdadero cambio del paradigma científico, pero también de la práctica, de la tecnología concreta de trabajo, de la relación con la tierra y con el producto de ella”.

Vale ressaltar que a agroecologia da forma como está sendo proposta nesse trabalho, diferencia-se significativamente das outras agriculturas “sustentáveis”, como a orgânica, a natural ou a biodinâmica⁸. Por exemplo, a agricultura orgânica se baseia meramente na substituição dos insumos químicos pelos insumos ecológicos, seguindo o padrão da agricultura convencional no que se refere a organização social e política (ALTIERI, 2001b).

Assim, a agroecologia enquanto projeto de desenvolvimento, propõe a

⁸ Ver mais em BRANDENBURG, A. Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999; e EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

organização social e política, a preservação do meio ambiente, o resgate e a valorização cultural e a comercialização solidária, enquanto elementos que fundam as bases para um desenvolvimento que busca a autonomia da agricultura familiar.

A agroecologia, diferentemente de outros modelos de desenvolvimento propostos até então, consolida o papel central dos atores sociais no processo de construção de espaços mais democráticos, solidários e autônomos.

2.4. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASSESSORIA E A POLÍTICA DO SUJEITO NA AGROECOLOGIA

Será a partir da década de 80, que organizações não governamentais de desenvolvimento rural no Paraná se estruturam e se institucionalizam reivindicando um projeto de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico imposto pela agricultura conservadora. O objetivo é de assessorar tecnicamente e organizacionalmente os agricultores familiares, principalmente aqueles excluídos das políticas oficiais. A organização dos agricultores em sindicatos, associações e em movimentos sociais (pastorais sociais, MST, etc.) torna-se o foco da ação das ONGs, pois identificava-se na mobilização e envolvimento dos agricultores na construção de um outro modelo de desenvolvimento, como forma de fortalecer e gerar autonomia dos agricultores familiares.

No Paraná, algumas organizações não governamentais começaram a promover e estimular a agroecologia enquanto “modelo” para a sustentação e fortalecimento da agricultura familiar. Entre elas estão a Associação de Estudos e Orientação e Assistência Social – ASSESOAR, no oeste do Estado, a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná – RURECO, na região centro, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA, e o Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP, que atuam na região Centro Sul do Estado, assessorando grupos e associações de agricultores familiares.

Com a organização e institucionalização de diversas ONGs pelo país, a necessidade de garantir a comunicação, a troca de experiências e, principalmente, a construção de uma agenda comum de propostas e projetos, tornou-se indispensável à organização destas em rede. Em meados dos anos 80, as ONGs de assessoria rural passam a se organizar através da Rede de Tecnologias Alternativas – Rede TA⁹, com a missão de estabelecer diretrizes nacionais para o projeto alternativo.

O papel articulador que a Rede TA assume durante sua história, marca toda a trajetória das ONGs parceiras, pois o fórum de debate entre elas propiciava um espaço de “...intercâmbio de estratégias de reforço na construção de ideais norteadores” (BRANDENBURG, 1999, p. 149), como também permitia que em cada uma destas organizações, as ações desenvolvidas servissem de referência para outros tantos agricultores e técnicos espalhados pelo território brasileiro.

Nessa perspectiva, o projeto de vida construído por cada um dos agricultores familiares ligados ao movimento das ONGs, deixa de ser uma experiência individualizada e local e passa a fazer parte do processo de construção coletiva de experiências fundadas no paradigma de desenvolvimento de uma outra agricultura.

Esse movimento de organização em rede, garantiu às ONGs um salto organizativo e político significativo a partir da década de 80. No entanto, ao final da década de 90, por não responder ao princípio de participação efetiva dos agricultores nos processos decisórios, a rede perde força junto a algumas ONGs, que estimuladas pelo movimento agroecológico, instituem a Rede Ecovida de Agroecologia – Rede Ecovida, com atuação nos três estados do sul do país. Esta nova rede possibilitou que organizações de agricultores familiares participassem de “igual para igual” com as ONGs. A partir deste momento, técnicos e agricultores assumem espaço social e

⁹ Ver mais em REDE DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 169-185.

político conjunto, significando um grande avanço na construção do projeto de sociedade pautado pela construção do sujeito.

A Rede Ecovida surge, não como resultado, mas concomitantemente ao enfraquecimento institucional da Rede TA no sul do país (regional da Rede TA no sul do país), fato que contribuiu para que as organizações ligadas a esta rede fortalecessem ainda mais a Rede Ecovida enquanto espaço institucional de mobilização e organização.

“... o objetivo da Rede Ecovida passou a ser o espaço de fortalecimento da agroecologia. Na verdade, a rede tava caindo de madura, apesar dela, do nome da estrutura da rede. A rede TA já vinha avaliando que era muito pouco realizar a articulação entre as ONGs (...). A Rede Ecovida apesar de ter surgido dessa forma, ela é fruto do crescimento, do processo de fortalecimento da agroecologia (...). A rede TA passa a ser uma rede dentro da Rede Ecovida. Ela passa a ser uma rede de ONGs. Nós temos como avaliação que a rede TA não tem que acabar, porque a gente tem questões próprias das ONGs que a gente tem que discutir. Ela acabou porque não tinha ninguém mais quem, puxasse (...). Eu ainda acho que tem demandas para serem discutidas.” (AT-02)

A Rede Ecovida enquanto espaço de definição de estratégias de ações conjuntas entre ONGs de assessoria rural e organizações de agricultores familiares (associações, cooperativas, grupos, etc.), tem por objetivo propor e fortalecer os processos de assessoramento em agroecologia para grupos de agricultores familiares, assim como fomentar a troca de experiências, desenvolver ações de formação e capacitação em agroecologia, estimular e promover espaços de comercialização alternativos e criar estratégias de mobilização e reivindicação na construção de um modelo de desenvolvimento sócio-ambiental.

“... a Rede Ecovida vem pra delimitar um campo. Todo mundo discutindo agroecologia. Tem uma visão própria, metodologia própria. A rede serviu para passar um risco, a gente quando fala em agroecologia, nós tamo desse risco pra cá, podem falar do que quiserem (...), de isso ou aquilo, mas nós da rede temos essa visão, que é o que quer se passar com o próprio produto certificado. Quem consome Ecovida, consome essa visão. Então ela veio para fazer certificação, mas acabou aglutinando uma série de outras demandas (...). A

relação com consumidores, a Rede Ecovida abarcou. A questão das trocas de experiências, de intercâmbios, a rede abarcou. Porque a certificação é muito burocrática (...). Ela é um processo assim: a família preenche o formulário, o formulário vai pra comissão de ética, a comissão de ética vai para uma visita, depois da visita faz um relatório, faz avaliação e planejamento, e faz a certificação e pronto. Se você tem como base isso, ela perde a função principal, hoje nos grupos mais antigos a certificação corre paralela, mas o núcleo continua se reunindo, tem outras preocupações” (AT-02).

Muito mais do que se preocupar com a base tecnológica, as organizações ligadas a Rede têm direcionado seu debate para a metodologia de assessoramento, pois é primordial que se garanta, nestes processos, a construção coletiva, com a participação dos agricultores em todas as instâncias e momentos.

PETERSEN (1999, p. 05) chama atenção para o caráter participativo com que as metodologias de assessoramento vêm sendo direcionadas, e destaca que “... a premissa básica desse novo paradigma é a de que os agricultores devem participar efetivamente no processo de pesquisa agrícola e extensão rural, rompendo com a concepção metodológica ainda prevalecente que lhes atribui um papel de meros receptores passivos de informações e tecnologias”. E acrescenta:

“Se por um lado devemos louvar essas iniciativas, por outro não podemos deixar de constatar que a idéia do desenvolvimento participativo tem se propagado muito mais rápido do que a sua prática operacional e de uma estrutura funcional herdadas de contextos já ultrapassados, as instituições têm dificuldades de escapar de uma espécie de rotina de atrelamento que as mantém fortemente aderidas aos mesmos conceitos e métodos, impedindo-as de se adequarem às necessidades colocadas pelo enfoque do desenvolvimento participativo. As inovações no campo metodológico ainda são epidérmicas, superficiais. Ainda não chegaram a romper com o verticalismo que caracteriza a ação das instituições oficiais e de algumas entidades da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento rural.” (PETERSEN, 1999, p. 06)

Como destaca o autor, as ONGs têm se esforçado para construir processos que consolidem a produção do sujeito, e não apenas processos que institucionalizam a participação como forma de consulta.

Diferentemente da metodologia tradicional adotada pela extensão rural,

praticada em grande medida pelos órgãos governamentais, que entendem o conhecimento como algo à ser levado, estendido, transmitido aos agricultores, algumas experiências desenvolvidas pelas ONGs, tem na integração do conhecimento científico com conhecimento “tradicional”, o arcabouço teórico-metodológico da proposta agroecológica.

Fundamentados na metodologia proposta por Paulo FREIRE¹⁰ (1977; 1987) e na metodologia de educação popular desenvolvida pelas pastorais sociais (Comissão Pastoral da Terra - CPT, em especial), as ONGs desenvolvem não apenas experiências e práticas de uma nova agricultura, mas fundamentalmente, contribuem para a construção de um novo projeto de desenvolvimento, que além de considerar as bases tecnológicas, estabelecem uma “nova” forma de comunicação e de construção da realidade, a partir do processo de assessoramento técnico e organizacional. Como afirma ALTIERI (2001a, p. 37) “... a abordagem agroecológica provou ser culturalmente compatível, na medida em que se constrói com base no conhecimento agrícola tradicional, combinando-o com elementos da moderna ciência agrícola”.

O grande desafio para as ONGs na construção de um modelo de desenvolvimento, é possibilitar o aumento da capacidade produtiva a partir de novas tecnologias sustentáveis respeitando as formas tradicionais de produção e, ao mesmo tempo, potencializar a organização social e política e resgatar e valorizar a cultura dos agricultores familiares.

É a partir deste contexto que o Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) se insere no processo de assessoramento de grupos de agricultores familiares,

¹⁰ Paulo Freire, pensador e militante brasileiro reconhecido mundialmente por suas obras na área da educação. Seu principal livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado em 17 línguas, sintetiza as concepções e princípios de sua metodologia de educação “libertária”. Para FIORI (1987, p. 09) “Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa existência. É também educador: existencia seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como ‘prática da liberdade’”. Para mais informações ver: FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

com a preocupação de fomentar a organização sócio-política e novas práticas tecnológicas sustentáveis, com base nos referenciais ideológicos, conceituais e metodológicos propostos pela agroecologia.

O IEEP enquanto ONG de assessoria, pauta suas ações não apenas nas questões técnicas e organizativas de produção, mas fundamentalmente, na organização “popular” e na formação de processos que promovam a emancipação dos atores como pressupostos para a construção de uma outra agricultura.

2.5. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

A idéia de movimento social nos remete à idéia “... de um tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade” (TOURAINÉ, 1998a, p. 113).

Nesta perspectiva, o movimento social é o espaço onde atores se articulam de forma coletiva com o objetivo de reivindicar e lutar por princípios éticos e morais contra um poder hegemônico. O movimento é quem subsidia a produção do sujeito, e vice-versa, pois a reivindicação do projeto de vida do sujeito se dá de forma dialética com a instituição de uma organização coletiva (movimento social).

O movimento agroecológico, instituído de certa forma através da Rede Ecovida, só se constitui enquanto tal, a partir do momento em que agricultores e técnicos assumem a agricultura agroecológica como um modo de vida e um projeto de vida. Não muito diferente, a AGAECO se institui enquanto movimento, pois os agricultores têm na agroecologia um modo de vida, e não um mero instrumento tecnológico e organizativo para o desenvolvimento econômico da unidade produtiva.

“Valeu a pena, valeu. Só o companheirismo dos grupos já é boa coisa, antes não tinha isso, antes ninguém se reunia, só dia de festa. Se reunir de grupo para trocar idéia era muito

difícil, agora mudou muito, entre a turma do grupo. E com as visitas eu comecei a conhecer o pessoal, não conhecia quase ninguém. Aumentou a visita entre todo mundo, entre jovens, mulher, homens, velhos. É tudo gente que nem a gente. (AE-04)

Assim, tanto o sujeito quanto os movimentos sociais devem constituir-se em atores de um processo de democratização dos espaços sociais. A interligação entre razão (técnica, ciência, etc.), liberdade (subjetividade humana) e memória (tradições, cultura, etc.) faz do sujeito coletivizado um ator que reivindica perante o poder da ciência, do mercado e da comunidade o seu projeto de vida.

A construção do agricultor enquanto sujeito torna-se possível a partir do momento em que o ator, constituído por princípios éticos, por sua memória, pela identidade e pela racionalidade, reivindica sua liberdade, sua autonomia e sua felicidade.

3. AGAECO: UMA HISTÓRIA DE ORGANIZAÇÃO NO CAMPO

Neste terceiro capítulo será desenvolvida a análise dos dados coletados sobre as questões referentes à organização dos agricultores familiares, principalmente no que se refere à construção da identidade, o resgate cultural, à produção de conhecimento, a relação assessor-agricultor e à autonomia econômica da experiência estudada.

3.1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA AGAECO

A AGAECO é uma associação fundada por grupos de agricultores familiares do município de Turvo, região Centro do Estado do Paraná. Sua fundação foi realizada durante a 2ª Feira da Comunhão e da Partilha¹¹ no dia 11 de agosto de 2001, onde os 06 (seis) grupos que compõe a associação deram início a um trabalho em rede de interação e cooperação. A associação foi fruto da união destes grupos de agricultores, que, percebendo a necessidade de uma organização mais articulada e integrada, decidiram reunir os grupos de forma a potencializar as ações no município e região. São eles: o Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita – GAESSA; o Grupo de Agricultores Ecologistas Verde Vale do Ivaí – GAEVVI; o Grupo de Agricultura Ecológica Terra Pura – GAETEP; o Grupo de Agricultores Ecológicos Querência Antiga da Manhã – GAEQAM; o Grupo de Agricultores Ecológicos Terra Viva – GAETEEVI; e o Grupo de Agricultores Ecológicos VERDELÂNDIA. Ao todo participam desses grupos 29 famílias de agricultores, o que equivale a aproximadamente 90 pessoas envolvidas.

A origem da AGAECO está ligada ao trabalho de organização e

¹¹ A Feira da Comunhão e da Partilha é um evento organizado pelos grupos ligados a AGAECO, que tem como finalidade celebrar a organização popular e a biodiversidade gerada a partir de práticas ecológicas.

agroecologia desenvolvido por dois técnicos¹² ligados a uma ONG local na formação de grupos de agricultores familiares via assessoria técnica organizacional. Inicialmente, no ano de 1999, os técnicos estavam ligados a uma organização não governamental, o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort. Mas divergências metodológicas e conceituais, obrigaram os técnicos a se transferirem para o Instituto Equipe de Educadores Populares¹³, já no ano de 2000. Lá que continuaram a assessorar os agricultores, só que agora de forma menos constante devido a falta de recursos financeiros.

No plano da produção ecológica os grupos que compõe a AGAECO têm realidades distintas no que se refere aos sistemas de produção. Dependendo da sua localização no município, cada comunidade desenvolve um tipo específico de atividade. A diversidade de experiências e espécies manejadas é muito grande. Dentre elas destacam-se: a produção de hortaliças ecológicas de inverno e verão; a produção de sementes de adubação verde de inverno e de verão; o cultivo mínimo e o plantio direto sem herbicida (milho e feijão); a produção de leite à base de pasto em sistema de rodízio; o uso de fitoterapia para animais; a produção e beneficiamento de plantas medicinais; a criação de suínos ecológicos ao ar livre; a produção de erva-mate em agrofloresta; e o resgate de variedades de sementes crioulas diversas.

A partir dos grupos de agricultores, foram elaboradas diversas iniciativas comunitárias, como os campos de produção de sementes, as estufas comunitárias, a feira de comercialização de produtos agroecológicos em Guarapuava (distante 40 quilômetros de Turvo), a produção conjunta de *super-magro*, *biogeo*, *adubo da*

¹² Os dois técnicos têm formação acadêmica em Engenharia Florestal. Um deles possui mestrado em Extensão Rural e o outro, mestrado em Agroecologia.

¹³ Com sede em Irati/PR, distante 150 quilômetros de Turvo/PR. Fundado em 1995, tem no seu quadro de associados: agricultores familiares, agentes das pastorais, integrantes do MST, militantes dos movimentos sociais e assessores. Tem como público-alvo prioritário, agricultores familiares “empobrecidos” e população urbana em situação de “insegurança” alimentar da região Centro e Centro Sul do Estado do Paraná. Depende financeiramente de recursos provindos de projetos enviados para fundações e organizações não governamentais de cooperação e governos.

independência e outros insumos utilizados na produção ecológica. Estas e outras práticas, foram constituindo-se enquanto elementos importantes na metodologia, seja na organização social, política ou mesmo no resgate e valorização da identidade cultural.

Atualmente, todas as famílias estão produzindo quase que completamente de forma ecológica (ver Quadro 03), sendo que uma parte dos agricultores, não mensurada, já possuem toda a propriedade convertida para a produção agroecológica.

“Eles estavam trazendo um novo projeto, o projeto da agroecologia. Nós nunca tinha ouvido falar em agroecologia. Nós usava veneno na lavoura, só que na horta nós produzía para nós. Na erva tava começando a usar. Hoje, desse ano pra cá na lavoura não tamo usando nada”. (AD-05)

QUADRO 03: TEMPO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DOS ASSOCIADOS DA AGAECO.

Tempo de produção	Número de Famílias	Porcentagem
Até 01 ano	11 famílias	37,93%
Entre 01 e 02 anos	10 famílias	34,48%
Há mais de 02 anos	08 famílias	27,58%
Total	29 famílias	100%

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

Os grupos, como já foi citado, realizam também “assessoria solidária¹⁴” a outros grupos do município e da região que estão sendo formados, o que demonstra a aceitação da proposta do método “agricultor para agricultor”¹⁵.

¹⁴ A AGAECO possui um sistema de assessoria próprio, onde os assessores, ou melhor, os agentes de desenvolvimento, são os próprios agricultores das comunidades rurais. Estes são permanentemente capacitados e formados pelos assessores do IEEP, e passam a realizar a assessoria técnica e organizacional junto aos grupos de agricultores da AGAECO, como também à outros grupos e agricultores que demandem apoio para a produção agroecológica e para a organização social e política.

¹⁵ A metodologia *agricultor para agricultor*, desenvolvida inicialmente por ONGs de assessoria da América Central, tem por princípio aproximar e estimular que agricultores sejam os promotores do processo de construção do conhecimento. O método realiza-se, principalmente, através de atividades de intercâmbio entre agricultores, considerando prioritariamente os experimentos que os

“Os grupos já tão dentro desse trabalho [dos agentes de desenvolvimento] isso foi bem fácil, é uma forma bem mais fácil de trabalhar, porque os assessores são da própria AGAECO, e você sabe que de agricultor para agricultor a coisa funciona melhor, gera mais informação, é bem mais fácil de trabalhar, um entende a língua do outro.” (AF-02)

Neste período, os grupos tiveram várias conquistas, entre elas, a mais significativa e apontada consensualmente pelos agricultores, é a conquista da autonomia social e política, isto é, a associação é gerenciada na parte administrativa, organizativa e técnica pelos próprios grupos, que eventualmente negociam parcerias – termo que fazem questão de ressaltar visando afirmar-se enquanto organização autônoma. Uma outra conquista apontada pelos agricultores durante as reuniões e encontros é o avanço significativo na organização da produção, a partir do trabalho com a agricultura agroecológica, “sepultando” de vez, o mito da produtividade e da eficiência social e econômica da agricultura convencional. Também a instalação da feira de comercialização dos produtos agroecológicos da associação - tema a ser tratado ainda neste capítulo -, iniciada em agosto de 2003, foi uma das conquistas, que demonstra o resultado do avanço da dimensão econômica no trabalho desenvolvido, pois concretiza o desenvolvimento da proposta de agroecologia nestes grupos, que além da organização social e política e do resgate e valorização da identidade cultural, também conquistam espaços alternativos de comercialização.

“... você vai fazer uma feira, você vai precisá de uma diversidade de produtos que uma família só não vai produzir. Tem uma certa objetividade nisso. Pra fazer uma feira, você precisa de 60 produtos e uma família não produz. No aspecto político é o aspecto de força, de poder. Você consegue colocar tua proposta sendo uma pessoa ou sendo um grupo? E o aspecto técnico está intimamente ligado as práticas agroecológicas que se faz de maneira

próprios agricultores desenvolvem em sua propriedade. Considera-se que os intercâmbios conseguem motivar os agricultores; produzir e agregar conhecimento e inovações, vendo feitos concretos; e possibilitar comparações entre o passado e o presente, além de fortalecer laços de amizade, solidariedade e companheirismo, rompendo com o isolamento a que estão submetidos nas comunidades rurais.

conjunta, mutirão, às vezes se faz práticas numa propriedade, e acerta, noutra dá errado, então porque que deu certo, serve de objeto de reflexão. E essas reflexões acabam gerando um outro conhecimento, e na maioria das vezes, é um novo tipo de conhecimento que se gera a partir das diversas experiências que os agricultores erraram, outras deram certo. Então talvez o caminho seja esse”. (AT-01)

A diversidade biológica e produtiva com que caracterizam-se as unidades de produção dos associados da AGAECO, demonstra objetivamente, como o processo de gestão e organização respeita a pluralidade, os desejos, sonhos e vontades de cada ator social. O projeto de vida, entendido aqui como a singularidade de cada ator, forma a base para a organização coletiva plural, democrática e solidária.

3.2. AGROECOLOGIA: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO

A agroecologia delimita na agricultura familiar espaço necessário e fundamental para a sua reprodução enquanto projeto de desenvolvimento sócio-ambiental, estruturando-se a partir de um novo modo de vida baseado numa ética ancorada na solidariedade e na cooperação.

Como projeto de desenvolvimento, a agroecologia propõe instrumentos tecnológicos e organizacionais como diferencial para um desenvolvimento mais democrático e solidário, tendo na construção de sujeitos autônomos o arcabouço conceitual e ideológico. Sujeitos estes que não são “... simplesmente uma forma da razão. Ele só existe mobilizando o cálculo e a técnica, mas, da mesma forma, a memória e a solidariedade e, sobretudo, batalhando, indignando-se, esperando, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação” (TOURAINE, 1998a, p. 75).

A agroecologia, se considerada apenas enquanto instrumental tecnológico, não se constitui projeto de desenvolvimento sócio ambiental. Assim, como a agricultura moderna tecnicista, uma agricultura que apenas substitua insumos químicos

por insumos biológicos, mantendo a dependência e a racionalidade técnica, não intervêm nas estruturas e sistemas de controle que de um lado fortalecem o capital e suas instituições de poder e de outro excluem os atores sociais do centro das decisões.

A agroecologia não deve se furtar da construção de instrumentos tecnológicos, mas não pode abrir “mão” de intervir de forma a constituir espaços organizacionais alicerçados na solidariedade, na democracia e na autonomia dos atores sociais.

Esta agricultura, assim pensada, estrutura-se de forma a integrar racionalidade instrumental e subjetividade, possibilitando que conhecimento e costumes tradicionais da agricultura familiar, assim como novas tecnologias passem a integrar um novo modo de vida, que tem no respeito e valorização da cultura, da organização e do ambiente local, a construção do ator enquanto sujeito.

A agroecologia passa a ser entendida não como um resgate das formas tradicionais de produção, mas fundamentalmente, como a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar nas suas dimensões objetivas e subjetivas. Ou seja, resgata as formas tradicionais de produção e organização social, assim como integra novas tecnologias e formatos organizacionais advindos da modernidade.

Segundo um dos assessores técnicos do IEEP, agroecologia é entendida enquanto um projeto que

“... não é nenhuma novidade. Não é nem criar um paradigma novo, mas é retornar a velha, velha não no sentido de corroída, mas às antigas idéias, antigos valores que se tinha, e que foram de modo intencional apagados. Foi taxado. Aqueles valores foram taxados de carcomidos, de apodrecidos, de sem uso, de obsoletos. E pra que se fizesse a outra agricultura, que é sinônimo de toda essa discussão de modernidade. Isso reanima as pessoas, porque elas têm dentro dela, e têm práticas ainda que cada família que a gente vai, tem coisas da agricultura ecológica. Coisas da agricultura tradicional. Em certo ponto essa agricultura tradicional ela é ecológica. A tradicional pra ecológica ela se transforma na medida que ela assume tecnologias ecológicas novas, uma calda sulfocáustica, um bio gel, a tecnologia de ponta, o cruzamento de sementes. (...) Aí vem a agroecologia, e o sistema tradicional acaba se transpondo pra agroecologia, porque daí a gente sabe fazer uma ração caseira, já sabe trabalhar com fitoterapia. É nesse momento que o sistema tradicional dá um salto qualitativo, não descaracterizando, mas assumindo práticas novas, técnicas novas que

advém da agroecologia, que é um conhecimento novo.” (AT-01)

Esta relação entre tecnologia moderna e conhecimento tradicional tem possibilitado uma nova forma de pensar e fazer agricultura. Não só na racionalidade (tecnologias modernas), não só na subjetividade (conhecimento tradicional), a agroecologia tem a possibilidade de um novo paradigma de desenvolvimento, que considera o ator social como principal elemento promotor de sua autonomia, e que tem na relação racionalidade e subjetividade um projeto de reconstrução de novas relações sociais e éticas. Esta agricultura compreende que, apenas com a conquista de liberdade, através da participação e da organização social e política, é que um novo modelo de agricultura será possível.

A agroecologia, diferentemente da agricultura orgânica que promove a mera substituição de insumos, tem como eixo norteador a geração de autonomia para os atores sociais e a sustentabilidade econômica e ambiental para as unidades de produção. Assim, mais do que um projeto de desenvolvimento rural, é um projeto de desenvolvimento que busca a transformação sócio-ambiental.

Enquanto conhecimento construído racional e subjetivamente, a agroecologia tem na capacidade criativa dos atores sociais e no resgate de práticas tradicionais a constituição de um processo, onde técnico e agricultor experimentam e dialogam sobre as possibilidades possíveis a serem implementadas.

“... nós queremos técnico que faça o que nós queremos, não aquele negócio do técnico chegar ali com tudo as coisas pronta. Se quer dessa maneira tá bom, se não que então nós caímos fora. E o que acontecia era isso aí, naquele tempo de outros técnico. Eles chegavam lá mostravam, se quer tá bom, se não quer voltamos. Mas com esses novos técnicos do Instituto, as reuniões que eles fizeram aqui foi a gente que escolhia o que a gente queria, eles ajudavam, eles ajudam, tudo as coisas eles ajudam, porque se não fosse eles não tinha nada. Só que eles largavam na nossa mão, como nós queríamos, que tipo nós escolhíamos. Então eu acho que modificou bastante, porque essa parte técnica que eles fizeram, eles largaram na mão do povo, e os outros caras não faziam, eles chegavam ali com o negócio pronto, se quer tá bom, se não quer, porque desse tipo de técnico não vai funcionar, porque nós sabemos o que nós queremos, nós sabemos o caminho que queremos pisar...” (AF-03).

O agricultor explicita a necessidade e a busca por autonomia, pela condição em ser autor, em ser protagonista de sua realidade, e não mero objeto que tem a função de executar e desenvolver o que a ciência e a técnica promulgam, mas diferentemente, querem dialogar e negociar através de seus conhecimentos com as novas tecnologias, propondo uma terceira possibilidade, que venha a ser construída socialmente.

Um “modelo” de desenvolvimento fundado na agroecologia, assumindo o conhecimento tradicional como válido, ao mesmo tempo em que propõe novas possibilidades tecnológicas, propicia não apenas a construção da base técnica, mas permite que os atores sociais sejam respeitados e valorizados pela sua identidade cultural, pela sua organização social e política e pela sua relação homem-natureza. Sejam cientistas, sejam agricultores ou técnicos, o diálogo, a comunicação, as relações sociais devem constituir-se pactuadas pela reciprocidade, respeitando as diferenças e singularidades, na busca da construção de espaços sociais mais democráticos, participativos e autônomos.

Esta concepção defendida pelo agricultor familiar da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO), é destacada por BRANDENBURG (mimeo, p. 08) quando propõe que:

“Sob o ponto de vista ecológico, as unidades de produção agrícola são tidas como um organismo vivo onde o homem interage com solo, planta, animal constituindo um todo articulado. As diversas atividades se complementam de forma a se nutrirem energeticamente e se integram de forma interdependente (SCHMIDT e JASPER, 2001). Os sistemas agroecológicos são orientados desde a sua origem, por princípios onde a relação homem-natureza são permeados por vínculos de associação e cooperação visando nutrir forças vitais. Nesta concepção, a diversidade de atividades agrícolas e pecuárias, geridas sob orientação de um saber de múltiplas dimensões, cumpre um papel não apenas de uma identidade, de formação de atores com uma ‘relativa autonomia’ no sentido da organização interna da unidade de produção (DEFONTAINES, 2001)”.

A agroecologia, assim entendida, ganha um caráter não apenas de projeto de

desenvolvimento, mas de um modo de vida, um projeto de vida que, assumido pelos atores sociais, tem na agroecologia um “instrumental” ético, ideológico, social e político.

“O projeto que nós combatêmo é o projeto de morte, que é individualista. O pessoal só pensa em si mesmo, o pessoal não tá nem aí, eles passam veneno cheio de *roundup*, e tem uma hortinha ecológica lá separado pra família. Se você vende um alimento com veneno, é vendê e pronto. Agora se você vende um alimento ecológico, você vende ele satisfeito, porque você sabe que aquele alimento leva saúde e esse projeto de morte só levava o pessoal a produzi mais, cada veiz mais, vende e pronto.” (AD-02)

“É o projeto de vida, projeto de vida. Por causa desse trabalho ecológico, projeto de vida. É trocar o químico pelo ecológico, esse é o projeto de vida, porque esse alimento [com veneno] mais mata do que alimenta.” (AF-01)

Nestas falas, os agricultores da AGAECO fazem relação com aquilo que eles chamam de “projeto de morte” e “projeto de vida”. O “projeto de morte” vem a ser o projeto imposto pela racionalidade tecnicista, que individualiza, isola e racionaliza, e de outro lado, o projeto de vida que tem na relação racionalidade e subjetividade, a constituição de novas relações sociais. Ou seja, assim como os agricultores apontam para a necessidade de substituir os insumos químicos pelos insumos ecológicos, destacam a importância de um outro modo de relação e organização, que tenha na solidariedade e cooperação os princípios e pressupostos norteadores deste projeto de desenvolvimento alicerçado na agroecologia.

Este “projeto de vida” tem na agroecologia o *modus vivendi* dos agricultores, que assumida a responsabilidade de atuarem enquanto sujeito na construção de uma sociedade mais solidária e ética, propõe a reconstrução de novas relações sociais, políticas e culturais.

No entanto, corre-se o risco de que o agricultor, não compreendendo a proposta da agroecologia, tenha nela a única saída para a situação de crise em que se

encontra, o que de certa forma, gera uma expectativa falseada, pois mesmo a agroecologia, está dentro de um sistema econômico, social e político capitalista, que impõe certos limites estruturais. Assim, a agroecologia não pode e não deve ser entendida como a “salvação da lavoura”, como expresso pelo ditado popular, pois além de propor uma base tecnológica alternativa, de um projeto político e organizativo solidário e democrático, os agricultores familiares dependem de uma resposta imediata para a sua situação econômica.

Ainda assim, fundar a agroecologia na perspectiva da construção de um projeto de vida para os agricultores, é a possibilidade de sensibilizar, mobilizar e envolver os agricultores na busca de estratégias e ações que tenham na reivindicação de mudanças estruturais do sistema economia, social e político, a luta pelas condições necessárias para a reprodução da agricultura familiar.

Um dos técnicos do Instituto Equipe de Educadores Populares, chama atenção para a característica não exclusivista da agroecologia para com a dimensão econômica, mas que tem nesta mais um elemento na construção de um desenvolvimento sócio-ambiental.

“... viram que aonde culminava aquela organização, aquele aprendizado, aquelas experiências todas, de forma organizada. Elas podiam resultar num modo de vida pra eles. Poderiam ser agricultor ecologista, como um meio de vida e um modo de vida. Porque constrói uma identidade em cima daquela de agricultor e ao mesmo tempo eles tinham naquele modo de vida um meio de vida também. E eles perceberam isso lá. Foi uma surpresa. A gente discutia olhando pra frente, pra onde queria chegar...” (AT-01).

Esta relação identidade e modo de vida, explicita o caráter diferenciado do projeto agroecológico implementado na AGAECO, pois não considera o modo de vida, exclusivamente, como a instrumentalização tecnológica, mas fundamentalmente, a integração racionalidade-subjetividade. Desta forma, a agroecologia só se efetiva na medida em que os atores sociais insurgem através de um aparato técnico e organizativo integrados, de forma a estabelecer um projeto de vida que possibilite aos

agricultores reivindicarem sua singularidade, seus desejos e anseios.

3.3. AGROECOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A agroecologia passa a incorporar e integrar o modo de vida dos agricultores familiares, não apenas no seu aspecto técnico e instrumental, mas fundamentalmente na sua condição subjetiva, buscando valorizar seu conhecimento, seus costumes e tradições. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do outro enquanto sujeito possibilita a identificação coletiva deste projeto de vida, não no sentido de anular e massificar a individualidade, mas na busca de integrar cada ator e reconhecer as diferenças mediante a organização social e política. A relação entre projeto de vida e organização coletiva só é possível através da constituição de um processo de identificação entre os atores.

“... constituída pela complementaridade de três forças: o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; e luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito.” (TOURAINÉ, 1998a, p. 103)

No caso da AGAECO, o que referencia e identifica uns com os outros é a condição de serem agricultores agroecológicos. Diferente de outros movimentos articulados e organizados no âmbito da agricultura familiar, que tem no fortalecimento desta como foco referencial, a agroecologia tem mobilizado os agricultores familiares em torno de um projeto sócio-ambiental, que tem na construção e integração entre rural-urbano, produção-consumo, estratégias de um desenvolvimento local onde prevaleçam os princípios de solidariedade, cooperação e autonomia.

O movimento agroecológico, diferentemente dos movimentos de massa, é um movimento baseado no sujeito, ou seja, na singularidade e pluralidade dos atores sociais, das experiências, culturas e identidades.

O processo de identificação, seja ele em torno da agricultura familiar ou da agroecologia, tem como consequência ou como objetivo um ganho de autonomia por parte da organização ou dos atores envolvidos, no entanto, ALMEIDA (1998) chama atenção para o que caracteriza por “autonomia-solução”. Consiste no processo de fortalecimento da identidade do grupo com o objetivo de resistir a certas imposições sociais, instituindo-se muito mais como uma estratégia de resistência às crises ou conflitos existentes naquele dado momento. Portanto, a construção da identidade em torno da agroecologia, pode, sim, vir a constituir-se como uma estratégia de organização e re-construção das relações sociais, mas também pode constituir-se enquanto estratégia “temporária” de resistência a uma “instabilidade” local.

Na AGAECO, o processo de valorização e resgate da identidade cultural é significativamente presente, em que pese a fala de um dos agentes de desenvolvimento da associação.

“Um dos resultados foi o resgate da identidade do pessoal. A maioria do pessoal achava que não tinha mais capacidade pra fazê isso, foi com esse resgate que eles já sabem que podem fazer e que têm capacidade e não têm mais vergonha do que fazem. Antigamente, aqui se falava de produto ecológico e o pessoal tinha até vergonha de fala. Hoje em dia, você fala com água na boca, cheio de esperança e força.” (AD-02)

Portanto, faz-se necessário destacar que o resgate e a valorização dessa identidade cultural entre os agricultores da AGAECO, num primeiro momento, significou um movimento de cisão com o processo de racionalização que se instituíra entre os agricultores.

Identidade e autonomia relacionam-se intrinsecamente, pois a construção de uma identidade possibilita ao sujeito e ao grupo a (re)constituição das suas aspirações e desejos (solidariedade, justiça social, democracia, espiritualidade etc.); dos símbolos e signos; dos rituais (a mística, no caso da AGAECO); entre outros elementos, que num primeiro momento, contribuem significativamente para a afirmação e

reconhecimento social dos atores enquanto sujeito e grupo (WAUNTIER, 2001).

“... a AGAECO tá se organizando e tá crescendo mais, o pessoal tão mais se apavorando. 'Como é que pode?' 'O que é a organização que tão fazendo?' E em termos até de entidade. As entidade estão falando assim, por exemplo, a CRESOL. 'Por que vocês não fazem que nem a AGAECO?' 'Porque que vocês não estão se organizando que nem a AGAECO?' 'Se você não se organiza que nem os grupo da AGAECO estão se organizando, vai continua os mesmo pobrema que tem'. Porque tem pobrema que eles enfrenta e as vez não consegue resolve, e o exemplo é a AGAECO. Tem um exemplo já no município.” (AD-04)

A AGAECO utilizou-se de diversas estratégias para constituir uma identidade cultural, seja através do resgate e da valorização de certos símbolos e signos (como a enxada, o chapéu de palha, as sementes crioulas, a própria imagem do pequeno agricultor); o resgate e a constituição de rituais (como a mística, os encontros, as festas e os mutirões); e a valorização de referenciais ideológicos e políticos (como o sindicato dos trabalhadores rurais, movimentos de luta no campo, MST, MPA, FETRAF etc). Este movimento de construção da identidade busca demarcar conceitual, ideológica e objetivamente aquilo que os une e lhes dá reconhecimento e, conseqüentemente, autonomia política e social.

Para tanto, o grupo é o espaço *sine qua non* para a construção de uma identidade, espaço este que é eminentemente de troca, ou como prefere Touraine, é o espaço de reconhecimento do outro, de valorização das singularidades e ao mesmo tempo da “unidade”.

Quando o grupo torna-se condição fundante, corre-se o risco de que a individualidade seja anulada em detrimento de uma homogeneidade de grupo. Assim como em tantos outros grupos, na AGAECO, agricultores deixaram de ser associados. Seja qual for a razão, isto demonstra que o grupo não é homogêneo e não se constitui enquanto unidade. Desta forma, o grupo enquanto espaço primordial para a construção da identidade, torna-se espaço na constituição do sujeito na medida em que respeita e valoriza as singularidades dos atores sociais.

“A valorização do indivíduo, dos seus potenciais, das suas características, não podem ser apagadas. Elas devem ser potencializadas. Se tu for fazer uma caracterização dos grupos com o qual a gente trabalha, fundamental, pra nós as pessoas têm que estar em permanente troca, em permanente reflexão. Elas não são uma unidade familiar unicamente, elas estão inseridas dentro de uma comunidade. (...) a organização mínima, nossa, é o grupo. Por que é no grupo que se dão as discussões, os debates, porque é no grupo que um motiva o outro quando um tá desanimado. É no grupo que se consegue fazer determinadas reflexões. É no grupo que se fazem certas experiências e estas se multiplicam...” (AT-01)

Na AGAECO, numa das falas de um dos agentes de desenvolvimento, fica explícito a diversidade e a pluralidade, o respeito e a valorização pela singularidade de cada agricultor no processo de organização social: “... as pessoas participam e dão sua opinião, a coisa é aberta, não é dois ou três que chegam ali e dão opinião formada e pronto. Eles chegam com uma proposta, e o pessoal vai discutindo e chegando numa proposta única” (AD-02).

“... o processo da associação tá muito bem direcionado para o que os grupos definem. Na verdade, a gente não faz nada [em relação ao trabalho da Direção da associação], se a gente senti que os grupos não querem, tem que ser uma conclusão da maioria dos grupos. Então a gente trabalha muito na linha de direciona para onde os grupos querem ir. (...) quem fala mais alto são os grupos, é a organização. Para onde a AGAECO qué segui. (AD-01)

Assim como o resgate cultural e das tradições contribui efetivamente na construção da identidade, a valorização do conhecimento dos agricultores é parte fundante neste processo, na medida em que se constitui enquanto um movimento “de resistência, um movimento de autodefesa contra todas as agressões e ameaças externas. É também uma tentativa de reforçar o espírito de união, de solidariedade destinado a combater esses mesmos perigos” (ALMEIDA, 1999, p. 136).

A organização coletiva instituída pela AGAECO possibilitou a reconstrução de uma identidade, há muito descaracterizada, enquanto agricultores familiares. Num primeiro momento, este movimento do grupo procura reconstituir a imagem da

agricultura familiar como espaço de produção, de criatividade, de transformação social, de construção dos atores sociais que, reivindicando um projeto de vida, consolidam sua identidade. Esse primeiro momento caracteriza-se por ser a gênese¹⁶ do processo de constituição de um movimento de organização que, através da “reafirmação de uma identidade em torno de um projeto social aliada a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da ecologia, permite ao movimento obter um reconhecimento social” (BRANDENBURG, mimeo, p. 23).

A AGAECO, passa pelo momento de resgatar e valorizar sua identidade, momento este, destacadamente prioritário nesta fase da associação, pois busca fortalecer e legitimar-se socialmente enquanto uma organização de agricultores familiares. Para tanto, a associação articulou-se junto a outras organizações e grupos (consumidores, sindicatos, governos, ONGs, etc.), de forma a conquistar espaço social e político, afirmando-se enquanto uma organização coletiva.

“O que a AGAECO diz incomoda. Na verdade, fala já em AGAECO até dentro do próprio Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e o pessoal já se assusta. Eles falam assim: ‘opa a AGAECO!’ Mas no começo quando falava em AGAECO, não dava muita prioridade, mas hoje, hoje a AGAECO já é diferente. Ela faz bem a proposta dela. Já é bem vista dentro do município, em nível de região, tá bem falada. Porque hoje mudou bastante, o número de pessoas que tá do nosso lado, tá bastante mudado.” (AD-04)

Esta conquista de um projeto político, de uma identidade reconhecida socialmente, tem duas facetas. De um lado, este processo de institucionalização fortalece e dá certa “unidade” ao grupo. Por outro lado, a organização coletiva se vê obrigada a adaptar-se a certas regras, padrões e normas sociais. Aqui corre-se o risco da associação, ao mesmo tempo em que procura estabelecer sua identidade, suas características, ter que responder a um sistema de normas pré-estabelecidas que, em

¹⁶ Ver mais em BRANDENBUR, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Mimeo, págs. 31.

grande medida, está sob a custódia do mercado (capitalista) e do Estado.

Vale ressaltar, que a AGAECO, encontra-se ainda no estágio de constituição de uma identidade, de fortalecer princípios e valores, entendendo que este processo é condição primeira para que os agricultores e a associação tenham a possibilidade de se religarem a uma nova condição enquanto sujeito, atores e autores de sua realidade.

3.4. AGROECOLOGIA: MOVIMENTO SOCIAL E SUA ORGANIZAÇÃO EM REDE

A agroecologia enquanto um projeto de desenvolvimento que tem como princípio a mudança de paradigma social e econômico avança na perspectiva de constituir-se enquanto movimento social. Movimento este que tem no caráter reivindicativo e contestador, condicionantes para a construção de uma agricultura baseada na cooperação, na solidariedade, na construção social do conhecimento, na democratização e na participação (ALMEIDA, 1999).

A AGAECO enquanto ator e autor dessa construção social se articula em rede com outras organizações. Esta rede, mobilizada em torno da agroecologia, atua de forma organizada na contestação, reivindicação e proposição de um desenvolvimento com base na agricultura familiar, na economia popular solidária e na produção ecológica de alimentos.

Como já descrito no capítulo 2, as ONGs de desenvolvimento rural, desde a década de 70, vêm estimulando, mobilizando e organizando a agricultura familiar em torno de uma outra agricultura que, objetivando alterar as bases tecnológicas e propor um novo formato organizacional, teve e tem como missão a valorização e o fortalecimento da agricultura alternativa, ou, atualmente, da agroecologia.

Este processo de mobilização e organização no campo que, em fins da década de 90, culmina na constituição da Rede Ecovida de Agroecologia - Rede Ecovida -, fundada em 1999, reunindo organizações de agricultores familiares, ONGs

e organizações de consumidores, propõe um espaço organizativo de articulação e deliberação para os atores defensores da agroecologia no sul do país.

Diferentemente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar¹⁷ (FETRAF), espaço de organização ímpar da agricultura familiar, a Rede Ecovida não se constitui, exclusivamente, enquanto organização de contestação, reivindicação e representação da categoria “agricultura familiar”. A Rede assume o papel de articulação da agroecologia e da economia popular solidária, seja tecnicamente, politicamente e organizacionalmente, com o objetivo de reivindicar e propor alternativas de desenvolvimento.

Segundo um dos técnicos do IEEP, a Rede Ecovida se caracteriza enquanto

“... um movimento, a Rede Ecovida é um movimento. Talvez não na mesma concepção e na mesma lógica que os movimentos do campo tem. A FARSUL é um movimento. A UDR é um movimento. Nesse sentido a gente é um movimento. Agora, hoje, eu tenho que chega numa dinâmica de rede, porque a maioria desses grupos de agricultores que estão na rede não participam de nenhum movimento, nem da FETRAF, nem do MST, nem do MPA, aí vai dizer o quê? Que só quando ele estiver nesses espaços é que ele vai estar organizado? Quer dizer: será que o agricultor tem que ter um carimbo, dizendo que movimento que tu é? Será que os movimentos vão abarcar tudo? As vezes um agricultor se identifica muito mais com a agricultura ecológica do que com o movimento da agricultura familiar, ou vice versa. A gente nunca vai ter o caráter, nem estrutura desses movimentos, mas acaba se consolidando como, porque é um espaço de organização. Nós somos um ator. Nós somos um ator que se caracteriza pela agroecologia, gente que trabalha com agroecologia, então nós temos como negociar nesse âmbito da agroecologia, e apoiar a luta pela reforma agrária, apoiar a luta por crédito.” (AT-02)

Nesta perspectiva, a Rede Ecovida tem se fortalecido como principal interlocutor do movimento agroecológico no Paraná e no sul do país, articulando agricultores familiares, movimentos sociais, ONGs, consumidores, pesquisadores, militantes, entre outros.

¹⁷ A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar articula sindicatos de agricultores de forma a estabelecer estratégias de reivindicação e contestação através da representação deste segmento social junto ao poder público e demais entes sociais.

“A institucionalização da agroecologia enquanto uma alternativa diferenciada de organização produtiva e social é resultado da ação de um movimento que se manteve, mesmo que marginal e ignorado por pesquisadores e representantes políticos. Com a relevância da questão ambiental nos anos 90 é oficialmente reconhecida em praticamente todos os países do continente e assim considerada inclusive como um fenômeno sociológico.” (BRANDENBURG, mimeo, p. 15).

Assim como a institucionalização da Rede favorece a expansão da agroecologia, também compromete significativamente a construção dos atores sociais enquanto sujeito. Pois, a adequação às normas e regras sociais, predispõe às organizações a se legitimarem e a legitimar, em certa medida, o sistema capitalista como sistema de relação e construção social.

Para tanto, algumas estratégias alternativas de organizações e grupos ligados a Rede foram constituídas de forma a encontrar caminhos possíveis que, mesmo regidas pelo sistema econômico vigente, procuram afirmar-se enquanto projeto “paralelo”. As estratégias propostas pela economia popular solidária, seja através de associações, pequenas cooperativas ou mesmo de grupos informais, têm conquistado espaços importantes na luta contra este modelo.

3.5. ONGS, ASSESSORIA E AGROECOLOGIA

Como resposta às consequências da industrialização e do capitalismo acelerado nos centros urbanos e nas pequenas propriedades rurais e buscando fortalecer as bases para a “abertura democrática”, a partir da década de 70, instituem-se as organizações não governamentais (ONGs). Estas são formadas inicialmente, por técnicos, militantes e simpatizantes dos movimentos sociais que, apoiados por setores progressistas da igreja católica atuavam na formação e capacitação, como também enquanto assessores das lideranças e organizações ligadas aos movimentos sociais.

Compreendidas enquanto micro organismos do processo democrático,

enquanto lugares de inovação e criação, as ONGs “nasceram” com a missão de estimular e promover novas formas de pensar e agir sobre a realidade, e não meramente substituir o papel do Estado.

Segundo ALTIERI e MASERA (1998, p. 74), “as ONGs desafiaram a noção de que o desenvolvimento social somente poderia ser feito 'de cima para baixo', a partir de iniciativas do Estado. Elas também representam um arranjo institucional que enriquece a sociedade civil, abrindo novos espaços de participação social ”.

Desta forma, será a partir da década de 70, que organizações não governamentais de desenvolvimento rural irão se instalar, inicialmente, com o objetivo de capacitar e formar lideranças dos movimentos sociais, assim como assessorá-los no planejamento e operacionalização de suas ações. No entanto, preocupadas em reverter o processo de empobrecimento dos pequenos agricultores, as ONGs passam a desenvolver ações de assessoria técnica que subsidiem estes em práticas alternativas de produção.

“No Brasil, os agricultores praticantes de uma agricultura alternativa, são motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não governamentais, principalmente, a se organizarem em associações visando construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos a produção e comercialização. (...) Daí a proposta de construir organizações sociais autogestionáveis, sob a assessoria de técnicos comprometidos com uma ideologia alternativa em relação ao modelo hegemônico da modernização” (BRANDENBURG, mimeo, p. 11).

Assim, as ONGs, motivadas para responder ao grande contingente de agricultores familiares em processo de empobrecimento, mas com pouca estrutura e condição operacional, passaram a adotar metodologias de trabalho que, baseadas na consolidação de experiências bem sucedidas, servissem de referência para outros agricultores. Que estes pudessem, desta forma, estimular outros agricultores a adotar práticas alternativas.

Da década de 70 até os dias de hoje, ocorreram mudanças significativas

nessas relações, desde a aproximação entre ONGs e governos, aos avanços técnico-metodológicos.

“... algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês” ALTIERI (2001a, p. 33)

Com o enfoque da agroecologia, a metodologia de assessoria das ONGs ganha “corpo” e passa a se estruturar para desenvolver tanto a dimensão técnica, como organizacional, ambiental e política.

O Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), enquanto ONG de desenvolvimento rural, tem na agroecologia a “inspiração” de sua metodologia de assessoramento, que conjugando técnica-identidade-autonomia, objetiva subsidiar e estimular a construção de novas relações na agricultura familiar. Segundo ALTIERI (2001a, p.21) “... restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais”.

É necessário contextualizar o processo de assessoramento que o IEEP desenvolveu junto da AGAECO, onde a racionalidade instrumental deixa de ser exclusiva e passa a ser mais um elemento do processo de desenvolvimento. A organização social e política, a cultura e a identidade, o saber prático e as novas tecnologias constituem-se, também, enquanto dimensões da metodologia de assessoria implementada.

“... a gente precisa ter ciência que os agricultores com os quais a gente trabalha, o agricultor vive uma realidade muito própria, uma linguagem, uma cultura muito própria. Uma realidade muito local, construída historicamente. Pra atuar naquela localidade precisa entender. Ter uma compreensão dos diferentes elementos dessa realidade e como ela se

constrói. Primeiro passo pra se construir isso, é você aprender a falar a língua que eles mais entendem”. (AT-01)

A assessoria rural, nesta perspectiva, deixa de ser um processo de transmissão de informações, regras, normas, impostas como verdadeiras, e passa a garantir, principalmente, que os agricultores sejam atores do processo de construção do saber, da organização social e política, mas principalmente do seu projeto de vida.

3.5.1. Metodologia, agroecologia e transformação social: a base para um projeto de desenvolvimento sócio-ambiental

A agroecologia, no Brasil, toma forma conceitual e organizativa muito própria, pois insurge de uma discussão proposta e encaminhada por atores sociais engajados e envolvidos política e socialmente na conquista de uma maior autonomia para a agricultura familiar. Irá se instituir não apenas como uma alternativa tecnológica à modernização conservadora, mas como um movimento social que procura estabelecer novos parâmetros e pressupostos para um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.

A agroecologia “... fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2001a, p. 21). A prioridade no ator demonstra que a agroecologia propõe um novo paradigma de desenvolvimento, onde considera desde as técnicas de produção até as formas de organização social e política, ou seja, a agroecologia se institui enquanto arcabouço metodológico para um projeto de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A agroecologia enquanto projeto de desenvolvimento sócio-ambiental, tem na identidade cultural, na integração racionalidade-subjetividade, na relação entre agricultor e assessor, nas formas de comercialização solidária, entre outros,

importantes instrumentos que fundamentam a constituição de uma outra agricultura, que objetivando a autonomia e a construção do sujeito, “lança mão” de um aparato conceitual, metodológico e político.

O processo de assessoramento desenvolvido pelos técnicos do IEEP, tem direcionado as ações para a construção de um “modelo” produtivo e organizativo onde o desenvolvimento não está limitado a questões técnicas, sejam elas referentes a produção ou mesmo a comercialização. O desafio dos assessores foi estabelecer uma proposição que contemplasse uma nova base tecnológica, mas também o resgate e a valorização cultural, o fortalecimento da identidade enquanto agricultores familiares e a organização coletiva com base na cooperação e solidariedade.

“... a missão que a gente propunha não podia ser feita somente com a técnica. A reflexão tinha que vir junto com ela: a proposta da agroecologia. E ela era atrativa. Porque ela vem com uma prática. Então, a gente aproveita a ocasião para fazer um adubo, uma calda e ao mesmo tempo a gente animava eles com uma reflexão sobre, por exemplo, a crise na agricultura familiar, sobre a situação de pobreza, do empobrecimento dos pequenos agricultores...” (AT-01).

A integração racionalidade-subjetividade através da construção de um marco metodológico que articula o conhecimento (saber prático e científico) e a dimensão política e social, possibilita ao ator contextualizar sua ação técnica com a dimensão política, ou seja, articular e relacionar sua ação prática cotidiana de produzir alimentos com uma análise contextualizada das relações sociais e políticas inerentes à técnica. A possibilidade de o agricultor interagir com uma dimensão analítica que a modernidade, propositalmente, esvazia e anula durante o processo de transferência de conhecimento, propicia ao ator a (in)formação necessária para contrapor-se àqueles que se sobrepõem de forma hegemônica ao ator social.

Para tanto, o resgate e a valorização da identidade é imprescindível, pois a organização dos agricultores em espaços de mobilização coletiva é condição para efetivar tais pressupostos.

“A reunião que me chamou atenção. É que eu vi uma coisa que a gente não via mais, que é o povo unido. Um visita o outro direito. E o que se viu ali foi a organização, coisa que pra fala a verdade já tava em extinção, já tava sumindo, e a partir daquele momento a gente viu que tinha como retoma, que tinha que continua aquilo, e hoje tamo aí né, cada vez mais organizado.” (AD-02)

“... nós não ia ter que ficar toda vida esperando a vinda de alguém para o grupo se firmá, e as pessoas dizendo o que nós tinha que fazer. E aí que a gente viu que a direção, a decisão era da gente tomar, e seguir em frente (...) Aqui, o grupo tinha uma estabilidade bem firme, e tinha um propósito a seguir. Era de nós próprios poder se organizar, isso era ter os pés no chão. Todo mundo tinha o pé firme.” (AF-02)

Assim, a metodologia de assessoramento não pode prescindir de estimular e promover a organização dos agricultores, no entanto, esta deve estar calcada na construção do sujeito, pois se assim não o fizer, a metodologia torna-se instrumento de massificação e de heteronomização¹⁸.

Na fala do agente de desenvolvimento (AD-02), fica claro que o desenvolvimento e a implementação da agroecologia implica numa construção metodológica que exige a interação das formas tradicionais e das novas formas organizativas. Pois retomar ou, simplesmente, resgatar as formas tradicionais de organização dos “antigos”, é contrapor-se à construção do sujeito, pois fundar uma proposta organizativa unicamente na tradição, nos costumes, no comunitarismo é o mesmo que reproduzir a lógica da “racionalidade” capitalista no sentido inverso.

Na avaliação dos técnicos, o processo de organização, estimulado inicialmente resultou num ganho significativo de autonomia, como pode ser percebido na fala logo abaixo.

¹⁸ O conceito de heteronomização se traduz na agricultura camponesa, segundo Ivan Illich citado por Almeida, pela perda de sua capacidade de auto-regulação. ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1999 p. 147.

“... 80% do funcionamento da AGAECO se dá com ausência de agentes externos, essa é a primeira coisa. Se reúne sozinha, toma decisões, ou seja, são eles que estão encaminhando suas demandas, sem interferência de alguma ONG ou outro órgão de extensão. Ela é bastante independente, seja pelo processo de assessoria que ela mesma conduz. É gente da AGAECO. Pela percepção e concepção que ela tem de agroecologia, que não é uma coisa de mercado. É uma filosofia de vida pra eles. É uma nova forma de fazer agricultura, que é o dia-a-dia deles. O que eu sinto que esses valores intrínsecos da agricultura ecológica, a questão da ética, existe muito em razão da metodologia pastoral, porque trabalha a partir dos valores, enquanto que em outros grupos eles vêm na agricultura ecológica como a possibilidade de se inserir no mercado, ou entra na agricultura por causa de uma questão política. Tem muitos grupos, por que é de um grupo político, e se sou desse grupo então vamo embora, então nesse sentido, eles tem uma boa percepção da agricultura ecológica”. (AT-02)

“Eu acho a AGAECO extremamente autônoma, muito mais do que a maioria dos grupos de agricultura ecológica que existem por aí, seja pelos momentos de crise que viveu, pela metodologia que vem sendo trabalhada. Mas ela, enquanto organização, e as pessoas que fazem parte da AGAECO, hoje, eu acho que sentem com autonomia para se impor, pra negociar. Essa mudança é muito importante. Era um que não tinha coragem pra negociar com uma prefeitura. Hoje eles tem condição de fazer negociação com qualquer um.” (AT-02)

No entanto, deve haver um pouco de cuidado quando utiliza-se a palavra autonomia, assim como é necessário contextualizar o processo de construção do objeto de análise antes de considerá-lo ou não sujeito.

Num primeiro momento, o ganho de auto-estima e a possibilidade do autogoverno, permitem as condições necessárias para que o agricultor seja um protagonista e não mais um objeto a serviço do mercado, do Estado ou da comunidade. Por outro lado, num segundo momento, esta mesma “autonomia”, pode vir agora “institucionalizada”, servir a um poder hegemônico que tem na cooptação pelo capital, estratégia para a retomada de um processo de “domesticação” dos atores sociais.

A AGAECO, em fase inicial de organização, na sua gênese, vem reconstruindo sua identidade e sua capacidade de autogestionar-se. No entanto, num segundo momento, onde a organização, está agora institucionalizada, poderá vir a

reproduzir a lógica e estratégias do mercado ou de um poder instituído.

3.5.2. A assessoria enquanto instrumento de transformação social

O processo de assessoria técnica no meio rural já vem sendo debatido desde a década de 60, quando a extensão rural passou a ter papel decisivo na aplicação do modelo de desenvolvimento da agricultura conservadora.

A extensão rural tradicional passa a operar a partir de um arcabouço metodológico onde a técnica, a comunicação e o fator educativo moldam-se na concepção política e ideológica baseada na modernidade, que determinada por um modelo fundado na racionalidade técnico-instrumental, passa a imprimir esta lógica nos processos de assessoramento.

Desta forma, não apenas tecnologias foram transferidas. Com elas a ideologia e as concepções advindas da modernidade aderiram ao cotidiano dos agricultores que dela passaram a fazer parte, e como consequência houve a desestruturação do conhecimento “tradicional” e a desintegração da carga cultural dos agricultores familiares. Em decorrência deste processo, os agricultores tornam-se em meros

“... agentes econômicos no sentido restrito ou como meros perseguidores da sobrevivência física e social. São pensados pela integração a redes sociais por onde circulam apenas as mercadorias necessárias à reposição do processo produtivo e apartados do consumo improdutivo – de bens que qualificam simbolicamente a posição ocupada e a visão de mundo ou que expressam os investimentos na relativa representação do prestígio social.” (NEVES, 1998, p. 150)

As estratégias adotadas pela extensão rural tradicional eliminou quase que por completo a autonomia econômica, política e social dos agricultores. Seja pela dependência financeira (financiamento de bancos, cooperativas e políticas governamentais), pela dependência tecnológica (multinacionais, “integradoras”, etc.)

ou pela dependência política e social (grandes cooperativas e associações), os agricultores passaram de gestores do desenvolvimento, para a condição de operadores do desenvolvimento imposto pelo capital.

“Para chegar-se a um desenvolvimento integral e sustentável, que possibilite melhor qualidade de vida a todos, um fator é fundamental: o conhecimento. No meio rural, o desafio é ainda maior, porque sem ele o agricultor não é efetivamente dono nem do seu pedaço de chão. É através do domínio das tecnologias, do conhecimento sobre as formas de produzir e os instrumentos de trabalho, que as grandes empresas impõem o seu interesse ao agricultor, o qual acaba assumindo uma condição de empregado delas, mesmo que os recursos (terra, capital e mão-de-obra) sejam dele” (CETAP, 1998, p. 234-235).

Será então, a partir da modernização conservadora, que o extensionista assume o papel de estabelecer relações com agricultores, objetivando fundamentalmente substituir seus conhecimentos, por outros, considerados mais modernos e desenvolvidos (FREIRE, 1977). Modelo este que, suprimindo do processo de assessoria os valores, a ética, as vontades, os desejos, a liberdade de escolha do agricultor, em detrimento dos interesses do mercado, estabelece um novo padrão tecnológico e organizacional à agricultura familiar.

Como bem coloca FREIRE (1977), esta “invasão” promovida pela ação do extensionista à realidade do agricultor não se dá apenas pela via da instrumentalidade, mas também pela cultura e identidade, pois a modernização traz consigo símbolos e referenciais que passam a ser incorporados pela identidade cultural (GUATTARI, 2000).

O assessor, diferentemente do extensionista tradicional, adota uma postura comunicativa que tem como objetivo o estímulo à cooperação e a participação. Segundo FREIRE (1987, p. 62) o assessor tem o papel de ser um educador, pois “sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu

poder criador”.

“... o papel fundamental do assessor é gerar um ambiente que seja um ambiente de reflexão sobre a situação, sobre a realidade, sobre a vida da comunidade, ao mesmo tempo ser um momento de formação, porque reflexões são feitas em qualquer momento, são feitas na missa, no culto, no grupo, na oração que eles participam”. (AT-01)

Como destaca NEVES (1998, p. 148), o processo de assessoramento “se ancora no reconhecimento do saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos”.

“... o papel de estar sendo um organizador das idéias. Eles acumularam bastante experiência, então a gente tinha que facilitar, ser um facilitador, a gente tinha que facilitar o andamento das reuniões, organizava uma pauta, onde eles estavam sempre relatando e colocando sua experiência de organizar as reuniões, de propor alguns assuntos na reunião. Mas que eles comessem a assumir essa pauta. Sempre tinha essa discussão da co-responsabilidade que a gente tem um papel bastante importante no início, mas que esse papel vai se reduzindo, eles vão crescendo, eles vão avançando, assumindo essas responsabilidades da pauta da reunião, enfim, das responsabilidades que dizem respeito ao grupo para se autogestar. Isso é algo que está muito presente na visão e na prática. Tanto que determinado tempo depois, a gente avalia isso hoje, o grupo com três anos de trabalho anda com as próprias pernas, tem uma organicidade, tem uma diretoria colocada, fazem reuniões mensais. Quer dizer, eles se autogerem. Mas esses momentos anteriores precisaram ser provocados para que acontecessem. Mas os assessores precisam descentralizar a discussão, gerar responsabilidades, co-responsabilidade com o grupo, aí percebe de fato que eles assumem a proposta, conquistam mais espaço, e o assessor recua. A proposta não deve ficar centrada nele, a proposta deve avançar e o assessor deve possibilitar que não esteja mais tão presente ali.”(AT-01)

O papel do assessor mais do que problematizar e estimular certas discussões é o de assessorar os atores na construção da organização coletiva, assim como no processo tecnológico e produtivo. Mas se estes não estiverem ancorados na perspectiva da autonomia dos agricultores, o processo de assessoramento pode assumir um caráter assistencialista e paternalista, desconstruindo a possibilidade da geração de autonomia

dos atores.

Contrapondo-se ao caráter educativo da assessoria, NEVES (1998) destaca que os mediadores sociais se consideram portadores do papel de educadores enquanto transformadores de comportamentos e visões de mundo. No entanto, o papel dos assessores na concepção da assessoria desenvolvida pelo IEEP, segundo a fala dos técnicos, muito mais do que um caráter educativo, tem a possibilidade de construir um processo onde o agricultor conquiste sua autonomia.

Desta forma, os assessores desempenham o papel de educadores, com a função de “animar” e problematizar as temáticas relacionadas ao desenvolvimento sócio-ambiental junto aos agricultores. Aqui surge uma questão que é condição primeira para a definição da função e do papel dos assessores: a diferença ou não, entre extensão rural, assistência técnica e assessoria. Como bem destaca o CETAP (1998, p. 133): “historicamente, a compreensão de assistência técnica tem por base o conceito de extensão, ou seja, estender algo a alguém. Os técnicos supostamente portadores do saber ‘técnico-científico’, levam o conhecimento (estendem-no) aos agricultores, que não sabem”.

Assim, o extensionista tradicional é aquele que por princípio é o “dono” do saber, embasado na racionalidade técnica-instrumental, garantindo ao agricultor que este conhecimento acumulado é capaz de solucionar todos os seus problemas. Para o extensionista, o conhecimento deve ser estendido, transferido de forma estanque e o mais “fidedignamente” possível, conforme regem as cartilhas normativas. Tanto a extensão como a assistência caracterizam-se pela passividade, pois não são estimulados e, conseqüentemente não estimulam os agricultores, a terem uma posição criativa, crítica e problematizadora diante da realidade.

“A ideologia que despreza o agricultor como ser pensante, com idéias, iniciativas e conhecimentos próprios, é extremamente generalizada. Isto se manifesta, via de regra, pela tendência dos técnicos de considerarem que o seu conhecimento (supostamente validado cientificamente) é superior ao do produtor e que, portanto, as soluções dos problemas

vividos por este dependem das propostas que os primeiros sejam capazes de produzir. Chega a ser impressionante, na literatura internacional sobre projetos de desenvolvimento para a superação da pobreza rural, a constatação de frustrações explicadas pela 'ignorância', 'atraso', 'conservadorismo' do pequeno agricultor tradicional.” (PETERSEN e ROMANO, 1999, p. 57)

Já a assessoria, com uma discussão teórico-conceitual ainda bastante inicial, caracteriza-se pela dimensão educadora, principalmente, o que é enfatizado pelo CETAP (1998, p. 232):

“A situação atual impõe a necessidade de mudanças sociais, políticas, econômicas e metodológicas, exigindo que os técnicos sejam educadores e não simplesmente extensionistas (...). A conjugação do saber do técnico-educador com o saber do agricultor deve gerar um 'novo saber' ou um saber 'melhorado'. Este saber deve possibilitar que o agricultor desenvolva sua própria agricultura de maneira autônoma e liberta”.

No entanto, a implementação de uma metodologia de assessoria pelas ONGs com estes princípios, não elimina por si só o risco de reproduzir relações de poder desiguais, onde o assistencialismo e clientelismo prevaleçam. Pois, ainda que as ONGs tenham a preocupação de gerar e fortalecer a autonomia e a capacidade de iniciativa dos agricultores e das organizações com as quais trabalham, em muitos casos surgem certas tensões entre o discurso e a prática (ROMANO e ALMEIDA, 1999).

Portanto, o assessor caracteriza-se, na perspectiva das ONGs, enquanto um ator social que sendo um técnico-educador, animador, problematizador e promotor de processos estimula os agricultores a refletirem sobre as intervenções de forma crítica.

“... o papel do assessor é ser um animador do grupo. O agricultor, todo ele, tem um conhecimento muito grande do que o assessor faz no sentido da produção. Ele incentiva o processo da agroecologia, ele não vem com nada pronto. Tem que ser construído, ele tem um conhecimento de como fazê, então a única coisa que ele faz é ajudar o agricultor (...). Eles [os assessores técnicos do IEEP] sabiam qual era o caminho, mas eles nunca diziam pra você. ‘Agora aqui vamo faze tal coisa?’ ‘Vamo começa a comercialização?’, e discutia a comercialização, e eles jogavam assim: ‘E agora, o que nós vamos avança daqui pra agora?’ ‘Nóis construímo até aqui? E de agora em diante?’ ‘Vocês vão ter que pensar o que

vocês querem, pra avançar nesta questão. Bom será que é a comercialização?'.” (AD-01)

A fala deste agente de desenvolvimento apresenta alguns condicionantes importantes para entender o processo de assessoramento desenvolvido pelos técnicos do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) junto a AGAECO. O caráter educativo apresenta-se como norte da proposta metodológica, propiciando que os agricultores não recebam as propostas prontas e acabadas, mas que fossem estimulados a refletir sobre as possibilidades que poderiam vir a ser construídas pelo grupo. No entanto, este mesmo caráter educativo, pode também estar sendo desenvolvido de forma a direcionar e estabelecer os parâmetros à que o grupo deve se referenciar. Como NEVES (1998) destacou, os assessores assumem para si a autoridade de advogar, na perspectiva educativa, para a mudança de comportamentos e visões de mundo.

A metodologia desenvolvida pelo IEEP, utilizando-se da problematização da realidade, principalmente a partir da leitura da Bíblia, possibilita de um lado resgatar e valorizar a identidade do agricultor, trabalhando a auto-estima e a sua autonomia. De outro, corre-se o risco de, num segundo momento, ser instrumento de mistificação da agroecologia como a “salvação de todos os males” (AF-02).

No entanto, o caráter educativo ainda possibilita, através da problematização, que haja um resgate significativo do potencial criativo e libertador do ator social, pois em certa medida, inverte a lógica da agricultura conservadora, que partindo de regras, receitas e normas de produção e organização, homogeneiza o conhecimento e suas práticas.

“O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Conhecer é a tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

Pelo contrário, aquele que é ‘enchido’ por outro, de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende” (FREIRE, 1977, p. 27).

No caso da AGAECO, a assessoria externa teve papel fundante no processo de construção de novas relações, onde a postura de passividade diante das tecnologias modernas, da exclusão econômica e social, da desvalorização da identidade da agricultura familiar, passam a ser reconstruídas a partir de um novo referencial metodológico, político e organizacional.

A partir do processo de assessoramento permanente, com o estímulo à agroecologia, a reconstrução da identidade e de uma nova compreensão de mundo que, anteriormente, estava imersa pelos princípios da agricultura conservadora, passam, agora, a ser incorporadas no modo de vida dos atores sociais.

O resgate e a valorização da cultura e do conhecimento tradicional, a organização social e política e a integração de novas tecnologias, alicerçados na agroecologia, a partir do processo de assessoramento técnico e organizativo desenvolvido pelo IEEP, possibilitou a retomada do desenvolvimento enquanto processo intrínseco aos atores sociais, “reanimando” os agricultores a uma postura protagonista diante da realidade.

3.5.3. Agentes de desenvolvimento: agentes, militantes e educadores

Atualmente, a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO) possui um sistema de assessoria “interno” sob o controle e gerência dos

próprios grupos de agricultores. Estes assessores, comumente chamados de agentes de desenvolvimento, são agricultores e agricultoras que associados ou não a AGAECO, desenvolvem o trabalho que anteriormente era realizado pelos assessores do IEEP, junto aos grupos e agricultores da associação.

A proposta dos agentes de desenvolvimento, surge inicialmente a partir da realização do *Curso de Formação de Formadores Terra Solidária*¹⁹, coordenado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tinha como objetivo primeiro alfabetizar agricultores e agricultoras, e num segundo momento, instrumentalizá-los para atuarem em suas comunidades como agentes de desenvolvimento sustentável, através da agroecologia.

“... a gente tava formando agentes, e aí opa! Será que esses agentes não podem assumir os grupos? O Terra formava agentes de desenvolvimento rural sustentável e era pra atuar na comunidade, e a gente canalizou pra isso. Pra eles atuarem como agentes de desenvolvimento nas suas comunidades, não apenas para converte a propriedade dele em agricultura ecológica. A proposta do Terra é que estes agentes promovam o desenvolvimento rural sustentável nas comunidades, a formação foi voltada pra isso”. (AT-02)

Os formadores desta turma eram os mesmo assessores técnicos do IEEP, que envolvidos com a proposta da agroecologia, intercalaram o processo de alfabetização com conhecimentos de agroecologia, economia solidária e organização popular. Com um ano e meio de curso já realizado, os formadores sugeriram para a turma de agricultores a proposta de que alguns deles viessem a constituir-se enquanto

¹⁹ O *Curso de Formação de Formadores Terra Solidária*, voltado para homens, mulheres e jovens do campo, com o objetivo de alfabetizar e formar agricultores para atuarem como agentes de desenvolvimento sustentável em suas comunidades, tem na metodologia de ensino apreendendo-fazendo, o instrumento para estimular a integração do conhecimento popular e científico na construção de um modelo de desenvolvimento sócio-ambiental. O curso teve duração de dois anos, sendo que os encontros eram realizados em módulos mensais de 16 horas. A *Turma João Batista de Oliveira Raiiffer*, batizada pelos próprios educandos, no Município de Turvo contava com a participação de 40 agricultores(as).

assessores, ou melhor, agentes de desenvolvimento dos grupos da AGAECO, de forma voluntária, com o objetivo de potencializar a proposta da agroecologia para um maior número de agricultores e grupos no município e região.

“Acho que a proposta da assessoria surgiu das dificuldades que tinham todos os grupos formados e tinha o pessoal que tava se formando pelo projeto Terra Solidária. E também, por exemplo, se nós fizesse o Terra Solidária e não desse continuidade ao trabalho ia ser mais uma formação que ia ficar perdida, então nós não teria como desenvolvê tudo o que a gente tinha apreendido. Então o processo veio sendo construído meio junto. O Terra Solidária e AGAECO. Então veio bem nesse período. Foi tranqüila a discussão dos assessores para os grupos da AGAECO. No início o pessoal tinha uma resistência porque eles achavam que tinha que ser uma pessoa mais técnica pra desenvolver essas questões de lidar com a horta. Aí que a gente começou a fazer a discussão. Poxa vida. Nós tivemos toda uma formação, vocês acompanharam todo esse processo de formação, e agora nós estamos com esses conhecimentos, e acho que não tem melhor do que essas pessoas que são agricultores que já tem muita experiência na prática pra desenvolver o trabalho com os grupos. E aos pouquinho a gente foi colocando a idéia e o pessoal era muito, digamos, tinha um nível de discussão muito boa. Eles entenderam rápido a proposta. Então o primeiro processo foi deles aceitarem”. (AD-01)

“... eles [os assessores técnicos] não deixaram em meia viagem. Com esses assessores [os agentes de desenvolvimento - AD] vai continuar o trabalho, e os assessores [AD] tem tudo os conhecimento igual, porque lá no Terra Solidária tinha os trabalhos, as oficinas, que a gente fazia. Então, o preparo das caldas, tudo igual, nós aprendemo no grupo, tudo os alunos aprenderam igual.” (AF-01)

Alguns voluntários se colocaram à disposição para integrar esta equipe que seria acompanhada pelos técnicos do IEEP, mas teria autonomia e legitimidade para assessorar os grupos de agricultores. Dos sete voluntários inicialmente apresentados, três eram agricultores associados da AGAECO e os outros quatro não faziam parte de nenhum grupo ligado a associação. Deste total, apenas duas desistências aconteceram até o período de pesquisa deste trabalho finalizar-se, sendo que estes não eram associados a AGAECO e tiveram que abandonar a função devido a dificuldades com tempo.

A demonstração dos agricultores em participar enquanto voluntários no

processo de assessoramento, demonstra o envolvimento e a identificação com a proposta. Os agricultores assumiram o trabalho como uma responsabilidade de grupo, e não como algo imposto de fora. Isso demonstra como a associação veio se fortalecendo através da interação permanente entre agricultores e técnicos, até o momento em que os agricultores começam a se responsabilizar e a autogerir a organização do grupo.

“... a gente nunca se limitou por dinheiro. O que a gente fazia, a gente sempre fez por vontade mesmo, de livre e espontânea vontade. Isso nunca limitou a gente, desde o começo. Desde que a gente começou a estudar no Terra Solidária, se a gente não peitasse, se a gente ficasse esperando ajuda, jamais a gente seria alguma coisa hoje né? A gente peita sim, com orgulho mesmo.” (AD-03).

Assumida enquanto projeto de vida, a proposição de constituir-se em agentes de desenvolvimento, fortaleceu a identidade e a autonomia do grupo, pois ao legitimar este processo, os agricultores redefiniram o padrão de desenvolvimento. Inverteram a lógica imposta, onde o técnico-extensionista é quem tinha o domínio exclusivo sobre os processos produtivos e organizativos, e aos agricultores o papel de implementar e operar “passivamente” as instruções dadas. Com os agentes de desenvolvimento, os agricultores passaram a ter o “controle” e a autonomia de pensar e atuar segundo seus anseios e desejos, reconstituindo seu papel de ator-produtor de sua realidade, e não mais consumidor.

“Um que os grupo se sente mais a vontade, que nem eu chega lá e fala da lavoura, porque eu já me criei na lavoura. Então eles se sentem mais a vontade pra se expor, pra pedir o que eles querem. Porque quando chega um técnico, eles ficam meio sem jeito até de fala as coisa, de se expressa, meio assustado, meio retirado. Porque já o técnico, que tá chegando, aí ele sabe. Ele sabe tudo. E na verdade não sabe nada, sabe o modelo que ele aprendeu lá, numa faculdade, mas a gente como agricultor a gente chega. O agricultor se sente mais a vontade. Eles recebem bem a gente, até porque se fosse depende da gente, eles queriam que a gente ficasse o tempo inteiro lá com eles. Nessa parte eles se sentem muito tranqüilos e recebem bem a gente.” (AD-04)

Os agricultores da AGAECO legitimaram este modelo de assessoria como um processo viável para a construção da sua autonomia. Entende-se que sem um acompanhamento permanente de “animação”, como eles mesmos preferem definir o papel da assessoria, a organização coletiva se limitaria aos processos instituídos até aquele momento. A função de articulação e permanente comunicação entre os agricultores é destes agentes de desenvolvimento, que mais do que serem promotores de novas práticas e técnicas fundadas na agroecologia são “animadores” na organização coletiva dos agricultores.

O método “agricultor para agricultor”, bastante disseminado e utilizado por ONGs da América Latina, consegue aproximar o conhecimento científico do conhecimento popular, decodificando estes códigos de maneira a facilitar significativamente os processos de comunicação entre os agricultores.

No entanto, o saber prático pode assumir caráter exclusivo diante do conhecimento científico, pois os agentes de desenvolvimento têm acesso limitado às produções científicas e tecnológicas, que poderiam ser integradas a realidade organizativa e técnica dos agricultores. Assim, as relações comunitárias podem se sobrepor significativamente às relações pautadas pela racionalidade instrumental, mesmo por que, a lógica dos agricultores é a do saber prático. Para tanto, os assessores técnicos do IEEP acompanham, permanentemente, através de um processo formativo e consultivo os agentes de desenvolvimento, de forma a construir condições mínimas que referenciem e integrem o saber prático ao conhecimento científico, e vice-versa.

“A gente não se sente técnico. Quando um agricultor pergunta alguma dúvida que ele tem na propriedade, né, a gente vai discutir. Até às vezes, até sugere pra ele fazer uma experiência. Faz uma experiência lá e vê qual é que dá certo, aplica aquela lá, aplica essa daqui e vê qual é que dá certo. Se essa aqui aprovo, é essa aqui. Se essa não aprovo, então vamo fazer outro jeito. Ou as vez um outro grupo fez um mesmo tipo de trabalho e deu certo, vamo pegá dele. Ou as vez pega aquele grupo e vai até lá, troca uma experiência com eles, aquele grupo vem ali. É assim que a gente discute.” (AD-04)

“Eu tinha medo de chegar assim na propriedade e o cara começar a perguntar, perguntar e eu não tê como respondê. Eu tava com medo. O cara é que nem nós, agricultor. Eu por exemplo, se o cara chega me perguntando e eu não sei, eu falo assim: 'espera me dá uma semana de prazo, que eu vou dar uma pesquisada'. Mas no começo não foi fácil. Na primeira reunião tinha uns vinte, mas a gente se acostuma”. (AD-05)

O método *agricultor para agricultor* desenvolvido na AGAECO, somado ao método pastoral e ao método de educação popular, proposto por Paulo FREIRE (1987), possibilita a integração racionalidade-subjetividade, estimulando, desta forma, um processo de inter-relação entre conhecimento científico e sabedoria “popular”.

3.6. A IDENTIDADE CULTURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Assim como o resgate e a valorização das técnicas de produção são alguns dos elementos presentes nos pressupostos metodológicos da agroecologia, também a dimensão cultural torna-se importante.

No caso da AGAECO, a utilização do método pastoral como mais um dos elementos na condução metodológica do processo de assessoramento desenvolvido pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), desdobra-se enquanto estratégia e método com o objetivo de resgatar e valorizar a cultura religiosa²⁰ e ritualística dos agricultores. Pois, a presença e importância da religiosidade entre os agricultores familiares pesquisados, é facilmente percebida, empiricamente, em diversas situações cotidianas, seja as orações antes das refeições, seja na importância da “autoridade” do padre na comunidade, ou mesmo através dos símbolos e signos

²⁰ “A religião é um fenômeno estruturante do ser humano. Dentro da cultura de um povo, ela ocupa um lugar fundamental. Ajuda a dar sentido à existência, inicia a criança nas tradições, preserva ou renova costumes, alimenta as esperanças mais profundas, faz com que pessoas e grupos culturais se sintam vivendo num mundo e numa vida carregados de significados. A religião produz o símbolo, aquilo que une tudo em um sentido. Em grego, a palavra ‘símbolo’ significa exatamente o que produz união” (SURIAN et al., 1986, p. 13).

(cruz, Bíblia, “santinhos”, imagens, etc.) existentes nas casas dos agricultores.

“... eles são criados dentro daquele ambiente espiritual, muito mais religioso do que espiritual. O método pastoral, falo do método pastoral até já te colocando que não é um método próprio, que foi desenvolvido por nós, mas o método pastoral é o método usado pelo segmento das pastorais sociais pra se aproximar da realidade do povo. E como é que a gente tem feito: o primeiro ponto do aspecto metodológico, a gente tem se utilizado de um canal comum, que é a questão da espiritualidade dos agricultores, e eu acho que nesse sentido o pessoal acaba sendo absorvido por essa atmosfera. Aquele momento da reunião ele não é por acaso, não tem outras intenções por trás, intenções misteriosas por trás. Ele é momento da gente pra refletir. Respeitar aquela leitura. A nossa compreensão sobre os nossos problemas, abre uma luz sobre os nossos problemas. Acho que esse momento, o pessoal percebe que a gente não tá ali simplesmente pra fazer uma discussão pontual, mas mais aberta, mais global. E esse tem sido um canal que consegue fazer com que eles se esponham a partir da espiritualidade, porque se sentem à vontade, porque se fala o mesmo código, e pela nossa parte de quem faz assessoria, a gente consegue introduzir discussões que antes do ponto de vista teórico, eram dificultadas pela questão da linguagem. Consegue introduzir assuntos que são de primeira ordem numa relação entre grupos, que se propõe ao desenvolvimento. Que tipo discussão? Como é que se faz a discussão da ética, da justiça, da igualdade? Dentro de uma linguagem teórica você vai tá repassando conceitos, idéias que tem uma dificuldade de acesso. A gente pode fazer essa discussão da ética, dos valores, através da espiritualidade, porque se a gente compreende que a bíblia, a palavra de Deus, tá carregada desse conteúdo ético, desse conteúdo da igualdade, da justiça, da fraternidade, principalmente no segmento do agricultor (...) se você vai numa comunidade e fala do evangelho, fala de Jesus, todo mundo sabe, todo mundo conhece a história, a maioria dos passos da vida pública da vida de Jesus, todo mundo sabe. E essa experiência pode ser dita em vários códigos, pode ser no código carismático, ou pode ser de um espírito misterioso que apareceu fez um milagre, enfim. Ou pode ser num código que a gente chama de mais popular, que é o código da união daquele texto com a realidade”. (AT-01)

A metodologia de assessoria, utilizou-se do método pastoral, da “mística”, procurando resgatar e valorizar a identidade dos agricultores através da religiosidade.

“A mística é uma questão mais da metodologia pastoral. No grupo ela foi proposta e foi logo aceita. O pessoal tem esse hábito já, eles se reúnem toda semana na comunidade para celebrar, no caso pra celebrar a eucaristia, o corpo e o sangue de Cristo partilhado. A gente acrescentou nessa celebração elementos da vida deles, do dia-a-dia deles, do trabalho, quer dizer, a eucaristia é o corpo e o sangue de Cristo que representa a salvação, representa o projeto. ‘E nós, o que temos para oferecer para esse projeto?’ ‘Nós temos o que produzimos com o nosso trabalho, o que nós produzimos são vários alimentos ecológicos, nossas ferramentas de trabalho, a enxada, o chapéu, a própria família, a bandeira da

agricultura familiar'. Isso tudo é colocado na mística. A gente precisa acreditar nos nossos símbolos, a gente tava perdendo nossa identidade. E a mística reforça a identidade do agricultor, então a reunião que antes era o técnico e os agricultores em torno de um objeto que era uma receita, que era um veneno, que era adubo, que era uma semente, muitas vezes fora da comunidade, agora, o início é uma celebração e gira em torno de elementos próprios da comunidade, uma mística própria. A celebração começa com a mesa cheia de produtos deles, tudo que fazia parte da vida deles de agricultor era colocado à mesa, e eles celebram, e isso reforça demais a necessidade de manter aquilo ali, e sobretudo, manter tudo com pureza, dentro da eucaristia. Também tem o sagrado, o que é o sagrado? Aquilo que é puro, que é limpo, aquilo que é sinal de vida. E esse alimento que ia para cima da mesa é um alimento que tinha o compromisso de gerar a vida, e dentro da agroecologia a gente conseguia fazer isso. Agora se a gente fosse discutir com eles trabalhar a agricultura convencional nunca vamos colocar um quilo de feijão, uma espiga de milho, uma verdura, que tivesse utilizado um produto químico e que traria consequências prejudiciais à saúde, porque o ecológico assim como o sagrado representa a vida".(AT-01)

Neste contexto, a mística assume metodologicamente função preponderante, pois sensibiliza e mobiliza os agricultores para as reuniões, encontros e festas.

A mística consiste na celebração ritualizada²¹, segundo preceitos religiosos, seja da Igreja Católica ou das Evangélicas, com características muito próprias dos movimentos de libertação²². Na agricultura familiar, em especial no caso pesquisado, a mística toma forma de ritual, que busca resgatar, e ao mesmo tempo recriar, um modo de vida "perdido em algum lugar no passado". Segundo ELIADE (19-, p. 104-105) a ritualização e a mitificação é o desejo do homem em "reencontrar a presença ativa dos Deuses, deseja igualmente viver no Mundo recente, puro e 'forte', tal qual saíra das mãos do Criador. (...) Mas o tempo mítico que o homem se esforça por reatualizar

²¹ Segundo SURIAN et al. (1986, p. 75) a ritualização é "o conjunto de atos, gestos, expressões e falas de caráter religioso ou simbólico próprios de uma religião ou de uma cultura e que expressam fé em relação à divindade, à pátria ou a algum mito". Diferentemente do ritualismo, que é o "apego excessivo à observância das regras e formas rituais prescritas sem atenção ao que significam. Realizar os ritos sem estar atento ao seu significado".

²² "Nos últimos 30 anos, amplos e significativos setores eclesiais tomaram a defesa dos direitos humanos e das classes populares. Dentro da Igreja católica e também das Igrejas evangélicas nasceram muitos movimentos e militantes que hoje são comprometidos com a mudança da nossa sociedade. A Teologia da Libertação, as Pastorais Populares, a leitura popular da Bíblia e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) significaram e significam uma grande força na formação do sujeito histórico das transformação da sociedade e da humanidade" (SURIAN et al., 1996, p. 12)

periodicamente é um tempo santificado pela presença divina, e pode dizer-se que o desejo de viver na presença divina num mundo perfeito corresponde à nostalgia de uma situação paradisíaca”.

A mística e a agroecologia pactuam-se de forma a dar um novo sentido ao modo de vida dos agricultores, renovando constantemente a sua identidade enquanto agricultor familiar e como agroecologista. Esta ritualização reforça o aspecto sagrado e místico da produção sem agrotóxico, pois, a todo momento, relembra que a celebração e a proteção da vida é a missão maior de Deus e daqueles que o contemplam.

“A mística é o elemento agregador do grupo. Comecei a perceber que toda aquela sensibilização, algo que sempre quis fazer, através da mística é muito mais fácil. Que é o que hoje a gente elaborando um pouco mais, olhando de fora, entende que a forma que você consegue trabalhar valores, como ética, respeito, cuidado com o meio ambiente. A partir de onde os grupos materializam estes valores, que é a religião. Na época a gente não tinha, eu pelo menos não fazia essa leitura, mas sabia que era uma forma de sensibilizar e, principalmente, o que mais batia pra mim era a questão de tu valorizar e respeitar a cultura deles. Isso era uma coisa muito forte. Porque não entrava na minha cabeça aquela história que agroecologia da cosmovisão andina e da coisa do índio. Mas não é o índio com quem a gente trabalha. A gente trabalha com imigrante europeu católico. E aí, bom! Qual é a cultura que tu vai resgata? A cultura dos índio com esses imigrantes? Não. Então isso foi o que mais pegou forte pra mim, pra começar a usar a mística.” (AT-02)

Desta forma, a mística, mais do que promover o resgate e a valorização da identidade, rearticula o “sagrado” no cotidiano dos agricultores. As técnicas de produção, exclusivamente racionalidade na agricultura conservadora, agora, passam a incorporar uma carga eminentemente subjetiva. Concretamente, a mística é o elemento metodológico que integra racionalidade e subjetividade, pois dá sentido “subjetivado” ao que antes constituía-se enquanto instrumentalidade.

No entanto, se há uma sobreposição da subjetividade sobre a racionalidade, o ator se desconstrói, respondendo, agora, a uma unidade organizativa que tem numa identidade “massificada”, “domesticadora”, o controle sobre os indivíduos.

Quando um dos técnicos, em seu relato, faz referência à: “... Cristo que

representa a salvação, representa o projeto”. Esta relação posta entre agroecologia e religiosidade promove a construção de símbolos, valores e uma identidade a partir da cultura religiosa, que passa a integrar o referencial dos agricultores. No entanto, advogar ao projeto de agroecologia como saída exclusiva para a solução de todos os problemas da agricultura familiar, é negar a estrutura política, social e econômica em que a sociedade está imersa, e mais, é negar a condição de sujeito.

No entanto, a mística, enquanto elemento cultural da agricultura familiar, possibilita que a partir da sua utilização enquanto instrumento metodológico, gere outras discussões e proposições que contribuam com a construção do sujeito.

GOMES (2001) em seu estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca que

“Tentando fazer uma leitura da realidade atual à luz da Bíblia, torna-se como referência o povo judeu, entendendo a ‘libertação da terra’ como ‘libertação de toda e qualquer forma de opressão’. Refletindo sobre a situação de miséria dos assalariados da cidade e do campo e dos pequenos agricultores, levanta-se a questão: *o que está faltando no trabalho de organização para que ocorra uma efetiva libertação do povo?*”

Dentro desta perspectiva, mostra-se que na Bíblia não há um ‘projeto político’ ou uma ‘fórmula pronta’ para a resolução dos problemas, mas ‘*experiências concretas de libertação (...) que devem iluminar a nossa caminhada de LIBERTAÇÃO e de construção social*’. A Bíblia é tomada como referência para enfatizar o aprendizado de que ‘*é no caminho que a gente aprende a caminhar*’.” (GOMES, 2001, p. 89)

Assim como a mística pode ser utilizada na determinação e consolidação de um poder hegemônico, por outro lado pode ser utilizada enquanto instrumento de libertação daqueles que outrora eram oprimidos.

“... não cai unicamente na questão pastoral, o que seria renovar uma religião lá dentro. Assim como você faz essa discussão pastoral aproveitando os elementos da questão da agroecologia embutidos nela, você valoriza a cultura religiosa e a identidade dos agricultores”. (AT-01)

Na agricultura familiar é muito tradicional que em reuniões, congressos, encontros, faça-se a abertura com um momento onde celebram-se a partilha e a comunhão entre os participantes através da mística. Os elementos e símbolos utilizados são aqueles que identificam e referenciam a agricultura familiar, ou seja, é o alimento produzido, são os instrumentos de trabalho, os elementos da natureza (terra, água e o fogo), além daqueles símbolos que representam a luta por uma sociedade mais justa, como as bandeiras, fotos, emblemas, entre outros. Segundo GOMES (2001, p. 85) a mística é “um instrumento de reflexão, através da celebração, centrando-se em temáticas presentes no cotidiano daqueles que lutam pela terra, bem como trazendo à cena problematizações que dizem respeito a outras categorias de trabalhadores”.

“... ela é uma maneira de aprender a valorizar o trabalho e o respeito. Na verdade é uma maneira de valorizar, é uma maneira até de valorizar a terra, valorizar a água, a semente. Aquela mística ali você pega a terra, semente, água, a vela, tudo aquilo ali, é uma maneira de valorizar, e que os outros técnicos não faziam de maneira nenhuma isso aí, chegavam lá correndinho. Não traziam reflexão não.” (AF-03)

A mística enquanto elemento cultural, de valorização e fortalecimento da identidade, possibilita com que a simbologia e os signos trazidos de fora da realidade sejam integrados, desde que respeitando a condição histórica, social e política das comunidades, a cultura e identidade local. Como destaca TOURAINE (1998a), a identidade pode, em certa medida, submeter o ator social à condição de objeto, pois passa a responder segundo as orientações de um poder opressor que é instituído por uma identidade que massifica e anula o indivíduo. No entanto, se esta identidade está alicerçada na relação dialógica entre subjetividade e racionalidade, onde a individualidade é respeitada e fortalecida na coletividade, esse processo de identificação vem fortalecer o processo de organização e, principalmente, constitui-se enquanto possibilidade de reivindicação de um projeto de vida. O limiar deste

processo de constituição do sujeito e de anulação é muito estreito, devendo estar constantemente tencionado para que não haja uma sobrevalorização da comunidade/identidade sobre a instrumentalidade/mercado, e vice-versa.

No caso da AGAECO, a mística enquanto elemento cultural consegue estabelecer, em certa medida, uma identificação baseada na valorização do modo de vida da agricultura familiar, antes desacreditadas e que, agora, passa a fazer parte de um novo “desenho” das relações sociais.

O que chama atenção nas entrevistas, é a ênfase dada pelos agricultores à questão cultural e a importância da mística na organização coletiva, no trabalho técnico e, principalmente, no ganho de auto-estima dos agricultores.

“Se não tivesse a mística ia perder o sentido, eu acho que ia se muito difícil, porque hoje em dia o pessoal tem muito medo, e a mística ajuda o pessoal a se encoraja, que até quando a gente tá fraco pensando em desisti, você vai ali e conversa, você vai na casa de um, você vai na reunião. E com a mística você se anima, porque você sabe que tá produzindo aquele alimento ali, uma coisa que inspira, que não deixa você decaí. A mística é um incentivo. Na mística a primeira coisa que você vê é a mesa com alimentos. Se você não vê nada, você passa ali e nem nota, agora se você faz a mística, você vê o que você tá produzindo, agora você olha aquilo ali e vê que você tá produzindo e produzindo sem veneno, isso é uma coisa que deixa a gente espantado, deixa a gente mais forte.” (AD-02)

“A reunião sem mística, ela parece que perde um pouco o sentido, (...), porque até o começo da reunião fica tudo bem (...). Tem que ter a mística, é o ponto central da reunião, onde primeiro a gente põe o primeiro valor da reunião. Sempre tem a reflexão e todo mundo participa. Ninguém é teólogo para refletir a bíblia, mas cada um tem [condições de analisar e expor o que pensa dela]. Porque a pessoa sempre vai falar o que sente, vai falar o que é do coração” (AF-01)

“... esse método pastoral é que faz com que as pessoas acredite um no outro, por que aí não é só produção, a questão técnica, é diferente para reunir o pessoal, eu acho o que fez o grupo mais firme, mais forte, a ter aquela vontade sempre de se reuni é também a mística”. (AF-01)

O método pastoral enquanto elemento da metodologia de assessoria, contribui na construção da integração racionalidade-subjetividade, pois consegue agregar o simbolismo religioso à instrumentalidade. Assim como a religiosidade traz consigo uma carga subjetivada, a agroecologia traz consigo a instrumentalidade técnico-científica, consolidando, desta forma, as condições necessárias para a construção de uma identidade que subsidie a formação dos atores enquanto sujeito.

3.7. EXPERIMENTAÇÃO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA BUSCA DA AUTONOMIA

Entender e valorizar a construção do conhecimento dos agricultores familiares é condição primeira para romper com a estrutura social, política e econômica imposta pelos modelos convencionais de assessoria rural. A estrutura vertical e centralizadora de poder e conhecimento que os técnicos constroem em torno de si no processo de assessoria, deixa ao agricultor o papel de “receptor passivo” destes conhecimentos (PETERSEN, 1999).

A agricultura conservadora, intensificou este modelo de extensão rural, que transferindo a tecnologia para o agricultor, lhe confere a função de um mero operador. A participação do agricultor no processo de planejamento e organização da produção, assim como na solução de problemas, é substituída por um conjunto de regras e normas que em certo grau substitui o papel criativo do agricultor. O extensionista rural potencializa este modelo a partir do momento em que assume como verdade apenas o conhecimento científico, e nega o saber prático, considerando este último ineficiente, arcaico e atrasado.

A proposta de desenvolvimento alicerçada na agroecologia, tem no resgate e na valorização do conhecimento “tradicional”, elemento metodológico do processo de assessoramento, entendendo que a racionalidade fundada no saber prático respeita em certa medida as relações constituídas entre homem-natureza. Além de que, esta

valorização do conhecimento do agricultor, influencia diretamente no resgate e valorização de sua identidade.

Segundo ALTIERI (2001a, p. 33) “(...) o trabalho das ONGs está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem ‘de baixo para cima’, utilizando os recursos já disponíveis: a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais autóctones”.

Assim, para que se atinjam estes objetivos, os técnicos do IEEP, utilizam como instrumento metodológico a experimentação, termo dado para a ação de investigação e “pesquisa” conduzida pelos agricultores.

A experimentação, além de considerar a questão local, seja o conhecimento das condições naturais, das tecnologias apropriadas, dos recursos humanos e financeiros existentes, também considera os desejos e vontades que o agricultor tem como projeto a ser desenvolvido em sua propriedade. Diferentemente da agricultura conservadora, que determina tipos e formas de produção que o agricultor pode ou não desenvolver.

Criatividade, inovação e investigação norteiam esta prática metodológica que tem na produção de conhecimento e, conseqüentemente, no ganho de autonomia, os pressupostos para a construção do projeto de desenvolvimento democrático e solidário.

“... experimentar é parte do método, tá vinculada à questão técnica. É de fundamental importância pra nós. E agroecologia prescinde disso aí. É que sementes, caldas, adubos, enfim, tudo seja adaptado localmente. Que a terra que se utiliza tem que ser melhorada, nunca tá num nível de fertilidade adequado, então, como a agroecologia evita dar cortes, ela depende que tu vá por um método do erro e do acerto, isso é experimentação. Ela não tem o caráter científico, o caráter da estatística. Muitas vezes, a maioria ela não tem isso, porque ela é feita a qualquer hora, em qualquer lugar, não tem critério muito compreensível, ela faz parte do universo local do agricultor (...) são experimentos feitos com a própria lógica dele. Ele faz isso a todo momento, o que a gente tem que fazer é aproveitar essa lógica e provoca reflexões a partir dessas experiências. Esse é o papel fantástico de ser facilitador, ser mediador, porque muito mais do que você trazer conhecimento externo, é você conhece o que existe localmente. Isso muitas vezes é falado mas poucas vezes é realizado (...). Agora, o mais importante do papel do mediador, do

facilitador nestas horas, é ele captar essas experiências. Primeiro, é provocar essas experiências. (...), depois é agir como questionador dentro destas experiências (...) A experimentação é uma parte do método, ela não se resolve por si mesmo, só ela não tem o significado do método completo, que seria um método mais abrangente, que envolve a questão pastoral. Mas a experimentação, ela é um elemento de fundamental importância, não querendo hierarquizar. Mas ela compõe essa estratégia de geração de tecnologias na comunidade, de valorização de conhecimento local.” (AT-01)

O exercício de experimentar, não é apenas um movimento em que o agricultor investiga e experimenta a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas, pelo contrário, a experimentação consiste num exercício de construção de conhecimento, onde a investigação e a inovação permitem ao agricultor criar as mais diversas possibilidades a partir dos meios e recursos existentes em sua propriedade.

A experimentação não será apenas um instrumento de construção de conhecimento, mas também instrumento pedagógico a serviço da formação e qualificação do agricultor, em compreender e perceber a forma e a lógica dos métodos propostos pela ciência.

A experimentação ainda abre a possibilidade de ampliar e potencializar as capacidades de análise, comparação, reflexão, interpretação, comunicação e de pesquisa, estimulando permanentemente a criatividade dos agricultores na busca da melhoria das técnicas de produção e de trabalho (HOCDÉ, 1999).

No entanto, se a experimentação desconsidera o conhecimento científico enquanto conhecimento válido e legítimo, e ao mesmo tempo dá um caráter exclusivo ao conhecimento advindo das tradições, costumes e sabedorias “mágicas”, deixa de ser instrumento para a construção do ator social enquanto sujeito. A “rearticulação de uma instrumentalidade que se torna de novo produção e de uma comunidade que passa a ser novamente cultura”, torna o sujeito reconstituído (TOURAINÉ, 1998a, p. 76). A experimentação, desde que estimule e potencialize a comunicação fundada em processos de participação, integrando a identidade cultural e permitindo ao ator reivindicar um projeto de vida, contribui efetivamente na construção do sujeito.

“A experimentação é parte do método, quer dizer, sempre foi trabalhado com os grupos assim: nós vamos começar pequeno, vamos dá o primeiro passo, então vamo fazer uma experiência de milho ecológico. Por exemplo, nós vamos fazer um litro de chão de milho ecológico, vamos fazer uma experiência de uma horta, canteiro da horta. E aí aquela lógica de tu trabalhar aquele canteiro e aí senta com o agricultor e ele avalia como é que foi aquele canteiro, deixa ele, principalmente, avalia o resultado daquilo, e aí ele se propõe a expandir ou não”. (AT-02)

“Não trouxeram nenhuma receita, eles trabalhavam [os assessores técnicos] a partir do que os agricultores indicasse, por isso que o GAESSA é um grupo muito, digamos, difícil de trabalhar por que tem uma autonomia muito grande. Se você chegar e dizer alguma coisa que você queira, tem um projeto que você queira jogá pra cima deles, eles nunca aceitam de primeira, discute primeiro, leva pro grupo, analisam, ‘bom aquele cara tá com tal intenção’, eles mesmo descobrem isso” (AD-01).

A experimentação vem somar no processo de construção do sujeito, pois quebra a lógica do mercado e da racionalidade instrumental onde são estabelecidas por suas instituições as regras e normas, verdadeiras e exclusivistas, para o processo produtivo, organizativo e tecnológico. A partir do momento em que os agricultores deixam de lado essas práticas, retomam sua condição de ator-produtor de sua realidade e imprimem novas formas de produção de conhecimento, gerando as condições necessárias para a reconstrução de novas relações sociais, agora, pautadas pela autonomia.

3.8. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ORGANIZAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O processo de comercialização apresenta-se como um dos principais dilemas da agricultura familiar, sendo que a produção é em quantidade reduzida e em pequena escala, o que impossibilita, na lógica capitalista, a comercialização direta com comerciantes ou consumidores. Desta forma, os agricultores familiares ficam restritos

a comercializarem sua produção com “atravessadores” ou mesmo com as grandes cooperativas, que pagam segundo as regras de mercado, ou seja, pagam o menor preço possível.

“Para aquelas ONGs, envolvidas na implementação de propostas agroecológicas, um grande desafio é a promoção de alternativas de produção que não somente sejam ecologicamente justas, mas também lucrativas (...). O sucesso a longo prazo dessas ONGs depende da criação de condições econômicas necessárias para a reprodução massiva das estratégias agroecológicas.” (ALTIERI e MASERA, 1998, p. 74)

Como possibilidade de romper com este sistema perverso, que dita o que produzir, como produzir e para quem vender, a agricultura familiar e as ONGs, alicerçadas a partir do projeto de desenvolvimento agroecológico, iniciam a estruturação de algumas experiências em economia popular solidária, uma forma “alternativa” de estabelecer novas relações econômicas entre produtores e consumidores.

“Economia popular solidária na minha visão é você estabelecer novas relações de mercado. Eu não entendo como alguma coisa alternativa, ou como uma fatia. Eu entendo isso como uma possibilidade de se estabelecer uma nova dinâmica de mercado, de relação econômica, que não necessariamente é pautada por uma relação de exploração, que é a visão que se tem na economia de mercado, que é escura, que ninguém vê, que faz o possível para ela se tornar o mais impessoal. Você vai no mercado, você não sabe quem produziu, da onde que vem, que origem que tem, ela é pouco transparente nas suas relações. Ela normalmente está baseada na relação de exploração, e aí, eu vejo a economia popular solidária como um caminho. Quer dizer, que não foge das relações de mercado, de troca, mas você estabelece outras relações, mais transparente, relações mais pessoais. O mercado começa a ser um processo de comunicação entre as pessoas. As pessoas se conhecem, convivem, é uma relação a mais na sociedade, não necessariamente um espaço só de compra e venda, e aí em relação aos agricultores é obviamente uma alternativa de mercado”. (AT-02)

A economia solidária tem como pressuposto a sobreposição das relações sociais e políticas, da identidade cultural, da sustentabilidade ambiental e do bem estar social às regras de mercado, dando clareza e transparência aos critérios e condições de

gerenciamento da economia, e não mais sob critérios “invisíveis” à realidade.

A conquista da autonomia econômica pelos agricultores, além de garantir maior legitimidade social, possibilita um ganho de autoconfiança e, conseqüentemente, de fortalecimento da identidade e da autonomia social e política, possibilitando que as organizações de agricultores reivindiquem e conquistem mais espaços de negociação e diálogo.

“A partir das suas organizações, associações, ou mesmo individualmente os agricultores construíram sua estratégia de relação com o mercado. Para se viabilizarem economicamente eles precisavam encontrar outros caminhos, diferenciados do mercado de consumo massificado, para comercializar seus produtos. Dessa maneira privilegiaram o sistema de transação comercial direta com o consumidor, onde os contatos pessoais favoreceram a criação de uma clientela fiel aos produtos alternativos. As formas exploradas foram: as feiras de produtos alternativos ou ecológicos; os sistemas de entregas diretos ao consumidor; os eventos especiais, como festas e exposição de produtos; a venda na própria propriedade agrícola (SCHMIDT, JASPER 2001, RUCINSKI, 2000). A produção de alimentos alternativos ou ecológicos exigiu a construção de formas alternativas de comercialização.” (BRANDENBURG, mimeo, p. 15)

No âmbito da AGAECO, a concretização da proposta de economia popular solidária se deu, e vem sendo construída, através da realização de uma feira no bairro Primavera²³ no município de Guarapuava (distante 40 quilômetros de Turvo), onde o grupo de 29 famílias da associação, a cada 15 dias, aos sábados, realiza uma feira de produtos *in natura* e beneficiados, para a população local. A feira foi estruturada e organizada em parceria com a associação de moradores do bairro Primavera, que inicialmente viabilizaram o local da feira, a divulgação e a estrutura para serem expostos e comercializados os produtos.

A organização da feira, o valor dos preços, a qualidade e a quantidade dos produtos foram negociados e propostos em conjunto, agricultores e consumidores, de

²³ Bairro periférico da cidade de Guarapuava/PR, caracterizado por uma população de classe média baixa.

forma a garantir um processo justo para ambas as partes.

“Foi apresentada a proposta para a associação do bairro Primavera, numa reunião do conselho da associação, e a partir disso a gente formou um grupo, tanto da AGAECO como lá com eles, que a gente chamava de Comissão de Economia Popular Solidária. Aí tinha representantes da Primavera e representantes da AGAECO, e esse pessoal começou a se reunir e a discutir a feira. Como se daria. Como funcionaria. Como que ia monta. Aí depois teve uma reunião mais ampla, com toda a comunidade, e foi discutida a agricultura ecológica, a economia popular solidária, a feira, e com isso eles se empolgaram, se animaram, e marcaram uma visita lá nas propriedades dos sócios da AGAECO. Foi um ônibus cheio, tinha umas 30, 40 pessoas. Teve uma discussão com o pessoal da AGAECO, e depois eles visitaram algumas propriedades lá na comunidade da Saudade. Aí foi agendado a data da feira em conjunto. Por exemplo, as bancas foi discutido em conjunto. Como ia fazê. Que dia era melhor fazê. Discutiram quais produtos seriam melhor que tivesse. Aí nós puxamos o pessoal pra fazê pesquisa de preço. Algumas professoras deram para as alunas. Algumas pessoas do bairro fizeram pesquisa de preço no bairro. E a nossa idéia era negociar os preços em conjunto. Só que daí, o próprio pessoal da Primavera disse que não. Disseram: 'vocês atribuam os preços a partir dessas pesquisas que já tem, e a gente vai avaliando a medida que for andando', daí foi assim que foi feito.” (AT-02)

“... nós tivemos o conhecimento que a Primavera era organizada, foi uma maneira da gente pensa. Eles já estão organizado seria a maneira de começar a trabalhar com esse pessoal organizado. Já tem meio caminho andado, nós temos nosso produto, e vamos lá e já tá garantida a venda, não vamos precisar conquistar o consumidor, eles já estão sabendo o que vai ser. E é nesse bairro, porque é uma classe que necessita. Por que não fazemos no centro? Porque no centro né só vai os que tem dinheiro, e aqueles, o assalariado fica ali, e aí que vem a questão da nossa mística, a solidariedade, é todo mundo ter acesso a esses produtos ecológicos. Que não é o que tem dinheiro, que precisa de um produto saudável, o que tem menos dinheiro também precisa. Se for vender o produto num mercado, só os que tem mais dinheiro é que vão comprar.” (AF-02)

A intenção que move a AGAECO em sua atividade econômica não se reduz unicamente ao estabelecimento de relações comerciais de compra e venda de produtos. As motivações principais debatidas pelos agricultores são: primeiro, o estabelecimento de uma lógica de comercialização dirigida por princípios éticos e valores humanistas; posteriormente, a idealização da utopia na formulação de um projeto popular de desenvolvimento, no qual, partindo de uma organização social dos pequenos no rural

avance para o meio urbano interagindo e transformando o espaço social.

A articulação e organização entre rural-urbano apresenta-se como uma possibilidade de constituir caminhos possíveis a serem percorridos para se conquistar a autonomia econômica para aqueles que produzem, e segurança alimentar para aqueles que consomem, tendo na justiça social, na solidariedade e na cooperação um novo modo de vida.

“... o pessoal lá fazia tempo que tava querendo a feira lá né, e já era um pessoal organizado, preparado (...). Eles estavam acompanhando nós lá, conheceram nosso trabalho, vieram nos visitá e tudo, o pessoal tava preparado pra recebê a feira, daí nós marinho de primeira viagem nada melhor do que pegar um pessoal organizado para ser parceiro.” (AD-02)

“... a gente chega com um assunto lá eles já entende, por exemplo, eles sabem da dificuldade daqui e nós sabemos das dificuldades deles de lá. Eles são bem organizado. Até a primeira vez foi feito um debate sobre os preço da feira, eles pediram para baixar o preço de alguns produtos, nós baixamos. Foi bem debatido. É feita ainda uma avaliação conjunta, sempre, acho que pelo menos uma vez por mês.” (AD-02)

Esta relação de cooperação entre consumidores e agricultores vem reforçar, a partir desta experiência concreta, a possibilidade de construção de um projeto de sociedade onde o capital esteja atrelado a melhoria da condição vida e de trabalho e à constituição de atores sociais que sejam autores de seu projeto de vida.

Constata-se que a proposta metodológica baseada na agroecologia, fecha o seu “círculo” de desenvolvimento, a partir da consolidação da experiência de economia solidária, que pautando a dimensão econômica dentro deste projeto “maior” que é o desenvolvimento sócio-ambiental, restitui a estes agricultores a autonomia, há tempos desconstruída pela agricultura conservadora, e que, agora, de forma “modernizada” restabelece minimamente as condições de serem autores-atores de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa, a apresentação e desenvolvimento da base conceitual, a contextualização social e política e a análise do estudo de caso, ocorreu de forma a fundamentar a problemática apontada, assim como verificar suas hipóteses. O intuito foi de identificar e analisar o sentido atribuído pelos agricultores familiares às intervenções realizadas pelos assessores técnicos.

Para tanto, a pesquisa partindo da teoria do sujeito, foi orientada para a análise da metodologia de assessoria a partir da experiência realizada pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) junto a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO).

As hipóteses apontadas inicialmente propõem que os agricultores, diante do processo de assessoramento, avaliam positivamente a intervenção realizada pelo IEEP. Uma segunda hipótese propõe que a partir da assessoria, os agricultores familiares constituem uma identidade em torno da agroecologia, principalmente, devido ao processo de organização que possibilita a constituição destes enquanto sujeito.

No caso da AGAECO, os agricultores em fase avançada de “modernização”, passam, a partir da intervenção dos técnicos do IEEP, a reconstruir progressivamente sua identidade cultural, sua auto-estima, sua organização social e política; enfim, resgatam a produção de subjetividade-razionalidade a partir do sujeito, e não mais de uma cultura de massa ou de regras pré-estabelecidas por um poder hegemônico (mercado ou comunidade).

Este processo de (re)construção, iniciado a partir do estímulo suscitado pela metodologia desenvolvida pelos técnicos do IEEP, teve na mística o resgate e a valorização da identidade cultural; na experimentação o instrumento de construção do conhecimento; e, nas feiras, a consolidação da dimensão econômica. No entanto, estes elementos e instrumentos, por si só, são meras “receitas” e técnicas, sendo necessário um meio para a construção do processo. Na AGAECO, este meio se deu através da relação agricultor-assessor.

Os princípios conceituais e ideológicos do processo de assessoramento produziram as condições necessárias para que os atores, fortalecidos na sua auto-estima, se constituíssem enquanto sujeito, autônomos e solidários. Assim como a mística, as técnicas agroecológicas, a experimentação e a economia solidária, serviram enquanto elementos e/ou instrumentos para estimular a (re)construção de novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Condição fundamental para a constituição dos atores enquanto sujeito, a integração subjetividade-razionalidade, presente no processo desenvolvido pelo IEEP junto a AGAECO, possibilita a consolidação de um “modelo” metodológico que re-estabelece novos “padrões” de relação e visão de mundo, onde o assessor deixa de ser o “dono da verdade” e passa a ser educador, e o agricultor deixa de ser um operador e passa a ser um produtor.

É com este referencial que, através do método “agricultor para agricultor”, será possível à dinâmica e organização social e política da AGAECO integrar a carga conceitual e ideológica da proposta da agroecologia, do resgate cultural, de novas relações econômicas e da instituição de espaços democráticos enquanto projeto de vida e “missão” coletiva dos agricultores. A partir do momento em que os agricultores assumem para si o projeto de desenvolvimento, suas estratégias, conceitos e pressupostos ideológicos, passam a constituir-se enquanto atores protagonistas de sua realidade.

Este processo reafirma a primeira hipótese, que considera que os agricultores

avaliam positivamente o processo de assessoramento realizado pelos técnicos do IEEP. Tal proposição confirma-se pela continuidade, por parte dos agricultores da AGAECO em desenvolver de forma autônoma – sem a presença permanente dos técnicos - os pressupostos conceituais, técnicos e ideológicos propostos pela metodologia. Além disso, a percepção dos agricultores de que o processo foi estimulado pelos assessores fica claro em diversas entrevistas e depoimentos.

“Se não fossem os assessores da ONG ter esse esforço, jamais seria construído isso que tá construído, os grupos e a AGAECO. O restante dos assessores das ONGs a gente não vê fazer um trabalho assim. A gente vê dentro das entidades, das ONGs, eles não tem uma mística para ser construída, então aí é por isso muitas delas, foram água abaixo, como diz o ditado, por causa disso.” (AE-02)

Em relação à segunda hipótese, que destaca a construção da identidade em torno da agroecologia, no caso da AGAECO, há uma delimitação significativa neste processo, antes e depois da intervenção dos assessores técnicos. Anteriormente, os agricultores encontravam-se imersos pela lógica imposta pela modernização. Com a intervenção dos assessores, dá-se início a uma inversão da forma como os agricultores percebem seu “mundo”, seja técnica, organizacional ou politicamente, pois passam a reconstruir uma identidade baseada na história de vida, reivindicando aquilo que lhes é próprio: sua cultura, seu modo de vida, seu projeto de vida.

Será a partir do resgate e valorização cultural, do reconhecimento social e da construção da autonomia, que o processo de organização estimulado pelos assessores passa a constituir, nos agricultores, atores protagonistas de sua realidade.

“... a gente tá tocando o trabalho da gente. Porque no começo eles esnobavam a gente. Que a AGAECO nunca ia dar em nada. Que jamais a gente ia ter alguma coisa. Porque mesmo a gente não tem salário, não tinha carro até esses dias atrás, então pra eles a gente era nada. E hoje a gente é visto de uma maneira diferente, hoje aonde a gente vai passar eles só faltam estender o tapete vermelho, porque eles querem puxar a gente junto com eles. Porque hoje a única organização que tem, e é do meio do campo popular e que desenvolve um trabalho com os agricultores e é na base, é a AGAECO. Então, por isso que eles tentam

puxar a gente de qualquer maneira. Não é a toa que o pessoal oferece coisas para nós, carro, mudas, etc; só que a gente fala que jamais a gente vai precisa entrar debaixo das asas de alguém, ainda mais agora que a AGAECO tá caminhando com as próprias pernas.” (AD-03)

A AGAECO não se constitui apenas enquanto espaço de identidade e de fortalecimento institucional, mas fundamentalmente, como espaço de reivindicação por um projeto de vida, por um projeto de desenvolvimento mais democrático, justo e solidário, que, respeitando a singularidade dos atores, possibilita a organização coletiva baseada na diversidade e pluralidade.

“As outras entidades tem um respeito pela AGAECO, mesmo porque o trabalho que a gente vem desenvolvendo é um trabalho bem organizado, e nas outras entidades eles têm dificuldade de organizá os agricultores como a gente tá organizado. Mesmo porque a gente tem no método pastoral a forma de organização. A mística que a gente faz, isso amarra os agricultores, o método pastoral faz parte da nossa história. Isso traz muita gente pra conhecê (...), e com isso eles já estão respeitando o nosso trabalho e querendo fazer parceria com nós. A gente tem o projeto de desenvolvimento sustentável solidário, e nós não podemô nos omiti (...). Tem essa participação, de agricultor para agricultor, trocando experiências (...), a gente não começa do produto, a gente começa da propriedade, da água, da preservação da natureza, já começa da propriedade...” (AD-04)

O agricultor familiar da AGAECO, identificando-se na agroecologia, organizando-se coletivamente a partir dela, conquistando espaços de autonomia e liberdade, garantindo sua condição de ator-autor, constitui um novo modo de vida que tem, a partir do sujeito, a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. Quando passa a reivindicar através do sindicato, da Rede Ecovida e da Associação um novo projeto, este agricultor-ator passa a constituir-se enquanto sujeito, pois não está apenas construindo um novo modo de vida, mas está em busca de um projeto de vida.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar que o processo organizacional da AGAECO encontra-se na sua gênese. Até o momento, estes agricultores conquistaram espaços de autonomia e liberdade. No entanto, a partir da sua institucionalização, a AGAECO poderá gerar um processo de heteronomização, pois o estabelecimento de

hierarquias, regras e normas culturalmente estabelecidas, poderá efetivar a (re)construção de relações de poder que buscam “anular” a condição de sujeito.

No entanto, as estratégias e a metodologia adotadas tiveram como consequências o re-estabelecimento de relações mais solidárias, democráticas e de libertação entre os atores, pois não só a reversão das técnicas e do processo econômico imposto pela agricultura conservadora, mas, principalmente, a (re)construção do formato organizacional e relacional, promove a constituição de agricultores-sujeito, autônomos e conscientes de seu “papel” transformador diante da realidade social e política.

A AGAECO, mais do que um processo singular, é a formação e consolidação de novas bases conceituais e ideológicas para a relação agricultor-assessor, da organização social e política dos agricultores e para a reivindicação de novos formatos organizacionais da economia familiar. Não enquanto referencial e “modelo”, mas enquanto carga simbólica, a AGAECO passa a representar a possibilidade de que processos de libertação e democratização estão baseados na constituição do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999.

ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Tradução: Marília Marques Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2001a.

ALTIERI, M. Un promotor de la agroecología. Los campesinos saben tanto más que los universitarios. **SIREL Agricultura**. Montevideo, n. 19, noviembre, 2001b. Entrevista.

ALTIERI, M. A. e MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 73-105.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Mimeo, pág. 31.

CETAP. Construindo uma metodologia para o desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 228-239.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva, 1974.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Tradução de: Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil. 19-.

FIORI, E. M. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 09-21.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1995.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, I. Z. **Terra & subjetividade: a recriação da vida no limite do caos**. Curitiba: Criar Edições Ltda, 2001.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1988, Tomo II.

HOCDE, H. **A lógica dos agricultores-experimentadores – o caso da América Central**. Tradução: Eliana Leite. Rio de Janeiro: AS-PTA. 1999.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela D. Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba. Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.

PETERSEN, P. Nota de apresentação In: HOCDE, H. **A lógica dos Agricultores-experimentadores – o caso da América Central**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 1999.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. (Organizadores). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID-Brasil, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

REDE DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 169-185.

ROMANO, J. O. e ALMEIDA, S. G. de. Reflexões sobre as abordagens participativas para o desenvolvimento local. In: PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. (Organizadores). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID-Brasil, 1999, p.77-81.

SOUZA SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as ciências**. 12ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SURIAN, F. e outros. **A mística do animador**. São Paulo: ed. Ática, 1996.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Tradução: Elia Ferreira Edel. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998b.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998a.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia?** Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIOLA, E. J. e OUTROS. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez editora, 1995.

WANDERLEY, M de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

WAUNTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Unijuí: Ijuí. Ed., 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS
AGRICULTORES FAMILIARES (AF) E OS AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO (AG)

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS
ASSESSORES TÉCNICOS DO IEEP

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES (AF) E OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO (AG).

Dia/Horário:

Local:

Nome entrevistado:

Quantas pessoas na família e idade:

Quem trabalham na propriedade:

Tamanho da propriedade:

Condição em relação a propriedade (arrendatário, proprietário, agregado, etc.):

Tipos de cultura produzida:

Comunidade:

Grupo de Agricultores a que pertence na AGAECO:

1. Desde quando mora nesta comunidade? E em Turvo, desde quando?
2. Como iniciou a formação do grupo de agricultores? Comente a história, desde o seu início.
3. Antes da AGAECO houve outras iniciativas de organização da comunidade? Quais foram? Como foi o processo? Indique os pontos positivos e negativos.
4. Como foi o processo de formação e organização da AGAECO?
5. Qual foi o seu objetivo em ser associado da AGAECO no seu início? E agora?
6. Quais são os objetivos da AGAECO? A AGAECO tem um objetivo mais geral, uma bandeira de luta? Qual é o objetivo maior da AGAECO? Qual é a proposta de desenvolvimento que a AGAECO defende?
7. Como os agricultores associados e a AGAECO tem efetivado na prática esse projeto?
8. Como é o processo de organização interna da Associação? Qual o nível de

participação dos associados na organização da AGAECO? Como você avalia?

9. Como está organizada a AGAECO hoje – internamente e externamente? E os grupos, como eles se organizam internamente? Especificar as funções dos coordenadores de grupos, assessores dos grupos, direção da AGAECO, e demais funções institucionais na Associação.
10. Como é a forma de assessoria aos grupos? Qual é o objetivo da assessoria? Como funciona?
11. Na sua opinião, qual é o papel dos assessores técnicos? E dos agentes de desenvolvimento?
12. Como iniciou a assessoria aos grupos através dos agentes de desenvolvimento? Como você avalia este processo de assessoramento?
13. Como é a relação da AGAECO com organizações locais e regionais (poder público, ONGs, associações, sindicatos, Igrejas, entre outros)? Quais são as parcerias atuais da AGAECO?
14. Mudou alguma coisa na sua vida com a formação dos grupos e da AGAECO? O que mudou? Como era antes e como é agora?
15. O que vem a ser mística? O que representa a mística para você?
16. O que representaram as Feiras da Comunhão e da Partilha para você? E para os grupos? Para a AGAECO?
17. Os intercâmbios, para que serviram, qual foi o objetivo? Onde aconteceram? Ainda acontecem?
18. Você usava veneno, adubo químico? Em que proporção e onde?
19. Existia agroecologia na sua comunidade? Como você viu essa proposta de agroecologia no início?
20. Como é a forma de comercialização dos produtos da AGAECO? Por que uma feira no Bairro Primavera? Como foram os primeiros contatos, as reuniões com o grupo da Primavera? Qual era a função deles nesse processo?
21. Como se dá a relação entre a AGAECO e a associação dos moradores do bairro

Primavera?

22. Quais são as ações que a AGAECO está planejando realizar futuramente?
23. No início, bem no início, o que você imaginava daquele trabalho de assessoria realizado pelo IEEP? E hoje, como você avalia esse processo?
24. O que você imagina para o futuro da associação? Agora, enquanto associado, quais são os seus planos para o futuro? Para sua propriedade, família e comunidade.
25. Como você avaliaria esse processo desde o seu início até hoje?

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS ASSESSORES TÉCNICOS DO IEEP

Dia/Horário:

Local:

Nome entrevistado:

1. Retrospectiva histórica: primeiro contato, como iniciou o trabalho nas comunidades em Turvo.
2. Como se dava o processo de assessoramento?
3. Antes dos grupos como era: como era o trabalho da ONG, qual era a abordagem do trabalho?
4. Inicialmente, qual era o objetivo para este trabalho junto aos grupos?
5. Como se deu o processo inicial nos grupos (de sensibilização, de organização, etc.)? Como foram definidos os grupos nas comunidades? Foi realizado algum diagnóstico? Um planejamento?
6. Qual é o papel do assessor técnico? Qual foi o seu papel neste processo? E hoje, qual é o papel, em relação a AGAECO?
7. O que representa a mística para você? E para os agricultores, o que representa, no seu ponto de vista?
8. A Feira da Comunhão e da Partilha foi pensada e proposta por quem? O que representaram estas feiras? Como você avalia?
9. A mística, o que ela representa na metodologia? Qual a sua função? Como você avalia?
10. Aconteceu um processo de formação do Terra Solidária no município e você participou enquanto formador-educador. Qual foi o objetivo do processo de formação? Qual era a metodologia? Quais foram os temas trabalhados? De quanto em quanto tempo aconteciam os encontros? Como você avalia este

processo?

11. A metodologia, *agricultor para agricultor*, tem sido a metodologia da AGAECO de onde surgiu a proposta de implementar esta metodologia e não outra, como a de “agricultor-experimentador”? Como foi construída a metodologia na AGAECO? Comente o processo histórico.
12. O que vem a ser a experimentação? Como funciona? O que representa na metodologia de assessoramento?
13. Vocês diferenciam agroecologia da agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, natural, enfim destas agriculturas chamadas de alternativas?
14. Qual foi a missão que você sempre teve em mente quando trabalhava com grupos de agricultores familiares no Turvo?
15. Como surgiu inicialmente a idéia da feira de comercialização? Porque em Guarapuava, num bairro da periferia? Como ela funciona? Há alguma relação com o público urbano, com os consumidores?
16. Quais foram as principais dificuldades encontradas na metodologia utilizada?
17. Quais são os resultados que você poderia identificar até o momento?

ANEXO - REGIMENTO INTERNO DA AGAECO

Art. 1 – Sob a denominação de Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos de Turvo, constituiu-se em Assembléia Geral de 11 em agosto de 2.000, uma associação de agricultores familiares, que passa a vigorar por prazo indeterminado, com sede, foro e administração na comunidade Saudade Santa Anita, município de Turvo, Estado do Paraná, em sigla AGAECO, que seguirá este Regimento.

Art. 2 – Fazem parte da Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos de Turvo, que serão considerados membros da Associação, sujeitos aos direitos e deveres estabelecidos neste Regimento:

- a) Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita - GAESSA;
- b) Grupo de Agricultores Ecológicos Verde Vale do Ivaí - GAEVVI;
- c) o Grupo de Agricultura Ecológica Terra Pura – GAETEP;
- d) o Grupo de Agricultores Ecológicos Querência Antiga da Manhã – GAEQAM;
- e) o Grupo de Agricultores Ecológicos Terra Viva – GAETEVVI;
- f) o Grupo de Agricultores Ecológicos VERDELÂNDIA.

§ 1º Via de regra, acompanham, como membros da Associação, as famílias de cada agricultor/agricultora participantes dos respectivos grupos citados. Cabe a cada família assentir ou não quanto à sua inserção na Associação.

§ 2º Poderão ainda fazer parte da associação, os filhos maiores de 14 (quatorze) anos de cada agricultor que fazem parte dos grupos, conforme sua vontade.

Art. 3 – A área de ação fica limitada ao Município sede, no Estado do Paraná.

DO OBJETIVO DO REGIMENTO

Art. 4 – É objetivo do Regimento Interno estabelecer regras para o funcionamento da associação, a forma de relacionamento dos membros com relação às atividades desenvolvidas e à utilização de equipamentos adquiridos pela associação.

DOS OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 5 – O objetivo geral da AGAECO é a viabilização da agricultura familiar através da agricultura ecológica, bem como a integração entre seus associados visando a superação em conjunto dos seus problemas comuns.

§ 1º Agricultura ecológica aqui é entendida como um conjunto de práticas que abrangem 04 (quatro) fases: 1) a geração de tecnologias; 2) a produção ecológica; 3) organização da comercialização dos produtos ecológicos produzidos pelos associados; 4) socialização dos conhecimentos. As tecnologias geradas deverão propiciar uma produção ecologicamente equilibrada e conhecimentos possíveis de serem socializados.

§ 2º A socialização deve ser feita pelos grupos, comprometidos com o princípio da solidariedade.

Art. 6 - Os objetivos específicos da AGAECO são os infra relacionados:

- a) organizar a comercialização da produção agroecológica de seus associados, que tenham seguido as recomendações deste Regimento;
- b) organizar comunitariamente a aquisição e o transporte de insumos para os associados;
- c) promover a troca de experiência entre os associados e destes com outros agricultores, técnicos e consumidores, disseminando, assim, uma proposta agroecológica;
- d) buscar alternativas que visem à transformação artesanal dos produtos *in natura* de seus associados;
- e) incentivos às tecnologias ecológicas não só entre os membros dos grupos, priorizando a socialização para outros grupos e organizações;
- f) atuar na defesa da agricultura familiar através da prática e da divulgação da agricultura ecológica;
- g) promover palestras, cursos, seminários, congressos e outros eventos que divulguem a agricultura ecológica.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7 – Estão previstos os seguintes cargos na AGAECO, de forma a democratizar seu trabalho:

- a) Dois coordenadores(as), uma secretaria e uma tesouraria;
- b) Um Conselho composto um por grupo.

§1º Todos os cargos terão mandato de 1 (um) ano, sendo que o membro que venha a fazer parte de um determinado cargo não poderá repetir por mais de 2 (duas) vezes.

§ 2º O Conselho será renovado anualmente através de eleição nos grupos.

§ 3º As eleições se darão de forma direta ou por aclamação.

Art. 8 – Os coordenadores terão o papel de:

- a) serem responsáveis pela motivação dos outros componentes da associação, que porventura se sintam, em algum momento, desestimulados com os trabalhos assumidos pela associação;
- b) coordenar uso e guardar os equipamentos/estruturas adquiridas pela associação;
- c) coordenar reuniões (ordinárias e extraordinárias), organizando as suas pautas.

Art. 9 – A secretaria será responsável por elaborar e organizar documentos da associação e atas das reuniões e assembleias.

Art. 10 – A tesouraria será responsável pelo caixa, bem como, pela prestação de contas que se fizerem necessárias.

Art. 11 – As funções do Conselho são:

- a) garantir o cumprimento do regimento interno no que se refere ao seus objetivos;
- b) reunir-se junto com a coordenação para avaliar e planejar as atividades da associação.

DAS REUNIÕES

Art. 12 – As reuniões serão registradas no livro ata, que deverá conter a assinatura dos presentes;

Art. 13 – A associação deverá se reunir uma vez por mês, ordinariamente, em um dos

grupos componentes, realizando rodízio de lugar, a ser combinado na reunião anterior.

Art. 14 – Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias a qualquer tempo, por qualquer componente da associação, em conjunto com um dos coordenadores e pelo menos três conselheiros. Neste caso, os coordenadores se responsabilizam em avisar com dois dias de antecedência os demais associados.

Art. 15 – A ausência não justificada em mais de 02 (duas) reuniões seguidas, sem justificativa, implicará no afastamento da associação.

DO PATRIMÔNIO

Art. 16 – Todos os bens adquiridos pela associação, mediante compra ou doação, deverão ser registrados em ata;

Art. 17 – O uso dos equipamentos deve seguir as seguintes prioridades: primeiro para uso em área coletiva da associação, depois do grupo, será cedido para uso em produção agroecológica nas propriedades dos membros.

§1º Quanto ao uso pessoal do equipamento coletivo, não será cobrada taxa, desde que sirva exclusivamente aos interesses dos membros da associação;

§ 2º O uso individual será definido mediante sorteio;

§ 3º A manutenção e limpeza dos equipamentos deverão ser realizadas pelo membro do grupo logo após o uso deverá ser entregue aos responsáveis;

§ 4º Caso, por motivos de imprudência, o equipamento utilizado por um membro específico do grupo venha a se deteriorar, caberá a este efetuar os consertos e reparos necessários para que o equipamento possa ser devolvido ao grupo tal qual foi utilizado.

§ 5º Consertos e reparos de equipamentos, que sofreram danos por seu desgaste natural, serão efetuados com recursos do caixa da associação.

Art. 18 – Os equipamentos podem ser usados gratuitamente apenas pelos componentes do grupo, podendo ser utilizados por terceiros mediante pagamento de uma taxa.

§ 1º Será cedido o uso de equipamentos da associação apenas nos casos em que nem a área coletiva nem qualquer um dos membros necessitar.

§ 2º O recurso arrecadado com o uso dos equipamentos por terceiros constituirá um fundo de reserva da associação.

DOS MEMBROS

Art. 19 – Serão membros da associação:

- a) os agricultores familiares membros dos grupos associados;
- b) os filhos dos agricultores fundadores dos grupos, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- c) os agricultores familiares aceitos nos grupos.

Art. 20 – Poderão ingressar na AGAECO grupos de agricultores familiares que:

- a) estejam organizados em grupos de agroecologia;
- b) possuam 6 (seis) meses de experiência em agroecologia, ou através da prática, ou de conhecimentos adquiridos em cursos, ou no acompanhamento direto do trabalho da AGAECO;
- c) pagarem o equivalente à cota-parte do patrimônio total da associação, de modo a não prejudicar suas finanças.

§ 1º A cota-parte corresponderia ao valor total do patrimônio da associação dividido pelo número de grupos com proporcionalidade de seus membros, anteriores à adesão.

§ 2º Os novos membros deverão, mesmo que observados todos os requisitos supracitados, ser aprovados em reunião por 2/3 dos membros da associação.

DOS DIREITOS

Art. 21 – São direitos dos membros da associação:

- a) ser beneficiado com os resultados obtidos com o esforço da associação;
- b) vender seus alimentos ecológicos junto às Feiras Ecológicas e outros pontos de comercialização;
- c) convocar reunião extraordinária, a qualquer tempo, desde que obtenha apoio de um dos coordenadores, e de pelo menos, 03 (três) conselheiros;
- d) fiscalizar a utilização do patrimônio da associação;

e) eleger ou serem eleitos em qualquer dos cargos regulamentados por este Regimento.

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 22 – São obrigações dos membros da associação:

- a) participar das reuniões;
- b) cumprir com as decisões tomadas por, ao menos, 2/3 dos membros da associação nas reuniões;
- c) os membros da associação que participarem de eventos, pagos pela AGAECO e fora da comunidade, deverão repassar as informações e benefícios adquiridos para os integrantes da associação de forma solidária;
- d) contribuir com assessoria a outros grupos de forma solidária;
- e) zelar pelo patrimônio da associação;
- f) buscar o seu aperfeiçoamento técnico e de seus grupos para bem desempenhar o seu papel na sua propriedade, no grupo e na comunidade, de forma solidária;
- g) contribuir para o caixa da associação, com uma taxa de 5% (cinco por cento) do valor comercializado dos produtos nas Feiras Ecológicas, sendo que essa taxa passará a compor o fundo de reserva;
- h) manter um padrão de qualidade nos produtos a serem comercializados nas Feiras Ecológicas.

Parágrafo único. A associação assumirá as despesas com viagens para a participação de seus representantes em eventos necessários.

DESISTÊNCIA E EXCLUSÃO

Art. 23 – A desistência de compor a AGAECO, por qualquer que sejam os motivos, implicará na perda aos direitos conferidos aos membros da associação, bem como na garantia da liberação das obrigações.

Parágrafo único. A desistência não implicará no recebimento da cota-parte correspondente ao patrimônio da associação.

Art. 24 – Por deliberação de todos os membros da associação, a AGAECO poderá excluir seus membros, desde que a causa da exclusão seja fundamentada, e aprovada por 2/3 dos associados em reunião ordinária ou extraordinária;

§ 1º No caso de exclusão, caberá ao grupo excluído o correspondente a sua cota de participação no patrimônio total da AGAECO.

DO REGIMENTO INTERNO

Art. 25 – Este Regimento Interno poderá ser modificado em reunião ordinário ou a qualquer tempo em reunião extraordinária pela unanimidade dos membros da AGAECO.

Art. 26 – Todos os membros da associação deverão ter uma cópia do Regimento Interno, bem como, de suas futuras alterações.

Parágrafo único. Todas as alterações deste Regimento deverão ser registradas em ata.